

**Maio 2009**

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

**CEDOC Dw**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. As informações são arquivadas, física e eletronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. Redução de Pobreza e Economia
2. Microfinanças
3. Mercado Informal
4. Oge Investimentos Públicos e Transparencia
5. Governação Descentralização e Cidadania
6. Urbanismo e Habitação
7. Terra
8. Serviços
9. Ambiente

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

### Genérico

**Redação:** Heliena dos Santos, Ilda Sebastião e Domingas Mota

**Conselho de Edição e Revisão:**

Allan Cain, Gelson Gaspar, Azancoth Ventura, José Tiago e Helga Silveira

**Editado por:**

Development Workshop-Angola

**Endereço:**

Rua Rei Katyavala 113,  
C.P. 3360, Luanda - Angola

**Telefone:**

+(244 2) 448371 / 77 / 66

**Email:**

Cedoc.dwang@angonet.org

**Com apoio de:**

LUPP (Programa de Redução a Pobreza Urbana de Luanda), DFID e Embaixada da Noruega

A Redação

## INDICE

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Municípios aguardam por dinheiro	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
1.2 Governo anuncia mil milhões de dólares para agro-indústria	1
1.3 Angola entrará no sistema de comércio da SADC	1
1.4 Sonangol constrói posto de gás e reservatório de combustíveis	2
1.5 Mais quinhentas famílias mudam, de vida	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
1.6 Brasileiro recebia 100mil dólares/mês para ocultar dados perigosos	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
1.7 Expectativas nas pedras preciosas	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
1.8 Ministério da Economia convida estrangeiros a investir sem medo no Mercado Angolano	3
1.9 Subida do preço do petróleo permite projectar a economia angolana	4
1.10 Catintom a terra esquecida	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
1.11 Zonas rurais são mais ricas, mas também fonte de pobreza acentuada	5
1.12 Zona Económica Luanda-Bengo arranca com dezenas de fábricas	5
1.13 Angola é número um em Africa nas trocas comerciais com a China	6
1.14 Angola sem um dos países mais afectados pela crise mundial	6
1.15 Emissão dos Bilhetes de Tesouro limitada às necessidades do Estado	7
1.16 Banco Angolano na presidência	8
1.17 Programa do Governo impulsiona integração da economia angolana no mercado mundial	8
1.18 Pólo Industrial do Huambo com novas fábricas	9
1.19 Visita de Assunção dos Anjos desperta interesse	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
1.20 BPA e Millennium criam “cidade financeira”	9
1.21 Angola sobe de lugar na lista elaborada pelo Banco Mundial	10
1.22 Coordenador da ANIP fala das oportunidades de negócios em Angola	11
1.23 Angola: Agravamento da situação económico-financeira	11
1.24 Os efeitos das empresas estrangeiras em Angola	12
1.25 As trapalhadas da equipa economica	14
1.26 Comissão de Economia ouve especialistas	15
1.27 Ministério dos Petróleos e Sonangol lançam programa para licenciamentos	16
1.28 Empresários de Mato Grosso sondam economia angolana	17
1.29 Combustíveis e progresso	17
1.30 Investimento petrolífero angolano	18
1.31 Concessão de créditos bancários com retoma garantida pelo BNA	19
1.32 Angola marca presença no mês de Junho no fórum internacional de agro-negócios	19
1.33 Kwanza sob pressão de desvalorizar 6,25%	20
1.34 RDC reivindica petróleo angolano	21
1.35 José Botelho de Vasconcelos “Para Angola seria uma vitória manter outros níveis de produção”	22
1.36 Opep mantém produção e petróleo atinge os 65 dólares	25
1.37 Uma armadilha monetária montada pelo governo	25
1.38 O relatório da OCDE	27
2 MICROFINANÇAS	29
2.1 Comerciantes do Ebo com crédito bancário	29
2.2 BPC concedeu USD 200 milhões em empréstimos	29
3 MERCADO INFORMAL	30
3.1 Alguém viu a policia Económica?	30
3.2 ATL Controla só 40 taxistas	31
3.3 Preços dos principais produtos continuam estáveis no Huambo	32
3.4 Economia informal pode ser alternativa para o Estado	32
3.5 Kixiquila serve de tábua de salvação	34
4 OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARENCIA	35
4.1 FMI prescreve a mesma receita que o governo já segue	35
4.2 Autocarros nas linhas dos transportes públicos	37
5 GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	39

5.1 Oposição culpa Governo	39
5.2 Autoridades tradicionais “ chumbam “ Makenda Ambroise	40
5.3 Cidadãos vandalizam Comité de Acção do MPIA	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
5.4 Mundo rural em reflexão	40
5.5 Governo central usurpa competências	41
5.6 Samakuva recebido em apoteose pelos desalojados	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
5.7 Comissão Constitucional aprova orçamento e pessoal	43
5.8 Conflitos com as administrações municipais dominam reclamações ao Provedor de Justiça	43
5.9 Autoridades tradicionais discutem problemas sociais das comunidades	44
5.10 Em dois anos, o Estado pode instituir as autarquias locais"	45
5.11 Partidos entregaram propostas	46
5.12 Adiamento das presidenciais fere Constituição	47
5.13 Sociedade Civil discute revisão da Constituição	47
5.14 Sobas aguardam respostas do Vaticano	48
6 URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO	49
6.1 As demolições na Kinanga e na Ilha	49
6.2 Vida ao relento	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
6.3 Autóctones desalojados da Ilha protestam	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
6.4 Projectos imobiliários em risco	52
6.5 Mais de sete mil casas em construção no Zaire	52
6.6 Bunker para os milionários	53
6.7 Embaixador da Namíbia e construtora em pé de “guerra” no Lubango	54
6.8 Conferência em Menongue recomenda planos deferentes	55
6.9 Governador anuncia construção de 18 mil habitações na província	55
6.10 Município do Lubango constrói balneários públicos II	55
6.11 Brigada do Ambriz desminou as áreas reservadas à construção da nova cidade	56
6.12 Ginga Cristina	57
6.13 “Kassequel, Mártires do Kifangondo e o Rocha Pinto serão requalificados”	58
6.14 Métodos de realojamento das populações embaraçam governo	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
6.15 Administração constrói casas para as vítimas das chuvas	59
6.16 Limpeza de terrenos começa em Junho	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
6.17 Obras do bairro da juventude em fase adiantada	60
6.18 Estradas reabilitadas abrem a circulação	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
6.19 Quadros do sector recomendam elaboração de instrumentos de planeamento territorial	61
6.20 Ordenar e planear o território	62
6.21 Novos empreendimentos sociais melhoram as condições do Uíje	63
6.22 Defendida integração institucional para a construção habitacional	63
6.23 Sonangol salva Projecto Baía do seu afogamento total	64
7 TERRA	66
7.1 Continua o Calvário dos “sem terra” na Kinanga	66
7.2 Donas do Zango também reclamam	72
7.3 Demolições à vista no Bairro Tchihoco	73
7.4 Terrenos para construção de casas foram já demarcados no Bengo	73
7.5 Da ilha turística ao inferno	74
7.6 Terras entregues as comunidades locais	74
7.7 Guerra de terras em Calumbo	75
8 SERVIÇOS BÁSICOS	77
8.1 150 Milhões de dólares para a água	77
8.2 Electricidade de alta tensão em residências	77
8.3 Angola e Coreia do Sul em fórum sobre energia	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
8.4 Distribuição de energia continua com falhas	78
8.5 Norsk Hydro explora Keve	79
8.6 Água da represa do Mucari no sistema de abastecimento	79
8.7 Cólera em Luanda sem vítimas mortais	80
8.8 Presidente da República cria Gabinete Técnico para avaliação das infra-estruturas de Ondjiva	80

8.9 Novo sistema de captação garante água de qualidade	80
8.10 Água para todos chega ao Zaire	81
8.11 Situação fitossanitária de Angola apresenta inúmeras debilidades	82
8.12 Má gestão continuará a apontar Savimbi como culpado da falta de luz	82
8.13 Rede eléctrica de Ndalatando I foi modernizada e ampliada	84
8.14 Hospital Sanatório de Luanda precisa de reabilitação urgente	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
8.15 Moradores da Pedreira carecem de água potável	85
8.16 Conferência sobre energia em Agosto	85
9 AMBIENTE	87
9.1 Mudança climática afecta economia	87
9.2 Abate indiscriminado de árvores está a prejudicar o meio ambiente	88

# 1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## 1.1 Governo anuncia mil milhões de dólares para agro-indústria

*Folha 8 2 de Maio de 2009*

O primeiro-ministro, Paulo Kassoma, anunciou, a 28 de Abril, o Governo ter disponíveis mais de mil milhões de dólares para a criação de pólos agro-industriais em Angola.

A verba foi anunciada no arranque da Conferência Nacional da Agricultura que decorre sob o lema "Produção alimentar e combate à fome, uma prioridade de primeira linha".

Ao lançar como base para a criação de novos pólos agro-industriais, Paulo Kassoma apontou para a estratégia agrícola do executivo "as iniciativas privadas de criação de pólos agrícolas ou ampliação das existentes tendo, em conta o programa do Governo de promoção e desenvolvimento do agronegócio".

Com estes investimentos, o primeiro-ministro apontou como meta o envolvimento de mais de dois milhões de pessoas neste esforço nacional de desenvolver o sector agrícola e agro-pecuário, deixando de ter como base a subsistência para um modelo generalizado de obtenção de lucro.

A agricultura tem sido apontada pelo executivo de Luanda como um dos sectores prioritários no esforço nacional de diversificação da economia angolana, ainda muito dependente do petróleo e dos diamantes, tendo, entre 2006 e 2008, crescido, em contribuição para o PIE angolano, de 7,3' para 8,2 por cento, segundo dados do Banco Mundial.

Segundo Kassoma, o desenvolvimento agrário "necessita de uma robusta base tecnológica, para que possam ocorrer as mudanças qualitativas e quantitativas", o que "só será possível, através do crescimento da investigação e da extensão agrária".

O primeiro-ministro sublinhou que estas mudanças "dependem fortemente da capacidade técnica e científica das instituições de pesquisa e transferência de tecnologia, especialmente no que diz respeito aos recursos humanos especializados".

Kassoma enfatizou que esta estratégia agrícola é uma orientação do Presidente da República, José Eduardo

dos Santos, no início da concretização de programas de "grande impacto social" do executivo do MPLA "para fazer face à crise financeira e económica mundial".

"Esta conferência torna-se assim um evento incontornável", apontou o primeiro-ministro, justificando com o potencial do sector agrícola e a sua competitividade "no quadro da diversificação da economia" e no seguimento do objectivo de "substituição das importações e maior geração de emprego".

O objectivo passa, por um lado, por "garantir a segurança alimentar e nutricional das populações" e, por outro, "absorver os efeitos negativos da actual recessão económica mundial", notou.

"A agricultura continua a ser um dos sectores através dos quais se poderão atingir um crescimento acelerado, a redução da pobreza e a diversificação da economia e as políticas do Governo angolano traduzem essa visão estratégica e estão traduzidas nas medidas que visam o incremento dos investimentos públicos para o aumento da produção e da investigação agrária e sua adaptação às necessidades do país", disse.

Para este ano, anunciou, estima-se uma produção total de culturas alimentares de 18,8 milhões de toneladas, acrescidas de 67 mil toneladas de produção pecuária, "o que ainda é insuficiente para cobrir as necessidades alimentares do país". A estimativa de produção de cereais para 2009 é de 1,8 milhões toneladas, "mas são necessárias mais 700 mil toneladas para cobrir o défice de cereais em Angola", informou.

Ainda nas metas de crescimento do sector, o Governo aposta no aumento em quatro milhões de hectares de área de cultivo e na produção de mais de 15 milhões de toneladas de cereais, o que abre as portas à exportação de um bem que é hoje da produção insuficiente para as necessidades do país.

"Este é um desafio do Governo e de todas as forças vivas de Angola. O objectivo passa ainda por apoiar mais de um milhão de famílias do meio rural e levar a um crescimento superior às 500 cooperativas e associações em todo o país", sublinhou.

## 1.2 Angola entrará no sistema de comércio da SADC

*Folha 8 2 de Maio de 2009*

Angola pode aderir, dentro de cinco anos, ao protocolo de livre comércio da SADC, criadas já as condições para a entrada em funcionamento do Comité Nacional para as Questões Sanitárias e Fitossanitárias Ligadas à

Segurança Alimentar.

Na base dessa afirmação, está a realização, de 20 a 24 de Abril, na cidade de Benguela, de um seminário nacional para formadores que contou com as participações de 30 técnicos ligados à saúde humana, saúde vegetal e animal, laboratórios e segurança alimentar. A realização do seminário teve por objectivo a formação de formadores, visando a criação de equipas provinciais que vão criar as condições para o surgimento do Comité Nacional que vai cuidar das questões sanitárias e fitossanitárias da produção nacional, condição indispensável para Angola aderir ao Protocolo de Livre Comércio da SADC.

Hugo Heys, especialista em segurança alimentar e fitossanitária da SADC, disse a acção de formação visar dotar os formadores de conhecimento para o reforço das suas capacidades em matéria de controlo sanitário e fitossanitário da produção angolana, e virtude de o processo da indústria alimentar começar nos produtores e terminar no consumidor que somos. Os participantes no seminário analisaram questões ligadas à segurança sanitária e fitossanitária dos alimentos em Angola, onde foram revistas as fraquezas do sistema e as acções que devem ser adoptadas para o reforço da sua capacidade.

"Vamos criar mais laboratórios para o treino e a difusão da informação e reforçar o sistema para obter uma harmonização e equivalência com outros países da região e da União Europeia", realçou o especialista da SADC.

Hugo Heys disse que a observação das condições sanitárias e fitossanitárias vai permitir uma melhor troca de produtos alimentares entre os países da região e permitir que o comércio regional e internacional seja mais fluído e transparente, pois a sanidade dos alimentos deve ser garantida, para que ofereçam segurança aos consumidores.

O especialista da SADC concluiu que a acção de formação realizada em Benguela visou a criação de um plano de acção que vai dar corpo à formação do Comité Nacional de Coordenação que trabalha com os dos países membros da organização continental, uma vez a formação está a ser igualmente realizada em todos os estados membros da SADC, desde Janeiro até Maio, para depois serem apresentados os resultados. Para o director provincial do Ministério da agricultura e Desenvolvimento Rural, Abranekeseke, com esta realização, o país prepara-se de forma adequada para a sua adesão ao Protocolo de Livre comércio da SADC, deixada em aberto, através da moratória do último

encontro de chefes de Estado, realizado em 2007, em Dar-Es-Salam, devido à preparação da economia angolana para o grande desafio.

"Este fórum é, igualmente, uma contribuição para esta caminhada, em virtude de Angola ter de assinar a legislação fitossanitária, de modo a adequá-la às exigências da SADC, União Europeia e outros parceiros internacionais", lembrou o director do Ministério da Agricultura.

O facto de a província de Benguela representar uma porta de entrada e saída no contexto do mercado internacional, em função da existência do Porto do Lobito, Caminho-de-Ferro de Benguela e o futuro aeroporto internacional da Catumbela, fizeram da região o local exacto para a realização.

O engenheiro agrónomo Abranekeseke defendeu ser nestes três locais que vai incidir, igualmente, a observação de todas as medidas do país no que concerne à entrada de produtos que não correspondam às medidas sanitárias e fitossanitárias internacionais que possam ser prejudiciais à saúde humana, "estando o governo a proteger a saúde dos cidadãos e da sua economia", garantiu. Realizado pelo Codex Angola, o seminário de controlo sanitário e fitossanitário para a segurança alimentar contou com o patrocínio da União Europeia em parceria com a SADC.

### **1.3 Sonangol constrói posto de gás e reservatório de combustíveis**

*Jornal de Angola 6 De Maio de 2009*

A Sonangol Distribuidora está a investir 270 milhões de dólares americanos, na província do Kuando Kubango, para execução de um posto de enchimento de gás butano e reservatório de abastecimento de combustível, com vista a suprir a carência destes derivados.

O posto de enchimento está a ser construído de raiz numa área de 32 mil metros quadrados pela empresa Liom e será concluído em Dezembro de 2010. Com a entrada em funcionamento da nova linha, terá uma capacidade de produzir cerca de três mil garrafas por dias e um reservatório de quatro mil metros cúbicos de combustível, vai empregar mais de 130 pessoas.

Em declaração à imprensa, o director regional da Sonangol, Vaz Sobrinho, afirmou que a execução deste projecto, enquadra-se na política da Sonangol de expandir todos os seus produtos em todo o território nacional, visando assim melhor qualidade e prestação



de serviço.

Com a circulação do caminho-de-ferro de Moçâmedes previsto para o próximo ano, Vaz sobrinho, disse que os produtos chegaram em grande quantidade e poderá suprir as necessidades da província e em particular da população que será bem servido. O responsável acrescentou que as fortes chuvas que caíram nesta região criaram certos constrangimentos no andamento das obras que trouxe um ligeiro atraso. As obras tiveram início em Agosto de 2008. O director regional da Sonangol, sublinhou que o empreiteiro está a envidar todos esforços para que até 2010 tudo possa estar concluído.

O gás butano que tem ido comercializado em um valor monetário de mil kwanzas, segundo a dona Marlene de Araújo, com a entrada em funcionamento do novo posto de enchimento da Sonangol na província do Kuando- Kubango, tudo será mais fácil, tendo em conta que a procura deste produto preocupa bastante a população.

O automobilista Manuel Pascoal, afirmou que será uma mais valia para os utentes da via pública, visto que a procura de combustível tem sido uma dor de cabeça e quando tem são longas filas nos postos de abastecimento porque a população espera muito. Mais com o funcionamento da Sonangol na nossa província as coisas serão melhores para todos.

Na indústria petrolífera entram cerca de 114 fluidos de perfuração, alguns dos quais, nomeadamente, barite, betonite, cloreto de cálcio, cloreto de potássio, brometo de sódio, são considerados altamente perigosos por estarem associados a doenças do foro cardiovascular, respiratório, afectando também o próprio sistema reprodutivo.

Suspeita-se que uma doença estranha que surgiu no Cacucaco em 2007 tenha sido provocada por brometo de sódio da Halliburton até hoje não se sabendo ao certo o lugar onde tem depositado o lixo radioactivo.

Em Março último, um incêndio destruiu completamente os escritórios desta empresa de origem americana, presumindo-se que o fogo tenha sido causado por inflamação dos produtos químicos armazenados em condições precárias.

Os peritos estrangeiros que investigam as causas do incidente ainda não emitiram qualquer parecer. Na sequência do incêndio esteve em Luanda o PCA da multinacional David Lezar, que a esta altura já estará nos Estados Unidos.

## **1.4 Ministério da Economia convida estrangeiros a investir sem medo no Mercado Angolano**

*Jornal de Angola 09 De Maio de 2009*

O ministro da Economia, Manuel Júnior, considera Angola um país de futuro e convidou os investidores estrangeiros a apostarem no mercado angolano.

Ao falar, ontem, em Londres, durante o encerramento da conferência sobre Mercados Emergentes de África, organizada pelo Instituto de Relações Internacionais, Manuel Júnior disse que " Angola é um país de futuro, em que vale a pena estar presente, em função da estabilidade política e macroeconómica".

O ministro angolano afirmou que, quando o mundo atravessa uma das suas maiores crises económicas e financeiras, é a altura propícia para apostar num mercado emergente como Angola.

"Angola está a viver um período de reconstrução, tem estabilidade política e social, evidencia inúmeras oportunidades de negócios e tem um grande interesse em obter tecnologia de qualidade", acrescentou.

"O investimento em Angola vale a pena e é um investimento seguro", afirmou o ministro, garantindo que o Governo está a tomar medidas para o reforço das instituições nacionais dirigidas para a captação de capital estrangeiro e o fomento do investimento privado.

Manuel Júnior afirmou que a Agência Nacional do Investimento Privado (ANIP) está a passar por uma fase de reestruturação para melhor corresponder às exigências da economia nacional e dos investidores estrangeiros.

Falou da criação, há três anos, do Banco de Desenvolvimento de Angola, instituição vocacionada para o processo de diversificação da economia angolana, a partir de receitas do petróleo.

Referindo-se à realização em Angola do Campeonato Africano de Futebol, Manuel Júnior disse que o país está aberto à participação internacional nos grandes investimentos que está a preparar e que têm de ser realizados pelo sector privado, nomeadamente nas infra-estruturas turísticas.

De justa, equitativa e desenvolvida, da qual seja erradicada a fome e a miséria, assente na igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e com realce para o desenvolvimento humano e para a justiça na distribuição do rendimento nacional, de modo a

assegurar a estabilidade política e social.

"Queremos construir uma sociedade que garanta o acesso generalizado das famílias à habitação condigna, à água potável, à energia eléctrica, aos serviços de educação e saúde e a outros bens públicos que contribuam para o bem-estar social", sublinhou.

O ministro da Economia enumerou, ainda, duas prioridades fundamentais, definidas na estratégia do Governo: o investimento no capital humano e na reabilitação das infra-estruturas económicas e sociais. "É esta a estratégia que estamos a desenvolver e que esperamos nos venha a colocar no caminho dos vencedores."

Efeitos da crise na economia

O ministro da Economia reconheceu que a actual crise financeira e económica mundial está a afectar, também, Angola. Explicou que se nota a redução das receitas petrolíferas e diamantíferas, prejudicando os níveis de actividade, investimentos, rentabilidade e emprego nestes sectores.

Outros aspectos apontados pelo ministro são a redução dos fluxos financeiros do exterior, tanto na forma de ajuda pública ao desenvolvimento, como na de investimento externo directo, maior dificuldade de acesso a financiamentos externos e a pressão sobre as reservas cambiais do país face à redução do influxo de divisas. Esclareceu que o Governo de Angola adoptou medidas para fazer face à conjuntura económica e financeira internacional, tendo aprovado o cenário macroeconómico para o ano de 2009.

Rigor na realização dos gastos públicos Manuel Júnior disse que Angola vai continuar, este ano, a sua trajetória de crescimento económico, embora com abrandamento do seu ritmo, num ambiente de estabilidade macroeconómica e com uma taxa de crescimento acima da taxa de crescimento da população, que está estimada em 3 por cento. Isto significa que, em termos reais, Angola continua a exibir taxas de crescimento positivas.

O ministro da Economia salientou que estão a ser tomadas medidas de austeridade, de diversificação da economia e de rigor na realização das despesas, destacando-se a redução nos gastos públicos em bens e serviços, salvaguardando as despesas mínimas obrigatórias, reprogramação dos investimentos públicos, dando prioridade aos grandes projectos já financiados e a aceleração do programa de saneamento financeiro e a reestruturação das empresas públicas estratégicas.

No pacote do Governo estão, igualmente, a diversificação da economia nacional e o aumento das exportações líquidas, substituindo as importações de produtos que podem ser produzidos internamente e a melhoria dos indicadores da balança de pagamentos.

A conferência, aberta pelo Presidente do Ghana, John Atta Mill, contou, igualmente, com a participação do vice-ministro britânico para Africa, Lord Malloch Brown, que se mostrou preocupado com o impacto da crise financeira no continente africano.

## **1.5 Subida do preço do petróleo permite projectar a economia angolana**

*A Capital 9 de Maio de 2009*

Na quarta-feira, 06, O barril do crude esteve contado, pela primeira vez desde que caiu de valor, a 55 dólares nas bolsas internacionais, criando aos governos a expectativa de que a tendência poderá impulsionar uma retoma da economia, cujo crescimento tem sido afectado pela crise que se apossou da economia planetária.

Antes desta notícia, o Banco Mundial referiu-se, num dos seus relatórios recentes, a uma recuperação das receitas petrolíferas angolanas, pelo menos nos últimos dois meses, graças a um ligeiro aumento de produção e de preços, após uma queda «dramática» até Janeiro deste ano.

Com mais este aumento registado sobre o preço do crude, a expectativa é de um reanimar da economia do país que, contra as previsões iniciais, já não crescerá na ordem dos 11,8 por cento, podendo ficar em apenas 3 por cento.

Em recente entrevista a este jornal, o economista chefe da representação do Banco Mundial em Angola, Ricardo Gazel, teria alertado para o facto da economia de Angola vir, em função da queda do preços do petróleo e dos cortes de produção, a contrair-se em 2009.

Mas, Gazel não foi o único a fazer semelhantes previsões.

Num artigo de análise publicado no Novo Jornal, o economista Alves da Rocha serve-se de informações mais actuais sobre as componentes sectoriais do valor Agregado Nacional, referindo que «a economia angolana não crescerá acima dos 3% em 2009», podendo, como escreve, entrar em recessão (talvez em 1010) «se os investimentos públicos forem reduzidos, os investimentos privados se retraírem».

O Governo, na pessoa do ministro angolano da Economia, descartou, todavia, a ocorrência de uma retracção em níveis tão baixos, como os avançados por Alves da Rocha.

Embora reconhecesse ser uma possibilidade real o abrandamento da expansão da economia angolana, Manuel Júnior garantiu, na altura, que o país «não estará numa situação de crescimento abaixo da taxa de crescimento da população, que é de três por cento».

A verdade, porém, é que a economia do país está mesmo em declínio, do ponto de vista do ritmo de expansão. Um tendência que, entretanto, começa a dar sinais de retoma.

É que a recuperação das vendas de diamantes e das receitas petrolíferas de Angola dão indicação disso mesmo, havendo quem sugerisse de que se está perante o princípio do fim do considerado pior período que a indústria extractiva já registou, nos últimos tempos.

O ministro da Geologia e Minas, Makenda Ambroise, por exemplo, revelou, há dias, que dez minas que haviam sido temporariamente encerradas já retomaram as suas actividades normais, graças a «sinais positivos» na procura, fortemente deprimida desde o último trimestre do ano passado.

À semelhança de Mankenda Ambroise, o ministro angolano das Finanças está também convicto de que se está caminhar para período agora menos apertado para a economia nacional. Aquando da conferência nacional sobre a habitação, o governante disse, em declarações à RTP, estar «convencidos que haverá uma retoma em 2010», referindo-se mais propriamente à economia angolana.

Severim de Moraes, que considerou 2009 ano em que «a crise financeira terá tocado no fundo», acredita, assim, que as autoridades estariam em condições de conseguir a concretização das metas definidas no plano do Governo.

### **1.6 Zonas rurais são mais ricas, mas também fonte de pobreza acentuada**

*A Capital 9 de Maio de 2009*

Um informe oficiais a que este jornal teve acesso revela que entre 60 e 70 por cento da população angolana vive nas zonas rurais e nas periferias das cidades, mas reconhece ser também no campo onde a situação de pobreza é mais acentuada, embora seja nele que estão radicados os principais recursos geradores de renda.

A Secretaria de Estado para o Desenvolvimento Rural (Seder) diz-se a par de todos estes problemas, estando, por isso, a trabalhar, em sintonia com outros sectores, no sentido de inverter um quadro marcado por elevados índices de pobreza e subdesenvolvimento.

Um programa neste sentido foi já aprovado e esteve, esta semana, no centro de uma conferência que visou discutir a problemática do desenvolvimento integrado, a pensar no bem-estar social das populações das zonas rurais.

A elevação do Índice de Desenvolvimento Humano é a grande preocupação constante do programa em alusão, que se reporta ao quadriénio 2008/2012, onde a prioridade das acções da Secretária de Estado para o Desenvolvimento Rural será a de olhar para questões como o acesso à água potável, educação, saúde, habitação, saneamento básico, assim como inverter o elevado índice de morbi-mortalidade materno-infantil.

Filomena Delgado disse que o programa dará maior enfoque à região Centro Sul do país, mas províncias como Moxico e as duas Lundas merecerão uma atenção particular, em função do facto de as suas populações revelarem piores indicadores, no que respeita ao desenvolvimento humano.

O programa define metas, cujo objectivo é o de melhorar as condições sociais nas zonas rurais, por via do estabelecimento das infra-estruturas sociais, que incluem escolas, postos médicos ou centros de saúde e o fornecimento de energia eléctrica às populações daquelas zonas, assim como criação de condições de habitabilidade, por forma a permitir o descongestionamento dos grandes centros urbanos

O combate à fome é outro desafio assumido pelo Governo, que pensa atingir o objectivo por via do relançamento da agro-pecuária no país, garantindo, assim, a tão perseguida segurança alimentar para as populações, a favor de quem se promete dar a possibilidade de desenvolver actividades geradoras de renda, como o comércio rural.

### **1.7 Zona Económica Luanda-Bengo arranca com dezenas de fábricas**

*Jornal de Angola 10 de Maio de 2009*

O programa executivo do Ministério da Indústria destinou 115 unidades fabris para o município do Icolo e Bengo. As empresas são instaladas no quadriénio 2009/2012.

Em declarações à Angop, a directora provincial da Indústria, Comércio, Turismo e Hotelaria da província do Bengo, Rolina Jericota, explicou que para a construção desses empreendimentos vão ser criados dois parques industriais, um dos quais na localidade do Bom Jesus (município do Icolo e Bengo) e outro em Viana (Luanda), passando a designar-se Zona Económica Luanda/Bengo.

As fábricas vão empregar cinco mil trabalhadores. A directora provincial disse que as fábricas, vão ocupar uma superfície de 2.100 hectares e contam com o financiamento do Banco de Comércio e Indústria e da linha de crédito da China.

Rolina Jericota garantiu que a Direcção Provincial da Indústria tem outras propostas de projectos na área agro-industrial que contemplam uma fábrica de conservas horto-frutícolas, uma unidade transformadora de mandioca, contando com um financiamento de 35 milhões dólares, provenientes do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA). Este complexo industrial cria mais de dois mil postos de trabalho. Relativamente às empresas de material de construção, Rolina Jericota destacou o projecto de instalação de três fábricas, das quais duas de cerâmica e uma de cimento, cujo orçamento está avaliado em mais de 264 milhões de dólares.

A directora da Indústria do Bengo disse que outros projectos vão ser implantados nos municípios do Dande e do Ambriz, aguardando que empresários nacionais e estrangeiros invistam na província do Bengo, tendo em conta o seu potencial em recursos naturais e minerais, caulino, gesso, asfalto, calcário, quartzo, ferro, enxofre, mica e feldspato.

### **1.8 Angola é número um em Africa nas trocas comerciais com a China**

*Jornal de Angola 14 de Maio de 2009*

As relações comerciais entre Angola e China atingiram os 25,3 mil milhões de dólares no ano passado. Este número transformou o país no maior parceiro comercial da República Popular da China em Africa.

As trocas comerciais bilaterais têm registado um crescimento significativo, de acordo com a avaliação feita pela Comissão Permanente do Conselho de Ministros; quando procedia ao balanço do estado de cooperação com aquele país asiático, na reunião de ontem realizada no Palácio Presidencial da Cidade Alta, em Luanda, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Angola exporta para a República Popular da China petróleo bruto. Angola é igualmente o maior fornecedor africano do "ouro negro" para aquele país asiático. As exportações angolanas para a China, além de petróleo bruto, incluem diamantes e sucatas.

Angola importa da China alimentos, máquinas, equipamentos, aparelhos electrónicos, vestuário e calçado. Estas operações atingiram já cerca de 1,5 biliões de dólares. No ano de 2007, o volume de negócios entre os dois países atingiu mais de 22 mil milhões de dólares.

O volume de exportação de petróleo, diamantes e sucatas para a China atingiu o valor aproximado de sete biliões de dólares entre 2004 e 2006. Os dois países cooperam de forma efectiva, desde Setembro de 1979.

Os membros do Governo analisaram igualmente o estado das relações políticas e de cooperação económica, técnico-científica e cultural entre a República de Angola e a República Portuguesa. De acordo com o comunicado de imprensa da sessão de ontem, existe um clima de confiança mútua, que se tem vindo a estabelecer ao longo dos anos, entre Angola e Portugal.

Este ambiente permitiu que fossem assinados entre os dois países 108 instrumentos jurídicos, dos quais um Acordo Geral de Cooperação, dez convenções, quatro acordos de cooperação, três Adendas, 16 memorandos de entendimento, 35 protocolos de cooperação, um regulamento interno e dois convénios.

### **1.9 Angola sem um dos países mais afectados pela crise mundial**

*Folha 8 16 De Maio 2009*

O produto Interno Bruto (PIE) africano registará, este ano, uma quebra para menos de metade dos valores registados em 2008, prevê a OCDE, considerando Angola um dos piores casos do continente.

Num relatório divulgado no dia 11, pela Organização de Desenvolvimento e Cooperação Económica (OCDE), as previsões para Angola são das piores, já que o PIE deverá perder 23 pontos de crescimento, passando dos 15,8 por cento registados em 2008 para - 7.2 por cento, previstos para o ano em curso.

Segundo o que se lê no documento, após cinco anos de forte crescimento, a economia africana deverá conhecer "uma compressão brutal" em 2009 devido à crise mundial que poderá afectar avanços democráticos no

continente Produto Interno Bruto (PIE africano deverá aumentar 2,8 por cento, ou seja, menos de metade do registado em 2008 (5,7 por cento), antes de uma "retoma moderada" em 2010 (1, por cento), prevê a OCDE, considerando optimistas tais previsões.

"A integração progressiva do continente africano na economia mundial, desde há 15 anos, aumentou a sua fragilidade, face às contracções bruscas dos fluxos financeiros", refere-se no relatório, evocando nomeadamente a redução das transferências de dinheiro dos trabalhadores emigrados devido à crise.

Os países africanos são também fortemente afectados pelo afundamento do comércio mundial e a desvalorização das matérias-primas petróleo e cobre...), O que amputa as suas receitas, ameaçando "a esta macroeconómica recente tão duramente adquirida", segundo o relatório.

Quatro dos 52 países analisados verão assim o PIE diminuir no corrente ano: Seichelles (-0, Li por cento), República Democrática do Congo (-0,6 por cento), o Chade (0,7 por cento) e sobretudo Angola país exportador de petróleo, que poderá perder num ano 23 pontos de crescimento (de + 15,8 por cento. em 2008. para -7,2 por cento neste ano).

Primeira economia do continente a África do Sul também não ser; poupada: o PIE deverá progredir 1,1 por cento no ano em curso contra os 3,1 registados em 2008 A OCDE está igualmente preocupada com as consequências políticas da crise.

"A degradação da conjuntura económica poderá afectar certos avanços c...) em termos de democratização e governação" alerta; 1 OCDE, considerando, "a caminhada para a democracia encontra-se impasse" como provam os recentes desenvolvimentos na Guiné Conacry, Guiné-Bissau e Madagáscar o Segundo a OCDE, subsistem ainda sólidos motivos de optimismo.

De acordo com o relatório, nos últimos anos, a maioria dos países africanos adoptou "políticas dentes de gestão macroeconómicas que poderá amortecer os efeitos da crise.

Sobretudo, com a explosão das trocas comerciais com a China, o continente africano tornou-se menos dependente dos países ricos, que entraram em recessão.

"A economia chinesa deverá crescer este ano, em cerca de seis por cento, enquanto o país continuará a necessitar das matérias-primas que se encontram em África", sublinhou José Gijon, chefe do departamento

de África e Médio Oriente da OCDE.

## **1.10 Emissão dos Bilhetes de Tesouro limitada às necessidades do Estado**

*Jornal de Angola 16 de Maio de 2009*

A emissão dos Bilhetes do Tesouro (BT) vai ser restrita às necessidades do Estado quanto ao financiamento de liquidez de curto prazo, anunciou o vice-ministro das Finanças, Cruz Neto.

"Por serem limitados às necessidades de dívida pública, de curto prazo, quando se esgotarem vai valer a pena investir nos instrumentos de longo prazo, as Obrigações de Tesouro", disse.

Cruz Neto, que falava na palestra realizada pela Associação dos Trabalhadores Bancários (ASTRABA), considerou ser necessário que o Governo incentive e lance sinais que apontem para a necessidade de os agentes aplicarem mais em instrumentos de dívida de médio e longo prazo.

Numa altura em que se regista maior adesão aos BT face às Q.T, por "ser mais fácil e cómodo", o vice-ministro entende ser importante que as pessoas comecem a pensar nas Obrigações de Tesouro.

"Há um período de aprendizagem em tudo isto. A grande questão é a possibilidade de investir hoje para colher os dividendos amanhã. É uma questão de opção", referiu...

A ligeira depreciação da moeda nacional face ao dólar, frisou, não constitui motivo para reduzida adesão aos títulos do tesouro, pelo contrário a aplicação em obrigações, seja por indexação à taxa de câmbio, seja por indexação à inflação tem por objectivo proteger o investidor. Sobre a fraca adesão das OT, o vice-ministro explicou que, por "serem novos instrumentos, encerram uma certa complexidade na sua compreensão" e que, por isso, "devem ser tomadas medidas para ampliar o nível de divulgação e explicação" dos mesmos.

Apesar disso, afirmou, a economia começa a reagir face aos instrumentos de dívida pública, sendo "importante dar tempo aos operadores e agentes económicos para que se organizem e redimensionem a aplicação do capital no médio e longo prazo".

"Não estamos receosos que seja um insucesso o lançamento das OT. Cada coisa tem o seu tempo e a adesão por parte dos agentes económicos há de

crescer", salientou.

Entre as várias possibilidades de aplicação do dinheiro, as pessoas com "recursos ociosos" devem, disse, aplicar nas OT (médio e longo prazo), como uma remuneração superior as BT (curto prazo), pois, "além dos habituais depósitos a prazo, há ainda a possibilidade de aplicarem na compra de bens e activos reais". "Trata-se apenas de uma questão de escolha", sustentou.

O importante, declarou, é que o.

Estado dê várias opções aos agentes para aplicar as suas poupanças. O Estado está a adoptar medidas para ajustar a liquidez estrutural na economia, pois era preciso colocá-la a níveis consentâneos com o desenvolvimento nacional.

Sobre a carta que a Associação dos Bancos elaborou a pedir a reestruturação das políticas monetárias do Estado, defendeu ser importante não interpretar o documento como uma posição contra a política governamental, mas como uma forma de procurar um melhor diálogo com o Governo, pois, frisou, todos devem participar no desenvolvimento da economia do país. "O Estado sem os bancos não consegue prosseguir os seus fins e o mesmo se aplica aos bancos", disse, acrescentando:

"É preciso que a aplicação das políticas monetárias do Estado, que sabe o que faz, não firmam a solidez do sistema financeiro".

Alteração da Taxa de câmbio

O vice-ministro das Finanças disse que a política cambial do país é do tipo flexível, que permite exprimir a situação real do mercado e dos seus fenómenos. "Ela não é administrada", referiu.

Cruz Neto sublinhou que não se pode exigir explicações ao Governo e ao Banco Central sobre a alteração da Taxa de Câmbio (TC), na "medida em que ela é fixada no mercado por força da oferta e da procura" que se lhe pode dar.

O vice-ministro esclareceu que por o Governo não administrar a Te e por esta ser formada no mercado, as pessoas devem acompanhar o desenrolar da situação, cabendo ao BNA defender a estabilidade.

O que se pretende, referiu, "é a estabilidade da TC e não, propriamente, a apreciação ou depreciação do kwanza". "Esta é uma evolução normal da política cambial do país", lembrou o vice-ministro.

"Quando se verificar que há uma procura anormal de

divisas, indiciando especulação, o Estado pode accionar os devidos mecanismos para travar e controlar qualquer que seja a anormalidade", assegurou.

## **1.11 Banco Angolano na presidência**

*Jornal de Angola 16 de Maio de 2009*

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) assumiu, na quarta-feira, na pessoa da sua administradora Maria de Fátima Silveira, a presidência da Associação das Instituições Africanas do Financiamento ao Desenvolvimento (AIAFD), para a região central.

Maria de Fátima Silveira foi eleita na terça-feira, à noite, em Dakar, no fim da 36ª assembleia anual da AIAFD, realizada à margem das sessões anuais do BAD, cujos trabalhos decorrem, desde domingo, na capital senegalesa.

A responsável do BPC disse à Angop que na de terça-feira foram apresentados os relatórios do exercício económico referentes ao ano de 2008 e aprovado o orçamento e o plano de formação para 2009. Na qualidade de associados, os administradores regionais da AIAFD participam nas reuniões anuais do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, onde são adoptadas as estratégias, aprovados os planos, programas de acção e metas da Instituição (BAD).

AIAFD é uma associada do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento e tem como principais objectivos a formação de quadros, mobilização e sensibilização de agentes económicos, promover trocas de experiências e vias para o acesso a crédito do Banco Africano de Desenvolvimento.

## **1.12 Programa do Governo impulsiona integração da economia angolana no mercado mundial**

*Jornal de Angola 19 de Maio de 2009*

A ministra do Comércio, Idalina de Oliveira Valente, garantiu ontem, em Luanda, que o programa do Governo constitui um alicerce seguro para impulsionar a integração da economia angolana no sistema económico mundial.

Ao prestar estas declarações na abertura dos seminários sobre "A agricultura e a resolução de diferendos" e sobre "As medidas sanitárias e fitossanitárias", a governante destacou o facto de Angola ser membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), desde

1996.

Apesar da filiação de Angola à OMC desde a década de 90, Idalina Valente afirmou que o país, até hoje, tira poucas vantagens desse facto, nomeadamente na utilização de um sistema de regras jurídicas multilaterais aplicadas ao comércio, aprovadas pelos países membros desta organização de forma consensual.

Quanto aos participantes, Idalina Valente indicou que os funcionários públicos terão que considerar aspectos relevantes dos temas em abordagem nas propostas das políticas a seguir para o sector público e privado.

Ao sector privado, especificou, competirá fazer escolhas do que produzir para o mercado interno e para a exportação, tendo em conta as barreiras técnicas e sobretudo os entraves não tarifários a enfrentar para poderem colocar os seus produtos no mercado mundial.

### **1.13 Pólo Industrial do Huambo com novas fábricas**

*Jornal de Angola 21 de Maio de 2009*

O ministro da Indústria, Joaquim David, anunciou, ontem, no Huambo, a implantação de 19 fábricas de indústria transformadora no Planalto Central, dentro do programa do Governo Central para o período de 2009 a 2012.

O projecto está incluído no plano estratégico do sector da indústria e visa o relançamento do pólo industrial do Planalto Central, com projectos já aprovados pelo Conselho de Ministros.

O ministro da Indústria deu esta informação quando apresentava, aos empresários do Huambo, o Programa Executivo do Sector da Indústria, que prevê a construção de 19 unidades transformadoras no Pólo de Desenvolvimento do Município da Caála.

Joaquim David explicou que o principal objectivo do programa é relançar a indústria na província do Huambo, aumentar o emprego, diminuir a pobreza e aumentar as capacidades empresariais e tecnológicas do país. O ministro informou que para executar as orientações dadas pelo Presidente da República, durante a conferência realizada na capital, foi tomada a decisão de vários técnicos da indústria iniciarem uma experiência piloto no Huambo. "No caso da província do Huambo, podemos dizer que temos um projecto ambicioso, pelo facto de deter um historial característico no ramo industrial. Para tal, é necessário reconstruir e criar o novo Pólo Industrial da Caála, localidade onde o Governo já criou as bases para a construção de 19

indústrias", sublinhou o ministro Joaquim David. "De braços abertos".

As 19 indústrias transformadoras, disse o ministro, já foram aprovadas pelo Governo, "o que quer dizer que o ministério está de braços abertos para o relançamento de novas indústrias e, ao mesmo tempo, apoiar todos os empresários, nacionais e estrangeiros, que mostrem interesse no arranque do projecto, num curto espaço de tempo". O ministro da Indústria disse, ajuda, que "a política dinamizadora que o sector criou passa pelo diálogo com o Ministério das Finanças, no sentido de encontrarmos formas de ajudar os empresários e dar garantias para o arranque destes projectos. Como sabemos, os empresários nacionais têm grandes dificuldades", reforçou.

Resultados a curto prazo.

O projecto do Huambo prevê a construção de fábricas de tintas e plásticos, cerâmica de barro vermelho, vidro, lâmpadas fluorescentes, cabos eléctricos, carpintaria e transformação de madeira.

No Pólo Industrial da Caála vão, também, nascer fábricas de arame farpado, calçado, moagem, equipamentos de rádio e televisão, colchões de molas, impressão gráfica, recauchutagem e metalomecânica.

No final da sua visita de dois dias à província do Huambo, o ministro da Indústria deslocou-se ao terreno onde vai ser instalado o novo Pólo de Desenvolvimento Industrial da Caála e o entreposto frigorífico da zona industrial da Calenga, que conserva horto-frutícolas e tem capacidade para armazenar 800 toneladas, numa superfície de 1.944 metros cúbicos. O entreposto frigorífico tem espaço para oito câmaras, numa área de trinta hectares as obras estão praticamente concluídas.

O ministro Joaquim David deslocou-se à zona industrial da Cuca, onde visitou a fábrica de colchões, tintas e plásticos e a própria fábrica de cerveja Cuca, cujas instalações devem ser inauguradas nos próximos tempos. A fábrica de refrigerantes Sefa foi outro, empreendimento visitado.

### **1.14 BPA e Millennium criam "cidade financeira"**

*Novo Jornal 22 de Maio de 2009*

O Banco Privado Atlântico e o Banco Millennium Angola prepararam-se para construir na zona de Talatona um complexo de instalações e infra-estruturas comuns, que darão lugar ao nascimento da primeira "Cidade Financeira" do nosso país. Trata-se de uma plataforma

inovadora, criada para responder ao aumento da procura de serviços bancários e de outros da esfera administrativa por parte dos habitantes daquela nova centralidade e arredores.

Ocupando uma área de dois hectares, este centro de negócios estará dotado de vários equipamentos constituídos por cinco edifícios de sete andares num investimento global de cerca de 7,78 mil milhões de kwanzas, correspondentes a 100 milhões de dólares. As duas instituições, que possuem interesses cruzados nas respectivas estruturas accionistas no âmbito de uma parceria estratégica, pretendem com este passo dar continuidade a oferta de um serviço de atendimento ao cliente com elevado padrão de excelência.

Cada um dos bancos ocupará um edifício autónomo onde funcionarão as respectivas sedes e ambiciona retirar as maiores vantagens possíveis das áreas centrais e corporativas e da localização do empreendimento. Em dois outros edifícios serão postos à venda espaços para escritórios de empresas financeiras e para financeiras. Uma quinta torre estará reservada para habitações cuja venda será aberta ao mercado.

Esta plataforma, que começará a ser construída em Julho próximo, oferecerá uma vasta gama de serviços descentralizados que irão desde a renovação de cartas de condução, passando pela emissão de certificados de nascimento ou de óbito. "Os nossos funcionários não terão necessidade no futuro de vir ao centro da cidade para resolver esse tipo de problemas" – disse ao Novo Jornal uma fonte do BPA.

Para além daqueles serviços, esta "Cidade Financeira" disporá de uma zona de lazer para os seus funcionários e clientes, servida por um Hurst Club, uma zona de cafetaria, um ginásio, um auditório para conferências e uma creche de alto gabarito. "Queremos oferecer a mais alta qualidade de vida aos nossos colaboradores e clientes" - acrescentou a mesma fonte do BPA, que pretende garantir nas suas operações financeiras os mais elevados padrões de rigor e sigilo bancários.

LINHA DE CRÉDITO DE 100 MILHÕES O BPA e o Millennium vão abrir, entretanto, uma linha de crédito no valor de 100 milhões de dólares para promover projectos privados de investimentos no sector produtivo, contribuindo para a diversificação da estrutura do PIE angolano. Os clientes destas instituições beneficiarão tanto de uma plataforma tecnológica segura, como de uma plataforma de serviços de banca de investimento do BPA "para assessorar tecnicamente os empresários e investidores nos seus processos de investimento e desenvolvimento em-

presarial". "Apostamos na dinamização do investimento em Angola através de uma gama"alargada de produtos de crédito a médio e longo prazo" - concluiu um administrador do banco liderado por Carlos Silva.

## **1.15 Angola sobe de lugar na lista elaborada pelo Banco Mundial**

*Jornal de Angola 22 de Maio de 2009*

Angola melhorou 20 lugares no ranking do Banco Mundial sobre a facilidade de investimento, de começar o negócio, obtenção de licença de construção e de empregar o pessoal. De acordo com os dados apresentados quarta-feira pela KPMG, empresa de consultoria e de assessoria a nível mundial, apesar dessas melhorias ainda há muito que se fazer para dinamizar a economia. Por exemplo, viu-se que demora-se mais dias para tratar um registo de propriedade, na protecção de investidores, concepção de vistos, licença de construção, obtenção de créditos, no pagamento de impostos, entre outros serviços.

Os resultados positivos alcançados devem-se também ao trabalho da Agência Nacional do Investimento Privado (ANIP), no dinamismo e vontade que tem desenvolvido, criando facilidade para atrair investimentos de empresas estrangeiras no país.

O estudo da KPMG mostra que ainda há muito a percorrer na desburocratização da administração pública e naquilo que é a simplificação de processos, que tem a ver com a abertura de empresas, de crédito, licenças e autorizações. E também o estudo mostra que, quanto mais cedo se fizer e ultrapassar esses constrangimentos, o país ter como consequência mais investimento.

Sobre a crise económica o director geral da KPMG, José Carvalho, disse que há dois tipos de medidas que devem ser adoptadas para preparar o país face ao impacto da crise financeira que está a chegar a Angola, de forma indirecta.

José Carvalho refere que as medidas que estão a ser tomadas têm como objectivo, por exemplo, manter o nível de reservas do país, e as outras visam a contenção da diminuição de reservas, isto no campo financeiro. Outro tipo de medida que está a ser implementada e que, no seu entendimento, tem um grande potencial para promover o desenvolvimento regional, é a diversificação da economia. "Os programas que estão a ser desenvolvidas no sector das pescas, agricultura, e indústria extractiva e de transformação, são iniciativas importantes, porque acabam por ser um escape, numa



época de crise", disse.

Angola pode aproveitar rapidamente para desenvolver-se naquilo que são os sectores ainda não desenvolvidos e que não dependem directamente das variações do preço do petróleo e da capacidade do mercado nacional de absorver os diamantes. Como consultor considera importante a diversificação, e naquilo que são as iniciativas do governo, reiterou a importância do desenvolvimento dos sectores não petrolíferos como medida para propiciar um cenário Macro-económica positivo.

### **1.16 Coordenador da ANIP fala das oportunidades de negócios em Angola**

*O Independente 23 de Maio de 2009*

As oportunidades de negócios em Angola foram objecto de uma mesa redonda quarta-feira, em Washington, numa organização conjunta da missão diplomática de Angola em Washington, da Câmara de Comércio EUA/ Angola e da petrolífera americana Chevron.

O encontro, que teve como principal orador o coordenador da comissão de reestruturação da Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), Aguinaldo Jaime, realizou-se no quadro da visita que o ministro angolano das Relações Exteriores, Assunção dos Anjos, efectua aos Estados Unidos da América.

Segundo um comunicado de imprensa, Aguinaldo Jaime falou sobre o actual momento da economia angolana, dos resultados alcançados no domínio macro-económico, dos efeitos da crise sobre a economia e indicou as medidas adoptadas para mitigar os efeitos da mesma.

A propósito dos efeitos da crise mundial na economia angolana, Aguinaldo Jaime recordou aos participantes que o Orçamento Geral do Estado (OGE) havia sido elaborado com base no preço de USD 55 por barril de petróleo.

Notou que embora Angola tenha sido atingida pela crise, por efeito da redução dos preços do barril de petróleo e dos diamantes, assim como da diminuição da produção petrolífera, a economia angolana deverá registar um crescimento vigoroso este ano, apesar de alguma retracção.

De acordo com o economista, o Governo deverá dar continuidade à implementação do programa de reconstrução e reabilitação das infra-estruturas como pontes, estradas, caminhos-de-ferro, portos e aeroportos e

habitações sociais.

Aguinaldo Jaime disse também que o sector não petrolífero continua a crescer e, segundo indicadores de 2007 e 2008, os investimentos têm vindo maioritariamente da Europa, Ásia, África e América do Sul e Central.

Lamentou o facto de a ANIP continuar a receber poucos investimentos dos EUA e encorajou os empresários norte-americanos a aproveitarem as oportunidades que o mercado angolano oferece.

Durante o evento, os participantes colocaram perguntas relacionadas com o clima de negócios e particularmente sobre as dificuldades na criação de uma empresa ou negócio em Angola.

A atribuição de vistos e a proibição que pende sobre a TAAG de sobrevoar o espaço aéreo da União Europeia também foram questionados.

Em resposta, o vice-ministro dos Transportes, José Kuingua, disse acreditar que, em função das inspecções do tipo IOSA em curso e as melhorias registadas no sector e na TAAG, a interdição poderá ser levantada dentro de dois meses.

Moderado pelo gestor de Assuntos Internacionais da Chevron, Sola Omole, o evento teve a participação de empresários e representantes de empresas como a Boeing, General Motors, General Electric, BP, Good Works International, a Comcast, Cohen Group e a Delta Airlines.

No âmbito da cooperação bilateral que existe no domínio dos transportes, a Delta Airlines vai inaugurar este ano um voo que ligará Luanda à capital americana, Washington, D.C.

Hoje, quinta-feira, o programa da visita prevê um encontro entre a equipa da Corporação Financeira Internacional (IFC), pertencente ao grupo do Banco Mundial, e a delegação angolana para apresentar o relatório "Doing Business in Angola 2009".

Pela parte angolana estarão presentes Aguinaldo Jaime, o vice-ministro do Comércio, Gomes Cardoso, e funcionários do sector económico da Embaixada de Angolanos EUA.

### **1.16 Angola: Agravamento da situação económico-financeira**

*Folha8 23 de Maio de 2009*

Lisboa – O sector dos diamantes (AM 367) é

praticamente o único em que são já muito nítidos efeitos nocivos da presente crise económico-financeira em Angola. Entre tais efeitos avulta o estado de desânimo e as dificuldades que os investidores nacionais deixam transparecer em razão de imprevistos como a paralisação da actividade.

As vicissitudes que atingem a economia diamantífera (toda a cadeia dos seus agentes) não estão reproduzidas noutros sectores, pelo menos com a mesma intensidade, mas começam a ser assinaladas na acção governativa e na conduta da elite e dos endinheirados atitudes reveladoras de reserva e preocupação geral.

O principal fulcro de tais preocupações reside em dados de informação, do conhecimento restrito ou domínio público, acerca do desempenho da economia angolana e do estado das finanças públicas.

A saber:

- As receitas fiscais oriundas do petróleo caíram para metade.

- O volume das reservas internacionais de divisas decaiu 30% (reflexo conjugado da diminuição das receitas petrolíferas com o recurso às reservas para dar vazão a uma "política de contingência" de venda de moeda estrangeira com o objectivo de manter inalteradas as taxas de câmbio).

- Quebra acentuada do investimento externo - o que levou a ANIP a protelar a entrada em vigor de novas normas para o investimento externo.

- Dificuldades acrescidas no acesso ao crédito externo.

As preocupações dos governantes e dos empresários face aos efeitos da crise em Angola só começaram a evidenciar-se há 4 meses. Até então o fenómeno foi minimizado, apesar de a economia depender em larga escala de dois únicos sectores - diamantes e petróleo, ambos severamente atingidos pelo ambiente de recessão internacional.

2. Os governantes angolanos costumavam realçar, entre os bons resultados do seu desempenho macroeconómico, a estabilidade da moeda e as baixas taxas de inflação. Na fase inicial da crise foi mesmo posta em prática uma onerosa política considerada apta a manter inalteradas as taxas de câmbio.

A referida política, que consistiu na venda interna de divisas provenientes das reservas, foi abandonada; não produziu efeitos benéficos e deu azo a perversões como uma redução das reservas e início de uma desvalorização nominal da moeda nacional, acompanhada de previsões de desvalorizações bruscas, correntes no passado.

O Ministério das Finanças lançou uma operação de

venda de títulos, de cujo sucesso dependia também o êxito da política cambial. As expectativas de encaixar c USD 550 milhões ficaram muito abaixo - apesar de alguns bancos terem efectuado subscrições substanciais de obrigações.

A inflação está a subir, presentemente 12/13%; a alteração é vista com preocupação no contexto de distorções da realidade angolana como a taxa de 40% de desemprego e o elevado custo de vida (um medicamento custa mais do dobro que em Portugal).

3. O presente "despertar de consciências para a crise", conforme expressão corrente está traduzido em atitudes comezinhas como maior contenção individual de gastos e ponderação acrescida em relação a novos negócios. Também são notórias recatadas dúvidas quanto à capacidade para construir um milhão de casas em 4 anos.

A nova realidade não é estranha a factos como os seguintes:

- O investimento público, nomeadamente em infra-estruturas, caiu 40% (a construção do novo aeroporto de Luanda está, de facto, suspensa sine-die; em seu lugar vão ser efectuadas melhorias no aeroporto existente, no valor de USD 70 milhões)

- Anúncio oficial de planos e políticas de emergência destinadas relançar sectores da economia fundamentais na época colonial (M 369), entre os quais a agricultura e a indústria.

4. Em Fevereiro e Março, as receitas petrolíferas subiram ligeiramente devido a um aumento dos preços e da própria produção (1%). O ambiente geral é, porém de cepticismo (AM 363), também atribuído a conjecturas segundo as quais os preços do petróleo vão manter-se baixos ainda durante muito tempo por efeito combinado de dois factores:

- Baixo consumo ditado por contracção geral da economia mundial.

- Anormal propensão dos países produtores, em especial os de Golfo, para a venda de petróleo a preços aviltados como forma de conterem pressões económicas e financeiras a que estão sujeitos.

## **1.17 Os efeitos das empresas estrangeiras em Angola**

*Folha 8 23 de Maio de 2009*

Tem-se afirmado que um dos canais de transmissão da actual crise económica internacional é o investimento

estrangeiro que se retrairá face a quebra geral de oportunidades. Reconhece-se que, em determinadas circunstâncias e condições, o investimento privado estrangeiro pode ser portador de vantagens para as economias que o acolhem. Em diversas matérias, as reservas são muitas.

Não existe uma estatística fiável quanto ao número de empresas estrangeiras a operar no país. Utilizando informações apresentadas pelo semanário *Expansão* (edição de 9 de Abril de 2009), estimo que existirão, actualmente, em Angola, 532 empresas estrangeiras, cabendo a Portugal a maior percentagem (37,6%), logo seguido pela China (18,8%).

Admitindo que, neste universo se encontram as empresas estrangeiras petrolíferas, diamantíferas e de construção, cálculos grosseiros podem apontar para um controlo de perto de 60% do PIE nacional. Reflexões podem ser feitas sobre esta matéria, relacionadas, afinal, com o papel dos investimentos estrangeiros em Angola.

A primeira decorre, justamente, das consequências sobre a independência económica do país, quando percentagem tão elevada da riqueza nacional, criada anualmente, é controlada por empresas estrangeiras, cujas estratégias dependem dos centros transnacionais de decisão, podendo, consequentemente, não ser coincidentes com as estratégias de crescimento nacionais. Que atitude se espera destas empresas se a crise económica mundial durar 5 anos, por exemplo? Ou se os preços do petróleo e dos diamantes se estabelecerem em níveis economicamente não rentáveis para a correspondente exploração?

E, de facto, um nível de dependência bastante acima do que deve ser considerado politicamente aceitável. Evidentemente que existem razões – excessiva concentração da actividade económica em sectores enclavados, classe empresarial angolana ainda em processo de formação, sistema financeiro nacional em fase de estabelecimento, inexistência de sistemas de inovação e de investigação científica e tecnológica mas, esta situação exige uma atenção especial da parte dos poderes públicos.

Dar mais oportunidades aos empresários angolanos, facilitando o estabelecimento das suas actividades, envolvendo-os nas discussões sobre o desenvolvimento estratégico do país e incentivando-os para a inovação e competitividade, tem de ser uma das linhas de constituição de um poder económico nacional.

A segunda preocupação relaciona-se com as linhas de crédito postas à disposição das empresas estrangeiras

pelos respectivos países de origem. Mesmo nos casos em que os contratos entre os dois Estados considerem a possibilidade de as empresas angolanas poderem aceder aos envelopes financeiros, a grande fatia é, sempre, reservada às empresas estrangeiras e empresas angolanas, embora se juntem, em parcerias, às estrangeiras, acabam por deter uma posição sempre minoritária, para não dizer subalterna.

Depois, a natureza das actividades produtivas em que os investimentos estrangeiros, financiados pelas linhas de crédito, se interessam. Via de regra, o sector comercial de importação (exportação para os países concessionários das linhas de crédito) é o que maior percentagem absorve. Se as importações forem de bens de equipamento, os efeitos são positivos para a economia nacional, em termos de modernização dos processos de produção e de aumento da produtividade bruta aparente do trabalho.

Maiores benefícios resultarão se esta modernização for das empresas angolanas, porquanto se a importação dos bens de equipamento de última ou penúltima geração tecnológica for realizada pelas empresas estrangeiras, as mais-valias associadas retomarão para os países de origem.

Se as importações forem de bens de consumo corrente, o único benefício é em favor das empresas estrangeiras exportadoras para Angola. As linhas de crédito, nestes casos, são como uma tábua de salvação para as empresas estrangeiras em dificuldades económicas nos seus países.

Por outro lado, estas linhas de crédito ajudam a sua internacionalização, desencadeando uma concorrência desleal face as empresas angolanas, cujo acesso ao crédito interno é muito complicado e a obtenção de crédito externo está, por enquanto – e não só devido à crise financeira internacional – fora de questão.

A terceira linha de preocupação é do domínio do conhecido spillover effect. Normalmente espera-se que, mesmo nos casos em que não se constituam parcerias, se provoque um efeito-imitação (efeito-demonstração ou efeito de arrastamento) sobre as empresas nacionais em diversas áreas, tais como gestão, inovação, melhoria da qualidade da força de trabalho, visão estratégica, conquista de quotas do mercado externo, etc. Até que ponto as 532 empresas estrangeiras estão contribuindo para a melhoria da qualidade estratégica das empresas angolanas? Que atitude têm as empresas estrangeiras quanto à abertura às empresas angolanas dos seus acervos de gestão e planeamento estratégico, incluindo as inovações? Depois, ainda, os efeitos sobre o

rendimento nacional. É consabido que, quanto maior for o volume de investimento estrangeiro num qualquer país, mais perversos poderão ser os efeitos sobre a Conta de Rendimentos da Balança de Pagamentos. É devido a este efeito-rendimentos factoriais que, normalmente, nos países subdesenvolvidos, o Produto Nacional Bruto é inferior ao Produto Interno, ou seja, acontece uma sangria de parte do PIE para o exterior, de onde o Rendimento Nacional Bruto diminui, restando, portanto, menos valor para se distribuir pelos factores de produção nacional.

A mitigação deste efeito perverso dos investimentos estrangeiros depende da percentagem dos lucros e dividendos que as empresas investem no país e da proporção dos salários dos expatriados, gasta em bens de consumo produzidos no país.

Seguramente que, quando entre 80% e 90% dos salários dos expatriados é pago directamente no país de origem da força de trabalho estrangeira, o incentivo ao consumo interno é pífio e a dinamização do sistema bancário nacional mínima. Acontece ser esta a situação actualmente vigente, mas ainda outro aspecto relacionado com as consequências para a economia nacional quando, como no momento presente, se está numa situação de crise económica mundial.

Hoje em dia, as boas empresas estrangeiras são globais - ou, para usar uma expressão mais corrente, são transnacionais - dependendo duma matriz central de comando estratégico múltiplo. Se a empresa mãe é afectada pelas situações de crise, o encerramento das actividades afiliadas é a situação mais comum, com as consequências dramáticas conhecidas.

## **1.18 As trapalhadas da equipa económica**

*A Capital 23 de Maio de 2009*

A actual equipa económica entrou a errar. Não levou a sério os alertas do Fundo Monetário Internacional (FMI), nem de economistas, mesmo angolanos, alarmados com os sinais de que a crise teria um forte impacto aqui também, em Angola. De que foi um erro de previsão, ninguém duvida. Afinal, o Governo vai rever o Orçamento Geral do Estado, incidindo, fundamentalmente, sobre um corte de despesas e, claro, sobre a redução da previsão de crescimento económico para este ano.

Depois de seis anos de palmadinhas nas costas, as previsões internacionais, para a economia angolana, não são nada agradáveis de se ouvir. As mais optimistas vêm do Banco Mundial. A instituição, que tem re-

presentação no país, calcula que a economia nacional vai crescer, neste ano, apenas três por cento, contrariando as previsões das autoridades que, aquando da apresentação do OGE para 2009, apostaram numa meta de crescimento de 11 por cento. Uma verdadeira regressão, afinal, ao longo do chamado período «das vacas gordas» o crescimento económico anual do país foi sempre de dois dígitos.

A crise internacional é, por aqui, apontada como a principal causa, para esse desacelerar do crescimento económico. E não é para menos. Ao longo de todo este tempo, a economia angolana esteve ancorada na extracção mineral. Da exportação de petróleo e de diamantes provêm as principais receitas do Estado. Só o petróleo representa 83 por cento destas receitas. Porém, o preço do produto baixou consideravelmente, na ordem dos 60 por cento, depois de ter atingido, em 2008, o êxtase, quando foi comercializado a 147,5 dólares por barril.

A redução do preço do petróleo coincidiu, por outro lado, com uma baixa nos níveis de extracção do crude em Angola. Depois de aderir à Organização dos Países Exportadores de Petróleos (OPE), Angola submeteu-se a quotas de produção inferiores ao seu potencial. Em meados do ano passado, antes da baixa de preços, a produção diária angolana rondava os dois milhões de barris, caindo, por força das quotas, em 9,5 por cento. Por agora, Angola está limitada a uma produção diária de um (1) milhão e 691 barris de petróleo por dia.

Ao nível dos diamantes a situação não é diferente. É até pior. Numa altura em que se perspectivava um crescimento sem precedentes do subsector, tanto da produção como da exportação desse produto, o mercado internacional reagiu de forma contrária às expectativas nacionais. A crise mundial forçou uma diminuição da procura e o preço do quilate de diamante está a ser negociado 60 por cento abaixo do valor mais alto de sempre, atingido, igualmente, em meados de 2008. O Governo foi forçado a intervir para evitar o encerramento das minas e, claro, a redução da força de trabalho.

Há, em consequência disso, menos dinheiro a entrar para os cofres do Estado. Nem o Governador do Banco Nacional de Angola (BNA), Abraão Gourgel, nem o ministro da Economia, Manuel Júnior, tão pouco o ministro das Finanças, Severim de Moraes, pronunciam-se, abertamente, a respeito, mas as notícias, regra geral, baseadas em fontes anónimas, apontam para uma redução brusca das reservas internacionais do Estado. Inicialmente estimadas em 20 biliões de dólares, essas reservas terão caído, ainda sob a gestão

da anterior equipa económica, para 15 biliões. Mas hoje, em surdina, altos funcionários do Estado apontam que o rombo foi bem maior. Fala-se que as reservas estão, agora, fixadas em apenas 12 biliões de dólares.

Não há, por isso, como continuar a sustentar a estabilidade da moeda nacional, o kwanza. Mesmo com os parcos dados disponíveis, os economistas acreditam que as reservas do Estado emagreceram, em parte, por a equipa económica anterior ter delas se socorrido para financiar a robustez da moeda nacional, face ao dólar norte-americano. Mas, há quem defenda, também, que foram feitas aplicações financeiras «de risco». Estas, até agora «no segredo dos deuses», acabaram por comprometer a solidez dessas reservas.

Os sinais de crise são, por demais, sentidos em Angola. A começar pela desvalorização da moeda. A taxa de câmbio, que se manteve estável por quase três anos, alterou-se repentinamente. Depois de estar fixada, ao longo de todo esse tempo, a 75 kwanzas por dólares, a taxa de câmbio alterou-se, em poucos meses, para perto de 78 kwanzas por dólar. Nesta semana, porém, tomaram-se públicas previsões internacionais sugestivas de que a desvalorização do kwanza será, ainda, bem maior do que isso. Até ao final deste ano, segundo se estima, a divisa angolana poderá cair para 83 kwanzas por dólar.

A desvalorização da moeda é um facto, apesar das medidas que o Governo desenhou na sua tentativa de diminuir o impacto da crise sobre a economia angolana. Medidas? Na verdade, só muito pouca gente conhece, com exactidão, de que medidas se tratam. A que há, e que seja do conhecimento público, são apenas os aspectos gerais de um plano de acção. Denota-se, com efeito, uma acção mais apertada do Banco Nacional de Angola (BNA) no controlo das divisas em circulação no país e, claro, um corte nas despesas, como parece ser este o objectivo fundamental da proposta da revisão do OGE que será, em breve, levada ao Parlamento.

A sociedade vai aos poucos, queixando-se das medidas impostas pelo Governo. Fez polémica, há algumas semanas, um instrutivo do BNA que, fundamentalmente, limita o acesso dos bancos às divisas e obriga a um aumento das reservas mínimas que estes devem manter junto daquela instituição. A Associação Angolana de Bancos (ABANC) escreveu para o Governo, alertando para a perigosidade, para a banca comercial, das disposições tomadas. Consequência disso, ou não, o facto é que a banca suspendeu a concessão de créditos e estão a ser levantadas barreiras administrativas para o envio de valores, mesmo de pequena monta, ao exterior, o que acaba por ser

nocivo. Sente-se, por outro lado, um aumento do custo de vida, com os bens de consumo obrigatórios mais caros e em nada equiparados com a realidade da oferta mundial. Há, a crescer a isso, sinais de alguns sectores da economia, a exemplo da construção civil e da assistência ao sector petrolífero, começam a dispensar uma parte considerável da mão-de-obra angolana.

## **1.19 Comissão de Economia ouve especialistas**

*Jornal de Angola 24 de Maio de 2009*

A 5ª Comissão da Assembleia Nacional recolheu, durante o fórum sobre a "O impacto da crise financeira e económica mundial na economia angolana", as opiniões de vários especialistas e agentes económicos sobre o tema.

Os deputados da comissão informaram-se sobre as probabilidades de evolução dos indicadores macro-económicos e sociais e as medidas adoptadas pelo Governo.

Nunes Meneses, da Associação Fiscal Angolana (AFI), disse que a crise financeira ainda está em curso e é difícil prever outros efeitos. Em Angola já são conhecidos os sectores afectados, que são o petrolífero e o diamantífero. Contudo, a economia real, fora destes dois sectores, continua a crescer.

O aumento do custo do capital no mercado financeiro nacional pode vir a afectar, no futuro, a economia real. A decisão política de diversificar a economia pode também contribuir para uma maior estabilidade.

Para o responsável da Associação Fiscal Angolana, a política fiscal deve ser um instrumento de longo prazo e não de curto prazo. Por isso, os impostos podem concorrer para uma eficaz diversificação da economia se for considerado o aumento a base tributária e equidade fiscal, incluindo a redução da tributação dos lucros e das taxas na importação.

A presidente do Fórum da Mulher Empresarial, (FOMEA) Francisca Fortes, na sua contribuição disse que o desenvolvimento económico deve assentar no crescimento do sector privado, operando num mercado livre onde "urna mão invisível" vai harmonizar toda a economia e a sociedade.

O Fórum da Mulher Empresarial tem feito um trabalho para apoiar as empresárias e as suas micro pequenas e médias empresas, que estão mais próximas da população e que absorvem maior mão-de-obra.

Francisca Fortes recomendou que se adoptem medidas específicas de promoção das empresárias para estarem envolvidas numa interacção contínua entre as políticas nacionais, regionais e globais relativas ao espírito empresarial feminino. Uma das recomendações do Fórum da Mulher Empresarial é que o acesso ao crédito seja um elemento chave do apoio empresarial, uma vez que a limitação ao financiamento é uma dificuldade para muitas empresárias.

E foi igualmente recomendado que os diferentes métodos de acesso ao financiamento, como as garantias de empréstimo, ou as parcerias com instituições financeiras formais, podem diminuir os custos do fornecimento de crédito

## **1.20 Ministério dos Petróleos e Sonangol lançam programa para licenciamentos**

*Jornal de Economia e Finanças 26 de Maio de 2009*

Nos próximos tempos, conforme fizeram questão de referenciar os participantes do seminário sobre comercialização de combustíveis, que decorreu em Luanda, as representações provinciais do Ministério dos Petróleos e a Sonangol vão lançar um programa que visa licenciar novos agentes, além de uniformizarem os respectivos critérios e diplomas que regulam o exercício da actividade no país.

Os representantes provinciais concluíram que os agentes económicos nacionais, sobretudo o empresariado nacional, devem integrar a estratégia da Sonangol sobre o licenciamento, distribuição e comercialização dos derivados de petróleo.

Os integrantes da reunião chamaram igualmente a atenção para que os sectores conjuguem esforços, a fim de se combater a especulação de preços, e se desencorajem os agentes económicos que insistem na prática do descaminho de produtos.

Para tal, urge também a necessidade de maior empenho, no sentido de se exigir cumprimento escrupuloso do previsto na lei, sobretudo no que diz respeito à higiene e segurança.

### **Melhoramento do sector**

Apesar dos esforços feitos, o país clama por mais postos de abastecimento de combustíveis, postos de revenda de gás de cozinha e de petróleo iluminante. Os directores do Minpet que tratam da questão apelaram ao empresariado nacional a investirem neste segmento de negócios, que, apesar de alguns constrangimentos, é economicamente viável a construção e exploração dos

referidos postos.

Além de todos estes instrumentos e estratégias de crescimento, uma outra preocupação e que deve merecer atenção cuidada, na opinião destes, são as construções anárquicas de residências, junto dos muros de vedação das instalações petrolíferas, pois devem, no entender dos técnicos, ser alvo de sensibilização sobre os perigos e, de uma outra forma, servirem de obstáculos ao crescimento efectivo dos serviços, além de acarretar perdas humanas, de vez em quando.

### **Nas províncias do CAN**

Duas das províncias sede do Campeonato Africano das Nações de Futebol (CAN), que o país alberga em Janeiro de 2010, têm as condições criadas em termos de infraestruturas, como bombas de combustíveis, postos de venda de lubrificantes e gás, preparadas para suportarem a demanda que se prevê durante a competição.

### **Cabinda**

Para o director do Gabinete de Licenciamento, Comercialização e Distribuição de Petróleo de Cabinda, André António Mingas, o encontro de Luanda serviu para se munirem de instrumentos técnicos e jurídicos, sobre o sector. Entende que, na sua província a implementação de determinados diplomas, tais como o licenciamento de agentes e construção de postos de venda de combustíveis, vão merecer a aplicação imediata, a fim de melhorar o funcionamento ao nível local.

André Mingas diz ainda que caso haja em Cabinda especuladores de preços e comerciantes não autorizados, facto que desconhece, serão combatidos com todos os meios legais.

O responsável garante por via disso que a sua província tem condições para suportar a procura dos serviços durante o CAN. "Não vai faltar água, luz, combustíveis e nem urna outra coisa, porquanto em Cabinda todos os sectores trabalham para o sucesso do evento. Se o campeonato fosse mesmo amanhã, a província de Cabinda está preparada", referiu.

### **Benguela**

Por sua vez, o director interino da Energia e Águas, Geologia e Minas de Benguela, Hugo Cassoma, alinha na opinião do seu antecessor, para quem o seminário serviu também para refrescar ideias, tendentes a melhorar a actividade.

Urna das medidas que julga urgente aplicar será a criação de equipas de trabalho para em conjunto com a polícia económica e outros sectores, efectuarem visitas

de campo, com o objectivo de se pôr cobro à especulação de preços e vendas ilícitas.

Quanto ao CAN, o responsável foi peremptório ao afirmar que, nos próximos tempos, a oferta poderá ser aumentada, mas garantiu trabalhar com o empresariado local para a criação de mais bombas de combustíveis. Kwanza-Sul

O director provincial da Hotelaria e Turismo do Kwanza-Sul, Luís Neto, que representou a província avança como principal medida a aplicar localmente, a fiscalização da actividade de venda a todos os níveis, desde os combustíveis ao gás de cozinha.

Os poucos postos de abastecimentos que existem na sua província o preocupam, porquanto existem municípios que se debatem com problemas de abastecimento de derivados de petróleo. Daí que apela também aos agentes económicos para que se juntem aos esforços da Sonangol e assim se pôr cobro à situação.

"Nós estamos preparados e sobre os abastecimentos vamos traçar estratégias conjuntas com a Sonangol", finaliza.

## **1.21 Empresários de Mato Grosso sondam economia angolana**

*Jornal de Angola 26 de Maio de 2009*

A Apex-Brasil tem Angola como um dos países-alvo das suas acções de promoção de exportações e realizou um estudo inédito sobre "Oportunidades de Negócios em Angola", que será apresentado aos empresários de Cuiabá e Rondonópolis.

Os resultados serão detalhados durante seminários a serem realizados quarta e quinta-feira, em parceria com o Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso (Sistema FIEMT) e com o Centro Internacional de Negócios (CIN-MT).

Localizada no sudoeste do continente africano, Angola enfrentou quase 30 anos de guerra civil e está em reconstrução desde 2002, quando o governo passou a investir os recursos das vendas de petróleo em áreas como energia eléctrica, saúde, transportes e educação, além de atrair capital privado. Os empresários brasileiros souberam aproveitar as oportunidades surgidas nesse ambiente, fazendo com que as vendas para esse mercado alcançassem quase 2 mil milhões de dólares em 2008, sendo mais de 80% em produtos industrializados.

Com isto, Angola passou a ocupar a 24ª posição entre

os destinos das exportações brasileiras, ~ frente de países como Canadá, África do Sul, Emirados Árabes Unidos, Austrália e Índia. Já as exportações cresceram 62% entre 2007 e 2008, fazendo com que a corrente de comércio entre os dois países (Exportações mais importações) praticamente duplicasse nesse período, atingindo 4,2 mil milhões.

A relação comercial entre Mato Grosso e Angola também apresenta crescimento. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 2007 esse estado brasileiro exportou para Angola vários produtos no valor 8 mil milhões de dólares.

Já em 2008 esse número subiu para mais de 20 milhões de dólares, registando um crescimento de 157%. Os produtos mais exportados foram carne bovina, de aves e suína; milho, óleo de soja e madeira. "Conhecer melhor esse mercado é garantia de aumentar ainda mais a pauta de exportações de Mato Grosso", realçou o director da Fiemt, Gustavo de Oliveira.

O estudo da Apex-Brasil detalha características regionais, trâmites aduaneiros e logísticos, importações angolanas, comércio Brasil Angola, sectores com potencial de venda para o país, estratégias de entrada no mercado, entre outros.

Os empresários também poderão conhecer um panorama para relações comerciais Brasil-Africa, com destaque para os mercados mais promissores para a actuação brasileira. O evento vai ainda disponibilizar informações sobre o Projecto Tradings, desenvolvido pela Apex-Brasil, que realizará uma missão de negócios à África em Junho.

## **1.22 Combustíveis e progresso**

*Jornal de Economia e Finanças 26 de Maio de 2009*

Uma rede bem estruturada de distribuição de combustíveis, sejam eles líquidos, sólidos ou gasosos, é fundamental para o desenvolvimento sustentado de qualquer país, o que ganha um outro sentido no caso de Angola, dada a sua dimensão, o seu actual estágio de crescimento, bem como as suas apostas presentes e futuras no caminho de conquista de lugares cimeiros reservados ao país, não só ao nível regional e continental, como também mundial.

O acesso fácil e rápido aos combustíveis é uma questão indispensável ao sucesso que se pretenda atingir em qualquer projecto de desenvolvimento, sobretudo numa altura em que a geração de energia eléctrica de origem hídrica e a electrificação do país inteiro ainda marcam passos em relação aos diversos programas

previstos para serem implementados com vista ao desenvolvimento sustentado de Angola.

Assim, ganha um significado especial a aposta das autoridades angolanas na expansão da rede de distribuição de combustíveis líquidos por todo país, com o intuito de se aumentar a oferta e reforçar o consumo doméstico e industrial do produto. A meta é atingir-se a chapa de 999 postos de abastecimento de combustíveis até 2015, numa maratona que se vai iniciar com a construção de 40 novas infra-estruturas desse tipo ainda este ano.

Mas a aposta não se limita à construção de novos postos de abastecimento de gasóleo, gasolina, petróleo iluminante e outros derivados do chamado ouro negro. Das acções previstas para serem implementadas neste domínio, consta, também, a necessidade de aumento da capacidade de stock do produto, o que pressupõe a construção dessas unidades infra-estruturais lá onde forem necessárias.

O grande esforço a empreender nesse segmento da economia nacional visa, em primeira e última instâncias, melhorar o consumo de combustíveis pelo país, que tem aumentado exponencialmente. Bastará dizer que, de acordo com dados oficiais disponíveis, o consumo de derivados de petróleo em Angola, nos últimos seis anos, subiu cerca de 136%, passando de 1,4 milhões de toneladas métricas anuais para 3,3 milhões, em 2008. E, seguramente, as necessidades serão cada vez maiores, sobretudo devido ao grande esforço de reconstrução nacional, bem como aos diversos programas gizados no quadro do relançamento da economia nacional.

Nos seus esforços com vista a dar uma nova imagem ao sector de distribuição de combustíveis em Angola, o Governo conta com o concurso da iniciativa privada, quer seja isoladamente ou através da constituição de parcerias. Assim é que deve ser, na medida em que esse esforço é, em definitivo, para o bem de todos os angolanos, e não só, e para conduzir o país aos escalões que lhe são reservados no concerto das Nações. Colocar o combustível lá onde é necessário e em devido tempo é contribuir para o desenvolvimento de Angola. Afinal, combustível, para nós, é o mesmo que desenvolvimento.

### **1.23 Investimento petrolífero angolano**

*Jornal de Economia e finanças 26 de Maio de 2009*

Na definição económica, o investimento por si tem a ver com reservas de capital, taxas de juro e o rendimento resultante da produção. Pese embora as

despesas de investimento serem definidas como autónomas em relação ao rendimento, o preço internacional do crude e a produtividade dos campos existentes aliados à introdução das novas tecnologias constituem para já as fontes motoras para a obtenção do capital intensivo de que se requer no investimento petrolífero.

Presentemente, o investimento petrolífero angolano tende a crescer, visando a descoberta de novos campos em águas profundas e ultra-profundas, bem como a recuperação dos campos marginais, aproveitamento do gás e a extensão da actividade em área de downstream (refinação, distribuição e transporte).

Sendo assim, durante os últimos cinco anos, os investimentos realizados no sector petrolífero angolano tiveram uma taxa de crescimento médio anual na ordem dos 20,5%.

O investimento petrolífero angolano incide sobretudo nas actividades de upstream (fase inicial e intermédia da produção do petróleo e gás) representando em média cerca de 93% do total investido.

Esta actividade que em suma constitui o núcleo do desenvolvimento do sector petrolífero envolve trabalhos de geologia/geofísica, perfuração e teste de poços, levantamento e processamento de dados sísmicos, exploração e desenvolvimento dos campos, bem como custos relacionados aos serviços administrativos.

As actividades de downstream (fase final da produção do petróleo e gás) envolvendo trabalhos de refinação, distribuição, transporte e outras actividades correntes, representam apenas 7% do investimento realizado.

A diferença entre as duas áreas da actividade petrolífera é facilmente perceptível bastando analisar a complexidade na descoberta e extracção do petróleo, por um lado, e por outro a transformação do petróleo bruto em produtos consumíveis.

A equação económica " $I = R - C = S$ " (I-investimento; R-rendimento; C-consumo; S-poupança) constitui o reflexo do investimento petrolífero angolano, onde "o preço do crude incide sobre o binómio procura/oferta e a produtividade dos campos petrolíferos tem a ver com o rendimento". Os investimentos realizados nos últimos anos, muito particularmente, em área do upstream propiciaram o incremento da produção cujo rendimento resultante do aumento do preço do crude no mercado internacional representa, além das reservas de capital, as despesas de reinvestimento.



A equação " $I = I (K^* - K-l)$ " (I-investimento; l-intervalo entre o capital inicial e o actual;  $K^*$ - reservas de capital inicial;  $K-l$ -reservas de capital final) demonstram claramente os ajustamentos levados a cabo pelas empresas operadoras quanto ao investimento líquido, olhando sobretudo nas variáveis "o intervalo ocorrido, segundo 6 capital inicial, reservas de capital resultante do aumento do preço médio do crude a produtividade dos campos existentes aliadas às novas tecnologias".

Não descorando a crise económica mundial e os efeitos multiplicativos nela envolvida, a equação expressa o aumento progressivo do preço do crude no mercado internacional a proporcionar o aumento das reservas de capital que finalmente contribuíram para o incremento do investimento petrolífero angolano.

### **1.24 Concessão de créditos bancários com retoma garantida pelo BNA**

*Jornal de Angola 27 de Maio de 2009*

O Banco Nacional de Angola (BNA) informa que já tem a solução que vai permitir aos bancos comerciais voltarem a conceder créditos de forma normal. O BNA deixa claro que a restrição e a redução do volume de crédito dos bancos comerciais é apenas uma situação transitória cujas alternativas já foram definidas.

As especulações sobre a taxa de câmbio ti sobre as reservas internacionais em Dezembro de 2008 e Fevereiro deste ano, bem como o excesso de liquidez que havia no mercado, ditaram a tomada de medidas pelo Banco Nacional de Angola, entre as quais a subida do coeficiente do valor que os bancos comerciais são obrigados a deixar à guarda do banco central, de 20 para 30 por cento.

Esta situação trouxe consigo algumas dificuldades que obrigaram os bancos comerciais a restringir e reduzir o crédito concedido aos agentes económicos. O vice-governador do Banco Nacional de Angola, Alberto Silva, disse, em declarações à RNA, que tais medidas vêm no interesse da manutenção da estabilidade macro-económica e do crescimento da economia angolana.

"Em relação a uma possível redução de liquidez, o Banco Nacional já estudou essa situação e, através da equipa económica do governo, decidiu introduzir reajustes", sublinhou aquele responsável do BNA. Alberto Silva acrescentou que "as soluções estão à disposição dos bancos comerciais para contornar as dificuldades desta situação de curta liquidez".

"Não vamos mexer nesse coeficiente de 30 por cento, mas vamos dar a possibilidade às instituições de cobrirem essa obrigação e colocar recursos imobilizados no banco central com outro tipo de instrumentos. Por exemplo, eles poderão utilizar os Títulos de Tesouro para cobrir parte dessas exigências" disse, sublinhando que, "em contrapartida, vai permitir que eles tenham mais liquidez e possam dar mais créditos, possam estar em condições para realizar a sua actividade normal". "Para além disso, também introduzimos neste mecanismo uma possibilidade, que é para incentivar os bancos a concederem créditos a programas específicos do governo: habitação, indústria e agricultura", disse o vice-governador do BNA.

### **1.25 Angola marca presença no mês de Junho no fórum internacional de agro-negócios**

*Jornal de Angola 28 de Maio de 2009*

A Cidade do Cabo acolhe, de 14 a 17 de Junho próximo, um fórum internacional sobre agro-negócios, uma iniciativa promovida pela "European Marketing Research Center" (EMRC), organização internacional com sede em Bruxelas (Bélgica).

Em declarações ao Jornal de Angola, Idit Miller, directora executiva da EMRC, informou que um conjunto de altos representantes dos sectores público e privado angolano já confirmaram a sua presença neste importante evento, denominado "Fórum AgriBusiness 2009".

Idit Miller acrescentou que o evento tem lugar num período particularmente importante a nível mundial, em que as atenções estão concentradas no relançamento do sector agrícola, agro-industrial e agro-alimentar para um combate efectivo à crise alimentar.

De acordo com a mesma fonte, está prevista a presença de cerca de 300 delegados, vindos dos continentes africano, americano, europeu e do Médio Oriente. Dentre os palestrantes internacionais, presentes no Fórum AgriBusiness 2009, destacam-se nomes como Dr. Monty Jones, que, de acordo com a revista "Time", faz parte da lista dos 1 00 cientistas mais influentes do mundo, tendo sido reconhecido, em 2004, com o Prémio Mundial de Alimentação, por ter desenvolvido o arroz NERICA (Novo Arroz para a África).

Destaca-se ainda Ephraim Inoni (Primeiro-Ministro dos Camarões), Óscar Chemerinsky (IFC, Banco Mundial) Maria Ramos (AB SA Group), Namanga Ngongi

(AGRA), Thomas de Man (Heineken), Sean de Cleene (YARA), Raju Poosapati (Yes Bank), entre muitos outros.

O Fórum EMRC, AgriBusiness 2009 vai decorrer em parceria com a FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, o Ministério da Agricultura da Africa do Sul, a ABC - Câmara de Comércio Agrícola da Africa do Sul e o Banco Holandês Rabobank.

A União Europeia apoia também esta iniciativa, bem como prestigiadas organizações e empresas internacionais. A Televisão Pública, Jornal e Rádio Nacional de Angola vão fazer a cobertura do evento e conduzir entrevistas personalizadas com os representantes nacionais e internacionais presentes nos quatro dias de Fórum.

Idit Miller também referiu ao Jornal de Angola que existe uma grande expectativa face ao Prémio "EMRC-Rabobank Project Incubator", uma iniciativa que tem como objectivo promover a apresentação de ideias/projectos inovadores com impacto junto das comunidades rurais.

Os melhores projectos serão apresentados na sessão plenária do Fórum e o vencedor será anunciado no Jantar de Gala do Fórum AgriBusiness, no dia 15 de Junho, recebendo um prémio no valor de 15.000 dólares.

De acordo com a directora executiva da EMRC,"esperamos receber bons projectos de Angola, um país com uma taxa de crescimento notável e com excelentes empreendedores e projectos a implementar nos mais diversos sectores".

Recentemente, a EMRC promoveu em Paris (Dezembro 2008) o "Fórum Africa Finance and Investment 2008", no qual participaram representantes dos sectores públicos e privado internacional e angolano. O presidente da ENDIAMA, Manuel Calado, foi um dos oradores convidados.

Decorreu também uma sessão especial sobre Oportunidades de Investimento em Angola, a qual foi conduzida por Luís Domingos José, da Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), e o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino. O então embaixador de Angola em França, Vítor Lima, também esteve presente no Fórum EMRC.

Criada em Bruxelas em 1992, a EMRC é uma Associação Internacional sem fins lucrativos que reúne

empresários, consultores, representantes do sector privado e membros do governo de cerca de 100 países. A EMRC tem sido um catalisador para a promoção de relações económicas e comerciais entre empresário com interesses específicos em Africa, tendo como missão a expansão das relações de negócios entre os seus membros.

Para todos os participantes, que ainda não se registaram no evento, Idit Miller aconselha a que o façam, com a maior brevidade possível pois prevê-se a presença de uma forte delegação angolana.

## **1.26 Kwanza sob pressão de desvalorizar 6,25%**

*Expansão 29 de Maio de 2009*

Depois de, em Abril, o Banco Nacional de Angola (BNA) ter deixado desvalorizar a moeda nacional em mais de 5%, para os 79 kwanzas por USD, o banco sul africano Rand Merchant Bank (RMB) alerta agora para a possibilidade do kwanza poder desvalorizar mais 6,25% – face à cotação de 20 de Maio de 77,81 kwanzas. A justificação para essa estimativa prende-se com a redução das receitas do País que foram causadas pelos cortes de produção de petróleo e da estagnação dos preços do crude nos mercados internacionais desde meados de 2008, e que hoje representam 65% da riqueza nacional e mais de 95% das exportações.

Nas últimas estatísticas monetárias e financeiras divulgadas pelo BNA pode ler-se que o rácio de moeda estrangeira, maioritariamente em USD, por kwanzas, passou de 52,45%, em Dezembro de 2007, para 42,37% no passado mês de Março. Isto significa que a moeda nacional está hoje menos protegida e sujeita a uma maior volatilidade que, no imediato, poderia criar fortes pressões inflacionistas sobre a economia. Foi exactamente para evitar que este cenário pudesse ocorrer que as autoridades, a 16 de Abril, fortaleceram a política monetária com um novo aumento da taxa de reservas obrigatórias dos bancos, passando dos anteriores 20% para os 30%. Com esta intervenção, que implicará um acesso ao crédito mais dificultado e caro para empresas e particulares, o BNA acabou por dar um sinal claro aos agentes económicos que a prioridade no momento está em garantir a estabilidade macroeconómica. Esta é também um princípio partilhado pelo Governo que, recentemente, anunciou um plano de rigor assente em cortes das despesas públicas.

Política monetária mais endurecida contra a inflação  
Nos últimos anos, o BNA seguiu um plano de estabilização da moeda nacional muito estrito que se pautou por uma forte intervenção das autoridades no mercado cambial e que teve o feito extraordinário de

levar à redução da inflação em 255%, passando dos 268%, em 2000, para os actuais 13%. Todavia, desde 2005 que este indicador tem revelado uma certa resistência à descida que, segundo os especialistas, se deve há existência de "obstáculos estruturais à queda; onde avultam questões logísticas, que pressionam a oferta perante uma procura acelerada", revela Cristina Casalinho, economista-chefe do BPI. O mesmo sucedeu com a taxa de câmbio. Depois de até Maio de 2007 ter-se mantido estável nos 75 kwanzas por cada dólar, nos últimos tempos, tem-se observado algumas variações da moeda nacional como consequência do rápido consumo das reservas cambiais, que tem sido gerado pela estagnação do preço do petróleo e pelo corte da produção do crude imposta pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). "Angola está a levar pancada de dois lados: pelo preço e pela produção", lembrou Luís Mira Amaral, presidente do banco BIC Portugal no decorrer da conferência organizada pelo Diário Económico e pelo Expansão, em Lisboa, sobre a relações Económicas Portugal-Angola. E também neste sentido que os economistas do RMB estimam que "em Abril, as reservas angolanas venham a registar um decréscimo de 7% face a Março, situando-se abaixo dos 13 biliões de dólares". Para combater este decréscimo das receitas, o banco central espera, ainda este ano, "emitir mais de 9 biliões de dólares em títulos de dívida pública para conseguir financiar o seu programa de reestruturação." Revela ainda uma nota do RMB, enviada aos clientes em meados do mês.

## **1.27 RDC reivindica petróleo angolano**

*Novo Jornal 29 de Maio de 2009*

A próxima reunião do Comissão do Golfo da Guiné agendada para Junho, em São Tomé e Príncipe, para discutir a segurança na região, poderá ser marcada pela recente formalização junto das Nações Unidas das reivindicações da República Democrática do Congo em relação a uma parte dos campos petrolíferos explorados por Angola. Segundo a imprensa congoleza, em 12 de Maio último a RDC depositou junto daquela organização internacional uma nova carta do seu espaço marítimo que afirma seguir os critérios da Convenção de Montego Bay. Este tratado internacional, ratificado pelo Governo de Kinshasa em 1989, consagra o direito dos estados costeiros disporem de uma sucessão de bandas marítimas que podem estender-se até 600 milhas náuticas a partir do seu litoral. A

RDC espera assim aumentar o seu território marítimo em 30 mil metros quadrados, área que passaria a incluir

campos petrolíferos actualmente sob contratos de exploração autorizados pelas autoridades angolanas.

Em 2007, o Senado congolês decidiu iniciar o processo desta reivindicação quando o preço do petróleo no mercado internacional estava em franca ascensão. Consequentemente, a RDC elaborou uma Lei, definindo as suas novas fronteiras, que foi promulgada a 7 de Maio último e submetida às Nações Unidas cinco dias depois. Porém, Angola e a RDC já tinham assinado em Kinshasa, em Junho de 2003, um memorando de entendimento para o desenvolvimento conjunto das águas profundas da Bacia do Baixo Congo.

Nos termos desse documento, foi estabelecido um corredor marítimo no qual seriam definidas "áreas de interesse comum" que apresentassem depósitos de hidrocarbonetos e cujos benefícios financeiros seriam equitativamente repartidos. O corredor em questão está situado na área marítima angolana a sul do Bloco 14 e a norte dos Blocos 15 e 31 e não inclui os depósitos que na altura deste memorando de entendimento já tivessem sido descobertos pelos operadores das concessões angolanas.

Em Julho de 2007, em Kinshasa, os dois governos assinaram o protocolo de acordo final que estabeleceu as condições da exploração de petróleo na zona costeira comum, um entendimento que hoje Kinshasa põe em causa.

A Convenção sobre Lei Marítima das Nações Unidas (Unclos), adoptada em 1982, concede aos países o direito de explorar o leito marítimo até à extensão de 200 milhas (cerca de 370 km) dos seus territórios, com a opção de extensão ainda mais ampla, caso sejam capazes de provar que as plataformas continentais originadas nas suas massas terrestres se estendem mar adentro. Os Estados têm a obrigação de apresentar esses pedidos de extensão até ao máximo dez anos depois da sua adesão ao tratado. Ao apresentar a sua reclamação às Nações Unidas, a RDC espera que o seu diferendo com Angola seja resolvido ao abrigo das disposições da Convenção de Montego Bay e segundo dados da nova carta do espaço marítimo congolês que afirma ter sido elaborada de acordo com os critérios estabelecidos para o efeito pela Unclos.

Por outro lado, tendo em conta os investimentos feitos por Luanda nos campos petrolíferos em disputa, Kinshasa considera que uma solução passaria por uma compensação justa dos mesmos, argumentos que merecerão, certamente, a oposição de Angola.

Na sua visita a Luanda a 21 de Abril último, o primeiro-ministro congolês, Adolphe Muzito, teria levantado este

assunto nas discussões bilaterais com seu homólogo Paulo Kassoma, tendo ambos os governos decidido criar uma comissão técnica para tratar das questões fronteiriças entre os dois países. A formalização da reivindicação congoleza junto da ONU poderia acabar por influenciar a agenda diplomática entre Angola e a RDC nos próximos tempos.

### **1.28 José Botelho de Vasconcelos “Para Angola seria uma vitória manter outros níveis de produção”**

*Expansão 29 de Maio de 2009*

Como faz a gestão dos dois pelouros, o MINPT e a presidência da OPEP?

São realidades completamente diferentes. No Ministério temos uma responsabilidade governamental e dedicamos todo o tempo à resolução das dificuldades particulares do sector, a nível nacional. O Ministério tem já rotinas próprias. A nossa posição na OPEP levamos a dedicar mais tempo, efectuar esforços adicionais, para acompanhar os assuntos relacionados com a organização, fundamentalmente no sentido de acompanhar a actividade económica, a evolução dos mercados e as ligações diárias com a organização. A OPEP tem cerca de meio século e é muito bem estruturada. Nós recebemos regularmente informação em tempo real, relativa ao comportamento dos mercados petrolíferos que acompanhamos. Depois, também existe a participação em conferências e a cooperação com outras instituições multilaterais que têm relação com a actividade que a OPEP desenvolve. Portanto, é necessária uma grande gestão do tempo no sentido de conjugar as duas responsabilidades que temos no momento.

A presidência da OPEP e a necessidade de chegar a um compromisso com os países-membros, tira algum poder negocial ao nosso país?

Normalmente, nas reuniões há sempre uma oportunidade dos países darem a conhecer a sua própria realidade e as dificuldades que cada um tem. Tem sido assim ao longo da história da organização; nalguns momentos, um ou outro membro apresenta dificuldades que merecem a compreensão dos restantes: Tudo é analisado até se encontrar um equilíbrio. A organização tem 11 membros e cada um tem a sua realidade, contratos diferentes e condições particulares. Um país que, de momento, goza de alguma tolerância nos volumes e plafond estabelecido é o Iraque.

Sabe-se que, frequentemente, os membros não cumprem a quotas. O nosso país por estar na

presidência tem que dar o exemplo?

O nosso país tem vindo a cumprir com as quotas atribuídas de 1,9 milhões de barris diários. O que acontece é que a organização cruza a informação prestada pelos próprios países, com as várias informações de outras fontes. Com base nesse cruzamento conclui-se se os produtores estão a cumprir o acordado ou não. O facto de estarmos na presidência não altera a situação porque uma vez pertencente ao grupo, deve cumprir-se com as recomendações. E sempre que surjam dificuldades, devemos levá-las à consideração da organização, para que haja alguma compreensão em momentos pontuais.

Qual é a posição de Angola, enquanto presidente, quanto a incumprimento das quotas?

Há sempre um apelo ao cumprimento. Mas os níveis que foram atingidos são satisfatórios. Em Abril, os níveis de cumprimento eram na ordem dos 83%. Aí, cada caso é analisado em função da solidariedade com a realidade individual de cada membro.

O recente pedido de clarificação da nossa quota veio no sentido da produção marginal de outros membros?

Na organização, há situações diversas, há países em que a capacidade de produção é tendencialmente crescente, e há outros onde a capacidade está no pico. É preciso encontrar uma solução interna, que não provoque injustiças entre os membros, para preservação do equilíbrio e manutenção da própria organização.

Angola assumiu a presidência num momento particularmente conturbado do mercado petrolífero. Qual é o balanço que faz até agora?

Foi extremamente difícil. Em finais do ano passado e durante o primeiro trimestre, os níveis dos preços eram extremamente baixos, por causas que conhecemos. Além da crise económico-financeira havia também, em termos de fundamentos do mercado petrolífero, uma procura reduzida, uma oferta extremamente elevada, uma "stockagem" e inventário também elevadíssimos, e que assim continuam, porque muito embora os sinais sejam tendencialmente positivos, o espectro dessa situação actual ainda não está vencido.

A subida do petróleo deve-se aos cortes de produção da OPEP ou à especulação?

Existiram situações que contribuíram para esse positivismo, mas deve-se também aos cortes da OPEP. A organização decidiu cortar cerca 4,2 milhões de barris por dia, o que tem reflexo muito grande na produção mundial.

Existem, no entanto, países produtores não membros da OPEP que aumentaram as vendas durante este

período... Sim, mas há alguns países da OPEP que atingiram o limite máximo e cuja produção está em declínio, impedindo o aumento da produção total da organização. O que nós temos apelado aos países não membros é à solidariedade, porque o aumento dos preços beneficia tanto os produtores membros como os não membros. Alguns desses países têm participado como observadores nas reuniões mais importantes da organização, e temos recebido mensagens de solidariedade, ainda que nem sempre se traduzam em resultados práticos.

Qual é o preço justo do barril e porquê?

Relativamente ao preço, que de resto é um tema que provoca várias análises, de acordo com os diferentes analistas, é preciso levar em conta que a exploração é, cada vez mais, efectuada em águas extremamente profundas, nas quais os custos de produção são extremamente elevados, e há necessidade de fazer uma manutenção da exploração, descobertas e produção contínua. Para cobertura desses custos, o preço do barril deve situar-se nos 70/75 USD. Estamos longe desse valor, mas este nível de preços é o que satisfaz não só a OPEP mas os principais produtores e investidores internacionais que pretendem ver o retorno dos seus investimentos.

Recentemente, uma operadora multinacional, em entrevista ao *Expansão*, afirmava que o preço justo é de 80 USD. Acha possível chegar lá?

A caminhada ainda é longa, mas nós sentimos que o mercado reage em função de determinados factores imponderáveis, determinadas incertezas e os preços disparam. Em termos de fundamentos de mercado (procura e oferta) ainda sentimos que o mercado não está equilibrado, mas podem ocorrer factores que alterem esse quadro.

O mercado petrolífero é extremamente sensível. Por exemplo, recentemente, um acidente numa refinaria dos EUA, numa altura em que é Verão e época de condução no país, provocou um aumento do preço do barril. A variação nos últimos meses tem sido entre os 56 e 58 USD, o que já transmite algum optimismo relativamente aos preços.

Na sua opinião, o Orçamento Geral de Estado (OGE) deve seguir essa onda de optimismo ou manter-se cauteloso nos cerca de 35USD?

O Governo tem tomado medidas e tem-se mantido a par dessas alterações, e o OGE é elaborado tomando como referência uma média ponderada dos preços dos últimos meses. Em função dessa média, o Governo poderá estabelecer o orçamento, mas creio que eventualmente o número será mais optimista.

O economista Alves da Rocha afirmou que um estudo

da Universidade Católica refere que para o país apresentar níveis de crescimento que podem ir até 6%, a quota da OPEP teria que ser renegociada. É possível, nesta fase, proceder a essa renegociação? Eventualmente, poderemos fazer esforços nesse sentido. Em determinados momentos é possível levantar essas questões junto da organização.

Há solidariedade dos outros membros nesse sentido?

Embora não seja fácil convencer os outros membros, Angola é um país muito recentemente integrado na organização e com uma História de 30 anos de guerra que provocou a destruição violenta e quase completa das infra-estruturas, há de facto problemas de integração social, factores que poderão tocar os outros membros, de forma a reagirem com receptividade. É um processo que também depende de uma variedade de factores, como o preço do petróleo na altura da discussão.

Se não estivéssemos na organização, teríamos outra margem de manobra?

Claro, mas é preciso considerar o seguinte: não devemos vender o petróleo a preços muito baixos. O petróleo mantém-se nos jazigos e é vendido no momento em que o preço satisfaça a cadeia de produção e os produtores. Muitos países dependem das receitas petrolíferas. Deve haver um certo equilíbrio, também porque nós temos compromissos e contratos com empresas internacionais e é preciso saber negociar e gerir os altos e baixos do próprio sector.

Sabendo que o objectivo da OPEP é colectivo, sente em algum momento que os interesses de Angola entram em conflito com os da organização, ainda que a curto prazo?

A OPEP é uma instituição em que os interesses dos membros são praticamente comuns: tentar defender a subida de preços, mas fundamentalmente mantendo o equilíbrio, porque a organização não se pode isolar do resto do mundo, dos consumidores. O princípio de defesa é a estabilização do mercado, de forma a satisfazer os produtores sem provocar problemas junto dos países consumidores, principalmente aqueles que se encontram em fase de desenvolvimento. Quando consideramos a nossa realidade, temos que considerar que os preços de referência eram há poucos meses de 35, 37USD, e já há um aumento significativo de receitas que se deve aos cortes.

No grande esforço no sentido da diversificação da economia não mineral, o petróleo será a alavanca da diversificação?

O petróleo já desempenha essa função. Grande parte das receitas e mesmo alguns financiamentos são

concedidos com o petróleo, que continua a ser um factor-chave para o desenvolvimento de Angola e para a diversificação da economia.

Considera que a contracção económica da China, grande investidor em Angola, terá impacto a nível nacional?

A nível de Angola, os programas e projectos continuam no mesmo ritmo, os financiamentos continuam a ser garantidos, sinal de que o nível de investimento se mantém.

Era possível em 2008, aquando do pico do preço do petróleo, em que a organização detinha o poder negocial, estabelecer um limite mínimo e máximo do preço do barril? Muitas vezes, a intervenção da OPEP nesse sentido é fundamental. A nível histórico, houve momentos em que a organização interveio para aumentar o nível de produção, de forma a dar resposta à procura e, de facto, no ano passado, ocorreram alguns fenómenos especulativos que causaram a subida vertiginosa dos preços. A nível de preço limite, já houve períodos em que a OPEP o estabeleceu entre os 22 e 28 USD. Abaixo dos 22 USD, tínhamos automaticamente que fazer uma redução de 500 mil barris, se subisse acima dos 28 USD aumentávamos a produção. É possível adoptar esse sistema.

E existe, actualmente, vontade política para tal?

Agora, a realidade é outra. Há o aspecto da organização trabalhar em função dos países membros e principalmente do mercado.

Nos EUA, maior consumidor a nível mundial, o presidente adoptou uma série de iniciativas que visam a diminuição da dependência do petróleo. Como analisa as teorias do fim da era petrolífera?

Fala-se em até 2030 para que as fontes de energia alternativas possam, de facto, ter um peso elevado. Mas é preciso olhar para a realidade actual em que o petróleo tem um peso-chave na indústria, fundamentalmente em termos de transporte. As fontes alternativas estão ainda numa fase embrionária, em que a sua utilização é de cerca de 10%, adicionados a outros combustíveis fósseis. Mesmo sendo uma tendência, creio que essa é ainda uma longa caminhada até à diminuição substancial do consumo total de petróleo.

O nosso país reúne todas as condições para se tornar num produtor de bio-diesel de referência?

O Governo está a trabalhar nesse sentido. Já foi aprovado um projecto-piloto, com a empresa Biocom, que embora tenha como objectivo principal a nossa auto-suficiência alimentar, também contempla a produção de açúcar e etanol, que poderá ser usado nas

misturas de combustíveis. O desenvolvimento de biocombustíveis faz parte dos projectos que o Governo tem em carteira.

Outra das questões fundamentais em termos de projectos, é a necessidade de refinação própria. Como estão esses projectos?

A refinação é, de facto, uma missão que o país tem, rumo à auto-suficiência em derivados do petróleo. A refinaria do Lobito, que vai ter uma capacidade de 200 mil barris por dia, é um projecto que neste momento está em curso. Os trabalhos iniciais já tiveram lugar, e nós estamos a trabalhar no sentido de, até 2012, termos produção de derivados. A refinaria de Luanda tem uma capacidade muito limitada, que satisfaz apenas um terço do nosso consumo interno e obriga à importação do restante.

Daí, provavelmente, esta necessidade de subvenção da gasolina de momento, as concessões financiam o preço. Este financiamento será aplicado ao nível da indústria?

A questão da subvenção é própria da nossa realidade. Estamos a trabalhar nesse sentido. No programa do Governo consta uma acção relativa aos preços dos derivados do petróleo, à abertura do mercado e os outros operadores, tudo isso está a ser analisado e estamos a preparar um estudo. É necessário apoiar alguns sectores económicos, que terão tratamento diferenciado, com um preço de combustíveis ajustado à sua situação.

Mas todos os factores têm que ser pesados. Há países onde essas medidas foram introduzidas e com a variação dos preços isso provocou problemas sociais. A decisão tem de ser tomada tendo em vista a harmonia interna.

O que para si constitui uma vitória na reunião da OPEP? Não haver alterações em termos de produção, não haver cortes adicionais, porque é sempre um indicador de alguma estabilidade. Todos conhecemos a realidade económica internacional e é sempre um sinal de cooperação mundial muito positivo.

Essa seria uma vitória em termos de OPEP e a nível nacional?

Para Angola seria, de facto, alcançar algum convencimento junto dos membros, que permitisse ao País manter outros níveis de produção. Esse é um desafio ambicioso e com alguma dificuldade.

Angola despede-se da presidência em Dezembro. Qual o legado que gostaria de deixar?

Durante este ano estivemos presentes em várias reuniões extraordinárias, e também nas extraordinárias das extraordinárias, o que reflectiu as condições do

mercado. O ideal seria desenvolver a actividade normal da organização num clima de estabilidade, em que os vários interesses em jogo, tanto dos países membros como dos países consumidores, sejam preservados. Em que possamos estabelecer uma plataforma na qual não haja grande volatilidade dos preços. Isto será representativo de harmonia.

## **1.29 OPEP mantém produção e petróleo atinge os 65 dólares**

*O País 29 de Maio de 2009*

O preço do barril de petróleo subiu, atingindo os 65 dólares em Nova Iorque, após a Opep, (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) ter decidido, na reunião que teve lugar ontem, quinta-feira, em Viena de Áustria, manter o actual nível de produção. O limite que a organização fixou aos seus onze membros sujeitos ao regime de quotas é de 24,845 milhões de barris diários. Este nível de produção decorre dos cortes decididos pela Opep deste Setembro do último ano, numa tentativa de inverter a tendência de queda do preço do barril, que passou de um preço recorde de 147,5 dólares em Londres e 147,27 dólares em Nova Iorque, atingidos a 11 de Julho de 2008, para os 32,4 dólares, registados no último mês de Dezembro. Desde o início deste ano, os membros da Opep, actualmente presidida por Botelho de Vasconcelos, ministro dos Petróleos de Angola, estão obrigados a reduzir a produção em 4,2 milhões de barris diariamente.

O cartel fundamentou a decisão de manter as actuais quotas porque ainda não foram integralmente cumpridas. Botelho de Vasconcelos, antes do encontro, insistiu nessa tecla, afirmando que haverá que prosseguir a redução da produção até ao nível dos 24,845 milhões de barris diários para se obter o preço desejado pela organização a que preside para o barril de petróleo, o qual se situará no intervalo compreendido entre os 70 e os 75 dólares. Ainda ontem o secretário-geral da Opep, Abdullah al-Badr considerava que o mercado de petróleo continuava a acusar um excesso de reservas, avaliadas em cerca de 130 milhões de barris de petróleo e produtos refinados. Registe-se, a este propósito, que uma das preocupações dos países produtores assenta no excesso de stocks nos principais países consumidores o nível de reservas mantém-se nos 62 dias enquanto, para a Opep, não deveria ultrapassar os 53 dias. Apesar disso, os países produtores sujeitos à quota do cartel não deixaram de afrouxar, em Abril, o seu grau de cumprimento em relação ao tecto fixado para a respectiva produção. Com efeito, a produção total da organização atingiu, -no referido mês, os 25,81 milhões de barris, mais 225 mil que em Março.

Os preços ontem registados (64,74 dólares por barril em Nova Iorque e 63,53 dólares por barril em Londres), constituindo um máximo dos últimos seis meses, contrariam, aparentemente, os efeitos esperados de uma decisão de manter o nível de produção. Reflectem, no entanto, no imediato, uma reacção à notícia de que os stocks da matéria-prima caíram, nos Estados Unidos, 5,413 milhões de barris na passada semana, superando largamente as previsões dos analistas. Por outro lado, e numa perspectiva de mais longo prazo, a inesperada reacção do preço do barril à decisão do cartel de manter o nível de produção traduzirá a percepção, pelo mercado, de que os membros do cartel ainda têm margem, dentro do "plafond" colocado à respectiva produção, de reduzir ainda mais a oferta de matéria-prima. A tudo isto haverá a acrescentar os sinais de retoma em alguns países, designadamente na China, com efeitos positivos sobre as respectivas necessidades de energia.

A produção nacional de petróleo está confinada, no âmbito dos cortes efectuados pela Opep, a pouco mais de 1,6 milhões de barris diariamente. A redução do nível de oferta e a queda do preço do barril afectou significativamente a economia angolana, cujo crescimento de dois dígitos poderá, de acordo com diferentes organismos internacionais, como é o caso do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), registar mesmo uma evolução negativa. Todavia, esta aparente inversão do ciclo no preço do petróleo, o nosso principal produto de exportação, poderá trazer resultados inesperados no que respeita ao desempenho da economia angolana. Para já, se a tendência "em alta" do valor do barril se mantiver, os SS dólares estimados no Orçamento Geral do Estado (OGE) para o preço médio anual acabarão por ser assegurados. E se o preço médio anual registado em 2009 se vier a situar acima dos SS dólares, o diferencial daí resultante poderá cobrir, pelo menos parcialmente, o défice de 400 mil barris, decorrente do hiato entre o nível de produção estimado no OGE (cerca de 2 milhões de barris diários) e aquele a que o país está obrigado no quadro da quota fixada pela Opep (pouco mais de 1,6 milhões de barris diários). Se tal vier a acontecer o crescimento do produto interno bruto (PIB) este ano pode oferecer uma surpresa à generalidade dos analistas e organismos internacionais.

## **1.29 Uma armadilha monetária montada pelo governo**

*Angolense 23 a 30 de Maio de 2009*

Neste último mês assisti em Angola a uma sequência de factos económicos bastante interessantes, sob o ponto

de vista de um economista, mas ao mesmo tempo bastante preocupantes para o cidadão comum.

A sequência começou com o anúncio de uma queda drástica nas RIL (Reservas Internacionais Líquidas), ao que se seguiu um anúncio de uma Emissão de Dívida Pública, com a particularidade, da emissão das obrigações do tesouro estarem denominadas em dólares norte americanos e por fim o anúncio do Banco Nacional em aumentar a taxa de reserva legal e a taxa de redesconto. A esta sequência ainda podemos acrescentar o último "Economic Overview" da OCDE, bastante desalentador e nada positivo.

Creio que muitos angolanos reagiram com perplexidade quando se tornou pública a forte redução das reservas internacionais líquidas, inclusivamente, parece que o staff próximo do Presidente ficou perplexo, no entanto, era um cenário previsível.

Com a quebra acentuada do preço do barril de crude, naturalmente, Angola passou a receber menos dólares pelas suas exportações, no entanto, não deixou de importar.

O perfil produtivo do País, para ser mais correcto, a ausência de um tecido produtivo, expõem Angola a uma forte dependência em relação às importações, obviamente, as importações têm que ser pagas, infelizmente, não podem ser pagas com kwanzas, portanto, a única alternativa é utilizar dólares ou euros.

Achei interessante a reacção das autoridades angolanas, primeiro, com o anúncio da emissão das obrigações do tesouro denominadas em dólares e indexadas a Libor, com a particularidade, da conversão cambial ser feita automaticamente no dia do vencimento à taxa de câmbio em vigor nesse momento no mercado à vista.

Seria também interessante, que o Banco Nacional, disponibiliza-se informação sobre esta emissão no seu site.

Com tanta opacidade não entendo como vai funcionar a Bolsa de Valores em Luanda? Mas voltando ao tema das obrigações, gostava de chamar a atenção para algumas situações.

Na minha óptica, esta emissão tem implícitos dois grandes riscos. o primeiro é o da taxa de câmbio, nomeadamente, se ocorrer uma desvalorização do dólar e uma valorização do kwanza. Neste cenário, os investidores que subscreverem estas obrigações sofrerão perdas.

Um outro risco que está implícito, é o risco de taxa de juro, a Libor, é uma taxa de juro variável, isto significa se a estrutura temporal das taxas de juro persistir em ser decrescente, é preferível investir em taxa fixa. Neste cenário, quem investir nestas obrigações invariavelmente sofrerá perdas, portanto, apenas faz sentido investir nestas obrigações, se o investidor tiver a expectativa de uma valorização do dólar, e se esta valorização for superior a que se verificar no kwanza. Além disso, também é necessário que o investidor tenha a expectativa que a estrutura temporal das taxas de juro seja crescente.

Sob o ponto de vista das autoridades angolanas, teria a ousadia de afirmar, sem querer parecer pretensioso, que o Governo pretende com esta emissão de obrigações do tesouro, obter um financiamento extremamente barato, porque tem a expectativa que o dólar não valorize, ou não valorize demasiado, que siga uma tendência para lateralizar, no entanto, espera que o kwanza valorize e que valorize mais do que o dólar. O Governo também tem implícita a expectativa que a estrutura temporal das taxas de juro em que a emissão está denominada permaneça decrescente, portanto, que o resultado final seja a obtenção de um financiamento barato, claro, a custa dos aforradores.

Gostaria de fazer seguidamente um exercício ingénuo de predição: o kwanza vai valorizar-se, em primeiro lugar, porque uma emissão de obrigações, é uma operação de "Open Market", que tem por função retirar moeda do mercado. Com menos oferta de moeda, necessariamente a tendência é para a sua valorização.

Temos ainda que considerar o efeito do aumento da taxa de reserva legal. Esta medida, conduz a redução da massa monetária, porque os Bancos Comerciais são obrigados a constituir maiores reservas legais junto do Banco Central. Isso implica que há menos criação de moeda, ou seja, os Bancos Comerciais concedem menos empréstimos sobre os depósitos dos seus clientes, logo, o multiplicador monetário é menor, o que conduz a uma menor massa monetária. A -este efeito temos que somar um outro efeito, o aumento da taxa de redesconto do Banco Central, isto significa, que o Banco Central cede liquidez aos Bancos Comerciais deficitários à taxas mais altas, portanto, as taxas de juros são formadas no mercado mais puro a preços mais elevados, obviamente, esse preço mais elevado é repercutido depois no cliente final, desta forma, temos menos crédito disponível na economia e a preços mais elevados.

Portanto, é óbvio que estamos perante uma política monetária restritiva, cujo objectivo é estabilizar as re-



servas económicas do País, através da redução da massa monetária e um aumento das reservas legais junto do Banco Central, mas que terá efeitos perniciosos na economia real, porque uma subida das taxas de juro, implicará necessariamente uma redução no rendimento de equilíbrio da economia angolana, uma vez que uma taxa de juro mais elevada conduz a uma redução do investimento, cuja consequência é uma contracção da actividade económica, logo, do PIB. Normalmente, este tipo de políticas conduz à recessão. A questão fundamental agora é saber qual vai ser o papel da política orçamental neste cenário?

### **1.30 O relatório da OCDE**

*A Capital 23 a 30 de Maio de 2009*

1. O recentemente publicado, relatório anual da Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Económica (OCDE), denominado "African Economic Outlook", apresenta uma perspectiva bastante pessimista para o desempenho da generalidade das economias africanas. Ao contrário dos mais de 5% de crescimento que a África registou em 2008, para o ano em curso, o relatório da OCDE aponta para apenas cerca de metade desse valor, 2,8%, as sacando o principal da responsabilidade, sobretudo, à queda dos preços das nossas matérias-primas, bem como à diminuição da procura por parte das economias desenvolvidas.

2. Quanto a Angola, o relatório da OCDE é mesmo demolidor, pois diz que a nossa economia será das mais afectadas pela actual crise mundial, prognosticando uma contracção de 23%, em termos nominais, se comparado com o PIB atingido em 2008. Quer dizer que tal contracção engolirá totalmente os 15,8% de crescimento conseguido no ano de 2008, retirando também 7,2 pontos percentuais ao valor do ano de 2007. Como a OCDE justifica, então, o anunciado descalabro: i) Pela redução dos preços internacionais do petróleo; ii) Pela diminuição da nossa quota de produção petrolífera, fruto dos compromissos assumidos no quadro da OPEP. Ainda assim, o relatório admite um mitigado crescimento na nossa economia não petrolífera, porém, insuficiente para alavancar o PIB do ano em curso.

3. Por altura da divulgação de relatórios internacionais, sejam eles de carácter económico, político ou social, geralmente soam certas sirenes, perfilando-se de seguida em verdadeira "prontidão combativa" os mais infectíveis arautos do regime. Para esses "apologetas", um relatório que não teça encómios à sua dama, é a encarnação do inimigo, por isso, desembaiam as espadas, passando a verberar contra a credibilidade e a seriedade das organizações internacionais. Chegam a acusá-las de estarem ao serviço de interesses

inconfessos... Por enquanto, nota-se alguma contenção, embora já se vá pondo em causa a grandeza da dita contracção, o que não é o mais importante no debate que se vai travando.

4. É verdade que, nos últimos, cinco anos, o nosso PIE cresceu, em média, 18% ao ano, fazendo da nossa economia uma das mais dinâmicas do mundo, um vigor que se deveu ao concurso repartido dos sectores mineral e não-mineral, este último muito impulsionado pelas receitas fiscais geradas pelo primeiro.

5. A recente redução das receitas petrolíferas limitou drasticamente o financiamento interno da economia, ao ponto de o Governo se ver já obrigado a reconhecer o impacto da crise mundial. Em consequência, prometeu o reequacionamento e a re-calendarização do seu plano de investimentos públicos, um decisão que produzirá impactos sobre o sector não-petrolífero, muito dependente do investimento público, mas, igualmente, do consumo público.

6. A previsão feita pelos peritos t da OCDE contraria, e de que maneira, as repetidas afirmações feitas por alguns dos responsáveis máximos da nossa economia, designadamente o actual Ministro da Economia, Manuel Nunes Júnior, para quem, no presente ano, teremos uma taxa de crescimento do PIE não inferior a 3%, esta que é a taxa média de crescimento da nossa população.

O Ministro Manuel Nunes Júnior repetiu a sua fé quando dissertava, em Luanda, numa Conferência com o tema "Crise no mundo e em Angola, o que é, onde está, quanto custa e como resolver". É verdade que o Ministro da Economia admitiu um abrandamento no ritmo de crescimento da economia, mas descartou a possibilidade de haver recessão.

Nota: (Tecnicamente, há recessão quando a economia de um país tem um crescimento negativo durante dois trimestres seguidos. Esta é uma terminologia técnica que pode, porém, esconder alguma inverdade, pois um país pode ter a sua economia a não crescer nos dois primeiros trimestres e nos seguintes crescer até mais vigorosamente nos anteriores. Do ponto de vista global, ela cresceu. Será, portanto, incorrecto, considerar que, tecnicamente, a economia esteve em recessão durante o ano).

7. A previsão da OCDE foi apenas a última, já que, desde meados do ano passado, se vêm escutando outras opiniões não muito animadoras quanto ao desempenho da nossa economia para os próximos tempos. Recordo que ainda corria o mês de Junho de 2008, quando, no

relatório anual sobre o "Desenvolvimento

Global", apresentado na Cidade do Cabo, o Banco Mundial apontava para uma desaceleração do ritmo de crescimento da economia, dizendo, por exemplo, que ela não iria crescer os 25,4% inicialmente apontados para o ano de 2008. Veio, depois, a constatar-se um crescimento na ordem dos 15,8%. Para o ano de 2009, o Banco Mundial previa ainda um crescimento de 10,2%, que é o dobro da percentagem prevista pela OCDE, 5,1 %.

8 A sustentabilidade de um, crescimento próximo dos 20% ao ano foi então posto em causa por Hans Timmer, um alto funcionário do Banco Mundial. Hans Timmer declarou mesmo que, no longo prazo, Angola possuía um potencial de crescimento entre os 6% e os 7%, devido, sobretudo, ao desempenho dos outros sectores económicos que estão a ser impulsionados pelas receitas petrolíferas. Para ele, o crescimento do sector petrolífero tinha, pois, claras e óbvias limitações.

9. No início de Março deste, ano, em relatório, o Banco Português de Investimento (BPI) contrariou as previsões bastantes optimistas das autoridades económicas angolanas que haviam inserido no Orçamento aprovado pela Assembleia Nacional uma taxa de crescimento do PIE de 11,8%. Pela primeira vez, o BPI falou numa retracção da nossa economia, na ordem dos 3%, fruto do que denominou de "o arrefecimento global", mesmo que haja "pouca expressão do mercado financeiro, reduzida exposição financeira ao exterior e reduzidas necessidades de financiamento".

1 O Porém, em Janeiro, Ricardo Gazel, economista - chefe do Banco Mundial em Angola, dissera já que o ano de 2009 seria "extremamente difícil", por causa da forte dependência da nossa economia face às receitas petrolíferas.

11 Em reacção, o Professor, Alves da Rocha discordou dizendo que, aquando da elaboração do Orçamento para 2009, já se havia tido em devida conta uma redução da participação do petróleo na formação do PIE, de 55% para 35%.

Declarou, por isso, que as previsões do economista-chefe do Banco Mundial em Angola eram "previsões dramáticas que até podem afastar o investimento estrangeiro". Admitiu ainda que Angola tem margem de manobra para um comportamento razoável perante a crise. Antes, porém, de recomendar ao Governo uma maior atenção, disse: "Não se está perante um crescimento negativo, mas, sim, perante um crescimento de baixa intensidade". Em substância, a fé

do

Professor Alves da Rocha coincide com a do Ministro Manuel Nunes Júnior, também com a do Ministro das Finanças, Severim de Morais, e de outras autoridades da área política e económica, além de alguns analistas. Na altura do pronunciamento público de Ricardo Gazel, eu secundei a sua posição. Admiti mesmo a possibilidade de um crescimento negativo, e expliquei porquê.

12 Muito sinceramente, por t tudo aquilo que hoje se vê alguma desorientação na definição das políticas face à crise eu gostaria que o meu amigo e colega Alves da Rocha, assim como o Ministro da Economia e o Ministro das Finanças tivessem razão. Mas creio que não terão, pois são passados já cinco meses no ano de 2009, e a crise mundial aprofunda-se a cada dia que passa!

## 2 MICROFINANÇAS

### 2.1 Comerciantes do Ebo com crédito bancário

*Jornal de Angola 10 de Maio de 2009*

Comerciantes do município do Ebo, província do Kwanza-Sul, receberam na sexta-feira dez mil dólares da agência do Banco Sol na Quibala, no quadro de uma experiência piloto de micro-crédito para esta circunscrição, com uma carteira de cinco milhões de kwanzas.

Segundo o gerente do Banco Sol na Quibala, Filomão Dimbi, os dez comerciantes contemplados têm a responsabilidade de reembolsar os valores num período de um ano.

A entrega do crédito, foi possível através de uma parceria entre o Clube de Desenvolvimento do município do Ebo e o Banco Sol.

O presidente do Clube de Desenvolvimento do município, Fernando Cambundo, elogiou a acção do Banco Sol, afirmando que o empréstimo vai minimizar as carências dos comerciantes, através da abertura de pequenos negócios.

### 2.2 BPC concedeu USD 200 milhões em empréstimos

*Jornal de Economia e Finanças 12 de Maio de 2009*

O Banco de Poupança e Crédito (BPC), a maior instituição bancária comercial angolana, financiou, no primeiro trimestre deste ano, projectos orçados em USD 200 milhões. Segundo anunciou ao Jornal de Economia & Finanças o director da Direcção de Pequenas e Médias Empresas (DPM), Óscar Rodrigues, 70% desse montante foi atribuído aos sectores da agricultura, indústria e construção civil.

A fonte revelou ainda que o banco concedeu, em 2008, créditos a empresas contabilizados em USD 2.287.000.000 (dois mil 287 milhões), sendo que USD mil 316 milhões contemplaram pequenas e medias empresas (PME).

A nível de empresas, o BPC tem cerca de 100 mil clientes, entre privados e institucionais. Controla 8 balcões da Rede Azul e dois Centros de Empresas, com perspectivas de potenciar todo o país com unidades especiais de atendimento às empresas. Actualmente, o Serviço Rede Azul está implantado nas províncias de Luanda, Benguela (sede e no município do Lobito) e

Huíla (Lubango).

Prioridade para as PME Óscar Rodrigues anunciou que a instituição irá continuar este ano com a abertura de mais Centros de Empresas e vai empenhar-se igualmente no lançamento de mais produtos para melhorar o seu atendimento.

"Para fazermos face às dificuldades que as pequenas e médias empresas ainda enfrentam, iremos dar ênfase às políticas económicas do país no sentido de incentivarmos a indústria, agricultura, pesca e a pecuária, numa acção concertada para respondermos com as exigências do próprio mercado e das orientações do Governo de Angola, em especial do Presidente da República", disse.

Ele acrescentou também que o BPC vai continuar a trabalhar com os produtos que o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) tem disponibilizado à sua instituição.

#### Principais metas

De acordo com o gestor bancário, duas linhas de acção vão nortear a actividade do BPC, a partir deste ano. A primeira tem a ver com o incentivo da diversificação da economia, com ênfase para os segmentos da pecuária, agricultura, indústria transformadora, construção civil e habitação.

A segunda está direccionada para o combate à pobreza, o que passa pela concessão de créditos as Pequenas e Médias Empresas (PME's), que são importantes fontes geradoras de empregos, que, por seu turno, são um meio de sustento de milhares de famílias angolanas.

Óscar Rodrigues disse também ser preocupação da Direcção de Pequenas e Médias Empresas, o acompanhamento e aconselhamento dos agentes económicos desse segmento.

"As pequenas empresas devem ter a sua contabilidade tradicional organizada para permitir que os empresários ou sócios – gerentes tenham uma noção real dos custos, despesas, rentabilidade e a capacidade de endividamento" explicou.

Crise financeira e económica De acordo com Óscar Rodrigues, a crise mundial tem sido para o BPC apenas um sinal para ser mais cauteloso ao conceder o crédito, com a formalização de garantias. Precisou que o banco tem aconselhado os clientes e tem feito um acompanhamento atencioso.

Acrescentou que o BPC tem criado facilidades na

concessão de créditos e aliviado o processo de apresentação de garantias.

Face às dificuldades que o empresário angolano tem na formalização a as hipotecas, o BPC tem procurado outros mecanismos para substituir as mesmas, que são as procurações irrevogáveis.

"Com as dificuldades que há em se conceder o crédito, mesmo a nível mundial, no que se refere às hipotecas imobiliárias, hoje os bancos estão cada vez mais preocupados em formalizarem as suas garantias, quando se trata de hipotecas.

Por este facto, o BPC tem vindo a trabalhar no sentido de fazer face ao reforço de garantias com fiança, com aval e penhora.

"Temos feito uma análise muito séria e crítica da nossa realidade e levamos para a concessão de crédito as nossas empresas", concluiu.

#### Balanço de 2008

A primeira medida que o banco tomou o ano passado foi melhorar as suas unidades e serviços, com vista à sua adequação às novas exigências do mercado, segundo Óscar Rodrigues. Estas medidas, acrescentou a fonte, passaram pela criação de Centros de Empresas e a melhoria da Rede azul.

A fonte explicou ainda que o BPC continua a liderar o processo de concessão de crédito. "Na nossa condição de sermos o maior banco comercial do país, continuamos a trabalhar no sentido de incentivar a concessão do crédito às empresas", assegurou.

A título de balanço, sublinhou que o ano de 2008 11 foi bastante positivo", na medida em que o BPC esteve presente em todos os sectores da actividade, quer nas empresas públicas, quer nas privadas.

## 3 MERCADO INFORMAL

### 3.1 Alguém viu a policia Económica?

*O país 08 De Maio 2009*

Esta semana, as conversas em todos os cantos de Luanda centraram-se em torno da entrada em vigor do novo Código de Estrada, depois de ter expirado a moratória, dada pela Direcção Nacional de Viação e Trânsito, para que os automobilistas e os peões conhecessem melhor os meandros do novo documento.

Coincidentemente, assim como entrada em vigor no dia 1 de Abril, o conhecido Dia Mundial das Mentiras, foi na data consagrada aos trabalhadores de todo o mundo que o novo código começou a ser aplicado. Infelizmente, são estes os mais prejudicados com a introdução do documento, porque, como sempre, os taxistas, muitos dos quais já não gozam de boa fama, continuam a fazer das suas.

Compreende-se que, em anos anteriores, os preços das corridas de táxi fossem justificados pelo péssimo estado em que se encontravam as vias em que circulavam, apesar de terem pago as taxas de circulação. Graças a Deus o tempo que era feito para percorrer trajectos como Viana - mercado dos Congolezes, Grafanil Frescangol Cuca, Cuca - São Paulo, Estalagem - Vila de Viana, Sanatório - Golfe 11 ou Vila do Gamek - Benfica, já não é o mesmo que há um ano.

Apesar da redução do tempo da corrida, o preço por cada passageiro aumenta constantemente. Já ninguém se lembra dos 50 kwanzas estabelecidos. Hoje, tornou-se um ritual ouvir os cobradores a chamar: "é carapau, não é sardinha".

Não é peixe, apesar de existir em enormes quantidades nas águas angolanas. Para os taxistas, há muito que deixou de ser um peixe. Agora é o termo que usam para os passageiros saberem que a corrida não custa só 50 kwanzas. O preço do carapau oscila entre os 100,150 e até 200 Kwanzas.

O preço do "peixe" aumentou por causa do novo código. As paragens de táxis ficaram apinhadas de gente, entre trabalhadores da função pública, de empresas privadas, militares, zungueiras, roboteiros e outros. Alguns deles, como o autor destas linhas, tiveram de galgar quilómetros para chegarem aos seus locais de serviço.

Mais uma vez, os taxistas decidiram aumentar o preço dos táxis e tal não aconteceu por causa do aumento do preço dos combustíveis dos sobressalentes ou da taxa de circulação. A razão, agora, é o novo Código. E tudo

acontece nas barbas da Polícia Económica. Alguém os viu por aí travar os preços de ocasião?

Os taxistas até se dão ao luxo de dizer "sobe se quiser ou vai-te queixar onde quiseres". Já é tempo de as autoridades policiais colocarem um ponto final nesta situação. E, para isso, não é preciso que se crie uma comissão interministerial ou que se realize qualquer conferência nacional ou regional.

Basta apenas por exemplo, que se coloquem terminais telefónicos à disposição dos passageiros para denunciarem os especuladores e as respectivas matrículas das viaturas. Afinal, nem todo o mundo tem condições para pescar ou comprar carapaus no asfalto, quando o salário mínimo nem chega aos 100 dólares norte-americanos.

### **3.2 ATL Controla só 40 taxistas**

*O País 8 De Maio de 2009*

Associação de Taxistas de Luanda (ATL), controla apenas 40 taxistas, dos mais de cinco mil que supostamente circulam pelas ruas da capital, disse o País, Manuel Faustino, presidente daquela agremiação.

Para Manuel Faustino, a pouca aderência no que toca ao ingresso de taxistas à ATL, tem a ver com um certo apadrinhamento de alguns agentes da Polícia de Trânsito, que mantêm os chamados candongueiros ilegais na via, por meio de cedência de falsas notificações.

A notificação é um documento emitido pelos agentes reguladores de Trânsito que é entregue em troca da Carta de Condução, livrete ou título de propriedade da viatura, aos condutores para pagar multa devido a uma infracção ao Código de Estrada.

Os motoristas notificados têm uma moratória de tempo para poderem pagar a multa e enquanto o prazo não expira, exibem este documento a outros agentes de Trânsito, alegando ter a carta ou outro documento retido.

Este facto deixa bastante constrangido o responsável da ATL que se atira contra os agentes de Trânsito envolvidos em tal prática, o qual já pediu a quem de direito que faça alguma coisa no sentido de acabar com esta prática no seio da corporação. "Esta prática ultrapassa a infracção e passa a constituir um crime perante a lei, daí que os responsáveis da Polícia de Trânsito devam otimizar estes infractores que, na qualidade de homens da ordem e da lei, insistem em ser cúmplices de uma acção ilegal".

Manuel Faustino alega que os homens do azul e branco normalmente procuram mais pelos seus serviços por uma questão de oportunismo, principalmente quando têm problemas com a polícia.

Manuel Faustino tem já em carteira um projecto para a criação de um código de conduta do taxista, cuja publicação está inviabilizada devido aos custos de impressão.

"Esperemos ter êxitos com essa cartilha, embora tenhamos a consciência de que a sua produção acarreta custos, que nos obrigam a bater várias portas".

Na cartilha, a ATL recomenda o respeito aos passageiros, incentiva a legalidade por parte dos utentes das viaturas e motiva os taxistas a filiarem-se na associação, que a palavra dos taxistas Emiliano é um taxista filiado na ATL. Ele afirma que muitas das suas preocupações são resolvidas pela associação e considera vantajosa a sua afiliação, porque ela "ajuda-nos a resolver qualquer tipo de problema que tivermos com a nossa viatura e não só".

Enquanto o jovem taxista Emiliano vê vantagens na existência da ATL, o seu colega apelidado de General Caprofessor tem opinião diferente e sustenta, não entender "como é que os taxistas são acusados de tanta imoralidade, vandalismo e desacato à lei com a existência de uma associação".

"Esta ATL não defende os taxistas, só defende os seus interesses ou os interesses de quem os pôs aí, e se não funciona como deve ser é melhor não existir mais", revela.

A ATL existe há mais de 20 anos e foi criada para defender os interesses dos taxistas e promover a cultura de legalidade no trânsito urbano. Nunca realizou uma assembleia de renovação de mandatos, o que levou ao surgimento de uma outra associação com a mesma designação, que funcionavam em paralelo.

A palavra dos taxistas

Emiliano é um taxista filiado na ATL. Ele afirma que muitas das suas preocupações são resolvidas pela associação e considera vantajosa a sua filiação, porque ela "ajuda-nos a resolver qualquer tipo de problema que tivermos com a nossa viatura e não só". Enquanto o jovem taxista Emiliano vê vantagens na existência da ATL, o seu colega apelidado de General Caprofessor tem opinião diferente e sustenta, não entender "como é que os taxistas são acusados de tanta imoralidade,

vandalismo e desacato à lei com a existência de uma associação".

"Esta ATL não defende os taxistas, só defende os seus interesses ou os interesses de quem os pós aí, e se não funciona como deve ser é melhor não existir mais", revela.

A ATL, existe há mais de 20 anos e foi criada para defender os interesses dos taxistas e promover a cultura de legalidade no trânsito urbano. Nunca realizou uma assembleia de renovação de mandatos, o que levou ao surgimento de uma outra associação, com a mesma designação, que funcionavam em paralelo.

GPL fecha portas

"Sempre pensei que fôssemos parceiros do Estado. Afinal, o Governo Provincial de Luanda não nos quer como parceiros. Este órgão afasta-nos da parceria que devíamos ter, tornando o nosso trabalho mais complicado", disse Manuel Faustino.

O número um da ATL recordou que a sua agremiação teve, nos últimos anos, várias intervenções públicas para acalmar actos de vandalismo dos taxistas, conscientes de que eram parceiros do Estado. Agora, referiu, "sentimo-nos abandonados e afastados", disse.

"Hoje, mais do que nunca, considero-me um rastilho com uma atadura que, se rebentar, explode", desabafou Manuel Faustino.

Nesta altura, a intenção da agremiação consiste em deixar acalmar a tempestade, conforme Manuel Faustino. "Estamos à espera que essa tempestade passe, paro, novamente, solicitamos ao GPL sinais que nos façam sentir como verdadeiros parceiros" Staff's

Observar um carro a efectuar serviço de táxis com letreiro no vidro de trás, constitui uma prática comum. O que não é comum é perceber que estas mensagens traduzem a existência de grupos organizados que lutam pelos interesses dos seus utentes.

### **3.3 Preços dos principais produtos continuam estáveis no Huambo**

*Jornal de Angola 11 De Maio de 2009*

Os preços dos principais produtos alimentares básicos no mercado informal da província do Huambo continuam estáveis, apesar da subida do dólar, registada no início de Março.

Para a estabilidade dos preços dos bens essenciais contribuíram as boas colheitas dos produtos do campo.

Hortícolas, fuba de milho e frutas têm aparecido com abundância nos mercados da Quissala, Kapango e Benfica, os principais mercados abastecedores da cidade do Huambo.

A Angop, com base em visitas aos mercados da Quissala, o maior da província, da Canata, Kapango e Benfica refere que os preços de venda dos produtos convergem, o quilo de arroz está a ser vendido entre 100 e 110 kwanzas, o de açúcar a 90, o de farinha de trigo, a 60, o de feijão, a 100, o de fuba varia entre 35, 40 e 50, de acordo com a qualidade, o pacote de massa alimentar, a 60, a lata de chouriço, a 400, a lata de leite Nido, a 1.950, a de leite moça, 120, o litro de óleo, entre 160 e 180, a barra de sabão, a 170, o litro de vinagre a 100, o mesmo preço de uma lata de atum.

O quilo de sal custa 50 kwanzas, litro de óleo de palma, 300, a lata de massa tomate grande, 160, a de manteiga, 80 e a de sardinha, 60.

O preço da banheira de tomate registou uma redução de 500 para 200 kwanzas, enquanto a mesma quantidade da batata e o da cebola se mantêm em 500 kwanzas. O dólar está a ser comprado a oito mil Kwanzas e vendido a 8.300.

Segundo informações dos vendedores dos mercados, os hortícolas estão a sair com abundância das lavras da região e há uma grande quantidade de tomate, que fez descer os preços em todos os mercados informais do Huambo e de todos os municípios.

Os produtos alimentares importados também mantiveram os preços de referência devido exactamente à abundância de produtos agrícolas que em muitos casos podem substituir os importados. O câmbio do dólar está ligeiramente mais elevado mas a tendência é igualmente para descer.

### **3.4 Economia informal pode ser alternativa para o Estado**

*Jornal de Economia e Finanças 12 de Maio de 2009*

A economia informal reflecte a dimensão de um mercado que se traduz na expansão e crescimento acelerado das actividades comerciais não oficiais, bem como representa um aumento contínuo e descontrolado dos assentamentos informais dentro de um Estado. Nas cidades africanas, o sector informal produz, emprega, distribui rendimentos e assegura a sobrevivência das populações. Angola, principalmente a sua capital, Luanda, não constitui um caso à parte.

Por sector informal entende-se, na linha da concepção

da Organização das Nações Unidas (ONU), um vasto leque de comportamentos económicos, socialmente admissíveis, realizados fundamentalmente com a finalidade de garantia da sobrevivência, que escapam quase totalmente ou, pelo menos, parcialmente ao controlo dos órgãos de poder público local, regional e nacional em matéria fiscal, laboral, comercial, sanitária ou de registo estatístico.

#### Contributo do sector

De acordo com dados contidos num relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a evolução da economia informal angolana em 1998 e 1999 era de 87% e contribuía em 30% para o Produto Nacional Bruto (PNB) não-petrolífero.

O Banco Mundial estima que hoje essa taxa ronde os 70%, calculando uma redução de 17% nos últimos 10 anos. O referido relatório destaca ainda o expressivo peso das actividades comerciais no contexto do sector informal e evidencia o papel deste subsector como recurso de sobrevivência das populações urbanas, em particular para as famílias deslocadas para as áreas urbanas da capital.

Luanda tem uma taxa de desemprego estimada entre 25 e 35%. Nos últimos cinco anos, o sector informal aumentou a sua capacidade de absorção, o que reduziu a taxa de desemprego para 20 e 25%. Especialistas angolanos dizem que o auto-emprego no sector informal constitui uma parte importante das estratégias de sobrevivência das populações.

Para Victor Hugo Morais, economista e assessor do Banco Mundial em Angola, esta percentagem pode baixar nos próximos anos se o Governo apostar fortemente na agricultura. Na sua óptica, o sector agrário é uma das soluções imediatas para a redução da actividade comercial informal no país. Ele diz que a adopção de medidas que estimulem o mercado formal, através da regulação do informal, "pode ser um factor determinante para o crescimento da economia".

Segundo o economista, quem se dedica à actividade informal deixa de beneficiar de subsídios estatais de desemprego, da assistência do Governo e de outras regalias. Victor Hugo atesta que a economia informal é de preponderante importância na criação de renda para aqueles que ainda não conseguem entrar na actividade formal. Acrescenta que também serve para apoiar e melhorar os rendimentos daqueles que estão no próprio mercado formal.

Soluções a médio prazo Victor Hugo admitiu que os mercados informais fazem parte da cultura dos

africanos. Segundo ele, o objectivo do Estado, no caso concreto de Angola, não deve ser o de acabar com as práticas económicas informais, mas criar regras que visam a sua regulamentação. "O mercado informal e as suas variáveis não só regulam o mercado formal, como também é lá onde a concorrência é mais perfeita do que no mercado formal", explicou.

Muitas regras do mercado formal vêm do informal, mas devem ser criados mecanismos de auto-regulação para se pôr termo à concentração de monopólios neste sector. "Se acabássemos com ele, acho que estaríamos a criar uma injustiça para aqueles segmentos da população que dependem deste mercado, que procura encontrar formas de sobrevivência onde os preços são mais baixos e muitas vezes ao alcance de todos", disse.

Segundo afirmou, nenhum Estado acaba na totalidade com os mercados informais, mesmo nos países ocidentais ou nas grandes metrópoles capitalistas. Os mesmos contribuem para o fortalecimento das economias, chamando a atenção para a melhoria do controlo e a eficácia na regulação do sector.

#### Visão de analistas

Para o PNUD, devem ser criadas novas políticas para o mercado informal. Com a transformação dos municípios em unidades orçamentadas, o Governo deve ter fortes mecanismos de controlo das actividades informais. "Quem está nos municípios, vive maioritariamente do mercado informal, e é aí que se deve começar a regulamentação. Por este facto, as administrações devem ter capacidade de regular o mercado, coordenar e extrair o máximo de renda desta prática e as suas receitas se reverteriam em prol dos seus municípios", salientou o PNUD no seu relatório.

A dinâmica do mercado depende de ideias construtivas, do rumo da economia, da criação de mais empresas e de empregos. "Com isso, aos poucos as pessoas começam a abandonar esta actividade. Não é o poder central que vai regular o mercado, essa responsabilidade é reservada às administrações locais, com a descentralização do poder, por ser daí que surge a norma que define quem deve exercer a actividade informal, só isso vai poder reduzir e credenciar quem pode pagar impostos", indicou Victor Hugo.

O economista considerou que o Estado perde milhões de kwanzas em recursos e em impostos que deveriam ter sido arrecadados com taxas provenientes desta actividade. "O Estado está a perder milhões em receitas. Se coordenar melhor o mercado, teremos a oportunidade de fortalecê-lo e ganharemos uma fonte segura de receita", admitiu.

Ele ressaltou que as pessoas que se dedicam à agricultura, apesar da vontade que têm de abandonar a actividade, não encontram alternativa de emprego no sector formal, salientando ser necessário um forte redimensionamento dos serviços públicos e melhor distribuição de terra para que estes projectos possam ter êxitos, passando por uma política agrária eficiente. "Muita gente vai preferir abandonar a actividade informal e dedicar-se à agricultura. Daí que o sector pode torna-se familiar e criar renda, o que pode ajudar o sector bancário a crescer e a expandir-se até aos municípios e com unas", disse.

#### Cenário de crise

De acordo com Victor Hugo, nesta fase é necessário perceber o crescimento dos mercados informais e como surgem. Para ele, os mercados são alimentados pelos agentes económicos do mercado formal, daí que, se a crise os atingir, o seu poder aquisitivo baixará e a capacidade de colocar produtos no mercado diminuirá. "Estes serão afectados, esta é uma crise para formais e informais, é global. Claro que fortes ou fracas economias sentirão os efeitos deste mal", sublinhou Victor Hugo.

### **3.5 Kixiquila serve de tábua de salvação**

*Angolense 16 de 23 de Maio de 2009*

A Kixiquila é uma forma de poupança doméstica. Depois de seleccionado o grupo é eleito um responsável a quem atribuem o nome de "mãe da Kixiquila. À mãe cabe a responsabilidade de recolher o dinheiro e atribuí-lo aos membros de forma rotativa.

Apesar de algumas desvantagens, que a mesma apresenta, tendo em conta que em muitos dos casos, segundo relatos de várias fontes, as chamadas "mães da Kixiquila (responsáveis pela guarda das contribuições do grupo) fogem com o dinheiro, sem deixar rasto. A Kixiquila é hoje praticada não só por mulheres vendedoras, mas também por funcionários públicos e até estudantes universitários que encontram na prática uma das formas de juntar dinheiro para comprar livros e outro material didáctico.

Para Isabel Albino, vendedora do mercado de São Paulo, a Kixiquila é uma forma de ajudar as pessoas a responder a algumas necessidades como comprar arca, pagar o colégio dos filhos e até mesmo levantar algumas paredes, para casa própria, como ela mesmo fez.

Outra vendedora que se identificou por Ivone dos Santos, disse que são muitas as vantagens que encontra

em jogar a Kixiquila, notou, destacando o facto de a pessoa receber dinheiro das colegas, sem obrigação de pagar juros na hora do reembolso, como acontece nos bancos.

"Somos 20 pessoas e a nossa contribuição é de USO 100. Todos os sábados há uma pessoa que recebe USO 2000, e essa não tem que pagar nenhuma taxa de juros", explicou a senhora Ivone, que, de seguida, contou: "já comprei terreno, mobília e muita coisa, com o dinheiro da Kixiquila.

Para prevenir a fuga de colegas suas com o dinheiro, casos que acontecem várias vezes, explicou que o seu grupo impõe condições para a entrada na Kixiquila, que passam pela identificação da pessoa, seus antecedentes e, sobretudo, conhecer a sua casa.

Lá André Rufino, funcionário público, nunca jogou Kixiquila, mas considera que não é um termo novo. É um termo que volta e meia vai ouvindo e que já se tornou familiar em todos os sectores da sociedade angolana.

De acordo com André Rufino "a Kixiquila é vantajosa, particularmente para aquelas pessoas que não sabem economizar o seu dinheiro", referiu, tendo acrescentado que, estas pessoas preferem juntar-se em grupo, dando diariamente uma quantia semanal ou mensal, consoante o acordo e no final já dá para fazer algo. Apesar de nunca ter jogado a Kixiquila, André Rufino acha que há mais vantagens do que desvantagens.

Quem também nunca jogou a Kixiquila é o estudante de economia Joel Álvaro. Em sua opinião, ela surge para facilitar as despesas que muitas pessoas não conseguem suportar apenas com o salário.

No entanto, continuou, em termos económicos tem implicações e uma delas é a fuga de massa monetária no mercado formal, porque o dinheiro da Kixiquila fica guardado por muito tempo em casa. Para aquele estudante, o normal é que todo dinheiro deve circular dentro do sistema económico.

Por isso, aconselhou as pessoas a acabarem com a Kixiquila e optarem por guardarem o dinheiro nos bancos, que segundo ele hoje já são muitos e até podem pagar juros.

Neusa Alexandre é outra estudante de economia que falou sobre o assunto. Ao contrário do primeiro, defende a existência da Kixiquila. Porque é uma das formas mais simples de se guardar dinheiro para aquisição de um bem valioso em curto espaço de tempo, disse.



Para Neusa, a Kixiquila pode até ser praticada entre os alunos para facilitar a compra de livros, bastando apenas saber qual é a capacidade que a pessoa que recebe o dinheiro tem para reembolsar, para depois não ter que se recorrer à polícia ou às vias judiciais.

## 4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

### 4.1 Municípios aguardam por dinheiro

*O País 1 De Maio de 2009*

A crise financeira mundial, cujos efeitos já se sentem em Angola, pode estar a comprometer a execução total

do Fundo de Apoio à Gestão Municipal (FUGEM), que no ano transacto destinou a algumas administrações municipais do país, o valor em Kwanzas equivalente a 5 milhões de dólares americanos.

O PAÍS soube de algumas administrações municipais que, transcorridos cinco meses do ano em curso, estas continuam por receber a fatia do orçamento para a execução dos programas de investimentos pontuais nas várias administrações destinadas a melhorar a qualidade de vida das populações.

O Orçamento Geral do Estado para 2009 cabimentou para esta rubrica o valor de 61.145.800.000,00 de Kwanzas, que deverá ser repartido entre todas as circunscrições administrativas municipais do país, ao contrário do que aconteceu no ano passado, quando foram contempladas apenas as de Luanda e algumas do interior.

Os responsáveis administrativos contactados por O PAÍS disseram, por esta razão, que encaram com algum ceticismo a execução integral dos projectos neste ano. O FUGEM visa dotar as administrações locais com recursos financeiros adequados a uma rápida e eficaz intervenção na solução de problemas urgentes que contribuam para o bem-estar das populações, mas que não tenham cobertura no Programa de Investimentos Públicos.

As administrações municipais submetem, antecipadamente, aos respectivos governos provinciais as propostas do Plano de Intervenção Municipal e, conseqüentemente, o de desembolso e o preenchimento do contrato-programa, documentos que posteriormente são validados de forma articulada entre o Governo e o Ministério da Administração do Território e remetido ao Ministério das Finanças.

O fundo define uma periodicidade trimestral para que as administrações municipais submetam ao Ministério das Finanças o relatório de execução do contrato-programa, bem como o relatório de execução acompanhado da respectiva cópia integral do extracto bancário das contas movimentadas, das receitas e despesas do fundo.

A constatação de qualquer irregularidade no relatório, segundo o instrutivo de gestão, pode implicar a suspensão do desembolso do fundo que acontece em duas tranches. De igual modo, não está descartada a possibilidade de responsabilização financeira e penal em caso de se apurar a ocorrência de peculato ou favorecimento ilícito por parte de membros da administração.

## 4.2 FMI prescreve a mesma receita que o governo já segue

*A Capital 9 de Maio de 2009*

Apesar de reconhecer que o recente crescimento económico permitiu ao país evoluir na mira do desenvolvimento do sector privado e da redução da pobreza, o FMI adverte para o facto da crise global da economia, com a recessão nas principais economias ocidentais e a queda dos preços do petróleo, ter enfraquecido as perspectivas de crescimento de Angola no futuro imediato.

Os directores do FMI endossam «a revisão orçamental projectada pelas autoridades, que procura limitar a despesa pública em consonância com a diminuição das receitas petrolíferas, enquanto se evita uma excessiva contracção fiscal que poderia piorar o abrandamento da economia». De resto, como tem vindo também a ser sublinhado por vários especialistas nacionais, o FMI «realça a importância das medidas para melhorar a qualidade e eficiência do investimento público», encorajando ainda a total adesão à Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas (EITI, acrónimo em língua inglesa), matéria para a qual, como é consabido, as autoridades de Luanda têm demonstrado pouca apetência.

Mas a persistência governamental em basear a elaboração do Orçamento Geral de Estado (OGE) tendo como referência a preço do petróleo tende a promover flutuações da despesa exacerbadas e obstruir os objectivos de desenvolvimento económico-social, segundo opinam os directores do Fundo Monetário Internacional. Nesta perspectiva, o FMI encoraja as autoridades angolanas a «estruturar a política fiscal no contexto de um quadro fiscal de médio-prazo para proteger os investimentos públicos e as medidas de redução da pobreza, das bruscas flutuações nas receitas petrolíferas», considerando que o plano fiscal 2009-2012, é «um passo prometededor nessa direcção».

O Fundo apoia a redução gradual, ao longo do tempo, do deficit primário do sector não-petrolífero como uma percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) não-petrolífero, à medida que se persegue a satisfação das necessidades sociais e de infra-estrutura de Angola, tendo em conta o risco moderado de deterioração da dívida interna e uma produção petrolífera mais baixa. Embora consciente da necessidade de sustentabilidade fiscal o FMI «ênfatiza a necessidade de aumentar o investimento público produtivo e satisfazer as urgentes necessidades de um país, em fase de pós conflito».

A meta de médio prazo de um índice de inflação de um

dígito - fixada pelas autoridades angolanas - no âmbito da convergência com os critérios da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla inglesa), poderá reforçar a confiança na moeda angolana, o Kwanza, e ajudara a reduzir a dolarização da economia. Nesta perspectiva, o FMI apoia a decisão do Banco Nacional de Angola de usar um objectivo monetário para ancorar a meta de inflação, recomendando que o «banco central revisse, regularmente, o processo de tramitação monetária e as metas da política de intermediação, para assegurar que o objectivo de redução da inflação está a ser perseguido».

O FMI congratula-se com o facto de a crise financeira global não ter atingido até agora o sector financeiro angolano. De qualquer modo, tomando em consideração o rápido crescimento do crédito privado, o Fundo encoraja a intenção das autoridades angolanas de melhorar a supervisão bancária e de risco de crédito, monitorar estreitamente a contracção de empréstimos em divisas.

A instituição financeira mundial dirigida pelo francês Dominique Strass-Khan saúda a decisão das autoridades angolanas de promover um programa de auditoria do sector financeiro, considerando que a solidez do sector financeiro também beneficiaria com a adopção de uma nova lei, para combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo.

Embora os especialistas do FMI considerem que a taxa de câmbio actual esteja largamente em linha com os «Fundamentais», os princípios estruturantes da economia, encorajam um avanço gradual para um regime de taxa de câmbio mais flexível, à medida que a economia se diversifica, se processa a «desdolarização» da economia, se aperfeiçoam os mercados financeiros domésticos e se desenvolvem os instrumentos de política monetária. Aliás, repetindo uma opinião que tem expresso em vários fóruns, o economista angolano Lago de Carvalho disse à rádio LAC, quinta-feira, 7, que a taxa de câmbio estabelecida pelo banco central era «artificial» e não correspondia ao funcionamento real da economia, do mercado.

O FMI estima que, «a médio prazo, com vista a transformação do sector não-petrolífero numa fonte de crescimento sustentado, a sua competitividade necessitará de ser reforçada». Um reforço que passa pela melhoria do ambiente de negócios, diminuição do custo para iniciar um negócio e eliminação dos constrangimentos logísticos.

### **4.3 Autocarros nas linhas dos transportes públicos**

*Jornal de Angola 12 de Maio de 2009*

Alinhada numa curta fila na paragem, montada no Largo do Baleizão, em Luanda, e de olhos fixos nos dois autocarros prontos a seguir o seu itinerário, Gertrudes Gota, 38 anos, diz que já sente o alívio do calvário que passou a semana passada quando um grande número de taxistas deixou de prestar serviço à população, o que provocou enormes aglomerações de pessoas nas paragens.

Gertrudes vive na rua do Pica-pau, no bairro Rangel, e trabalha há seis anos, num estabelecimento comercial na Baixa de Luanda. Por não dispor de viatura pessoal, tem um "compromisso" diário com a rota Mutamba/Congolenses.

"Cheguei aqui há pouco tempo e pelo que estou a ver, hoje as dificuldades de transporte públicos acabaram", disse. António Mukongo, um dos motoristas de serviço, confirma que o trajecto está a ser feito sem contratempos.

Motorista da TCUL há dois anos, António Mukongo durante a manhã tinha a missão de cobrir a rota Baleizão/Mercado dos Congolenses. "Estou a fazer esta rota em 40 minutos, mas quando há muito engarrafamento faço uma hora e meia", disse.

Ontem, com a entrada em funcionamento de mais 75 novos autocarros, à semelhança do que presenciámos no Largo do Baleizão, as outras paragens da capital tinham um movimento de passageiros normal.

Adolfo Campos disse que "por dificuldade de transporte, desde quinta-feira passada que não marcava presença no serviço". Motivado pela informação que dava conta de mais autocarros na rua, Adolfo fez-se à estrada e confirmou que apesar da enchente, não teve de esperar apanhar um dos autocarros que fazia o trajecto Baleizão/Condél/Porto/Cacuaco. Para ele, andar de autocarro tem muitas vantagens. A maior é sem dúvida o preço da corrida. São apenas 30 kwanzas.

"Com esse valor não temos que fazer muitas como acontece com os táxis, principalmente, quando estes encurtam as rotas", salientou. O director provincial dos transportes, Amadeu Campos, referiu que neste momento existem 300 autocarros distribuídos em 47 linhas, um número que ainda assim considera insuficiente para acabar o défice de transportes públicos.

António Gomes considera que a partir de agora tem as condições criadas para deixar de apanhar seis táxis

diariamente. "Acabaram os meus dias de angústia", manifesta alegremente. Agora que os dias de "castigo" ficaram para trás, diz que foi dado um passo importante para a comodidade das pessoas.

A tendência é de aumentar o número de autocarros. Antónia Gomes disse que este "é um passo importante e vai reflectir-se na forma como as pessoas aderem aos novos autocarros". O estudante universitário André Ivo não quis ficar fora da corrida. Ele vive no Bairro Popular e estuda na zona do Morro Bento. A rota Golf/Multiperfil funciona perfeitamente e o preço é muito baixo.

A entrada de mais autocarros em circulação está a desencadear acções de desespero em alguns taxistas. A reportagem do Jornal de Angola, observou que alguns motoristas de autocarros estão a ser alvos de ameaças.

### **4.4 Estradas reabilitadas abrem a circulação**

*Jornal de Angola 23 de Maio de 2009*

No Uíje a reabilitação de estradas atingiu um ponto de não retorno. As autoridades pensam que em cinco anos os municípios da província podem estar completamente ligados. A via Kifangondo/Caxito/Uíje/Negage, com mais de 370 quilómetros, há muito está terminada e são visíveis os trabalhos para tomar mais fluído o tráfego no troço Kimbele/Maquela do Zombo/Negage/Songo/Lucala.

Os trabalhos que ora decorrem consistem na terraplanagem das vias, mas já se circula em toda a província sem grandes constrangimentos. Entre estradas asfaltadas, terraplanadas e picadas, no Uíje estão contabilizados mais de 5 mil e 625 quilómetros. Dos 679 projectos em curso, estimados em 656 milhões de dólares, as estradas e pontes representam mais de 29 por cento.

Até agora, mil 565 quilómetros de estradas secundárias e terciárias foram reabilitados em toda a província do Uíje, aguardando-se apenas pela colocação da camada asfáltica. Uma viagem ao interior do Uíje permite constatar o nível de intervenção que está a ser feito nos vários troços que permitem a ligação às comunas e centenas de regedorias.

Uma fonte do Gabinete Técnico de Gestão de Projectos do Programa de Investimentos Públicos do Uíje disse que, "a melhoria do estado das vias de comunicação facilitará a livre circulação de pessoas e bens, bem como o funcionamento das instituições, e será um importante factor de equilíbrio no

desenvolvimento económico e social entre os municípios".

Nova ponte no rio Dange

O rio Dange, que separa as províncias do Bengo e Uíje, recebeu uma ponte definitiva. Com oitenta e cinco metros de comprimento, a nova estrutura veio substituir a anterior, metálica, cuja travessia costumava ser um perigo para a camionagem.

Numa via de trânsito particularmente intenso do Sul para o Norte e vice-versa, os ganhos com a construção da nova ponte são muitos, como reconhecem os seus utentes.

"Essa ponte veio ajudar bastante as pessoas que utilizam essa estrada, pois antes era muito arriscado passar na antiga ponte, sobretudo para os carros de longo curso", diz Fernando Cahamba, um camionista de 58 anos e muitos quilómetros de estrada. Encontrámo-lo no Dange, depois de fazer-se à outra margem do rio, sem já os calafrios do passado.

Agora, acrescenta Fernando Cahamba, a preocupação maior para os camionistas são as inúmeras curvas, muito apertadas, pois a estrada está uma "autêntica pista e todas as pontes foram reparadas".

O sentimento de Fernando Cahamba é partilhado pela generalidade dos camionistas e outros utentes de veículos de transporte de passageiros e privados com quem a reportagem do Jornal de Angola pôde cruzar nesta estrada, onde os acidentes, via de regra, são sempre mortais.

O programa de intervenção nas vias secundárias e terciárias foi pensado e elaborado ao pormenor e sempre a pensar na circulação de pessoas e bens em todo o território, como nos foi explicado por peritos ligados ao Gabinete Técnico de Gestão do PIP no Uíje.

Por exemplo, do município do Songo para o Bembe, passando por Lukunga e pela localidade conhecida por Nova Esperança, estão em reabilitação 239 quilómetros, o mesmo acontecendo com a via Quimbefe/Cuango, cruzando a localidade do Alto Zaza. Aqui o alvo são 180 quilómetros.

De resto, de helicóptero, como o fez a reportagem do Jornal de Angola, é possível ver a enorme concentração de homens e máquinas um pouco por toda a província do Uíje. Tal é o caso da via Macocola/ Santa Clara/Massau, que aguarda pela terraplanagem dos seus 166 quilómetros. Mas de números não é tudo. Há obras, também, no troço Sanza Pombo/Nova

Esperança/Buengas Sul e Cambosso, numa extensão de 139 quilómetros, o mesmo sucedendo na via Negage/Bungo/Nsosso/Maquela do Zombo.

Já em terra, e não muito longe da cidade do Uíje, pudemos constatar significativos avanços das obras de terraplanagem na via Negage/Bungo. Esses dois municípios devem ser assinalados sobretudo pelo seu potencial agro-pecuário e, no caso do Negage, por ser tão-somente a segunda cidade do Uíje, com uma vida académica muito activa, que se traduz na construção de vários estabelecimentos escolares, do ensino básico ao médio, e que não param de crescer.

A vila do Negage possui um aeródromo com uma pista capaz de receber aparelhos Boeing 737 e, hoje, serve de alternativa ao aeroporto do Uíje. A própria história da aviação militar tem, no Negage, uma referência, pois aí foram formados centenas de pilotos e técnicos da Força Aérea.

Dos dois lados da estrada para o Bungo, são visíveis vários empreendimentos em construção, na projecção do futuro pólo industrial do Uíje. Um pólo para o qual terreno, matéria-prima, produtos agrícolas e água, pelo menos não faltam, como podem ver.

Já são às centenas os projectos de desenvolvimento da região cafeeira do Uíje, mas o Gabinete de Gestão do Programa de Investimentos Públicos, ainda assim, parece não ter mãos a medir, como se dizer-se, tal é a quantidade de solicitações.

Assim, segundo apurámos, aos vários projectos de impacto relevante junto da população foram adicionados outros, onde se destacam a reabilitação de mais 376 quilómetros de estrada, incluindo pontes, pontecos e passagens hidráulicas, sistemas de captação, tratamento e distribuição de água nos municípios, bem como a recuperação de pistas e aeródromos do Quimbele, Maquela do Zombo, Damba, Sanza-Pombo e Negage.

Treze palácios municipais

No topo da pirâmide das prioridades no Uíje consta a recuperação de infra-estruturas importantes como sedes administrativas, residências dos administradores, palácios municipais e outras.

Em Maquela do Zombo o Jornal de Angola foi surpreendido, por assim dizer, pela visão de um imponente palácio municipal, protótipo dos treze que estão em construção noutros municípios.

"Do programa de construção e/ou reabilitação de

infra-estruturas constavam treze edifícios, residências para os administradores e seus adjuntos", clarificou a fonte do Gabinete Técnico de Gestão do PIP do Uíje.

Essas infra-estruturas estão a ser erguidas em paralelo com 173 casas económicas e sedes de Comandos da Polícia Nacional em alguns municípios. Só o município de Sanza Pombo vai ganhar, de uma só assentada, sete novos edifícios, que já estão em construção.

Enquanto isso, na cidade do Uíje é visível o esforço de recuperação dos espaços verdes, passeios e lancis, bem como de um lar infantil.

Falta acrescentar, à guisa de conclusão, que todo esse esforço de (re) construção das infra-estruturas da província do Uíje contempla também a comunicação social, sobretudo a Rádio Nacional e a TPA, para os quais foram adquiridos equipamentos e construídos edifícios para o seu funcionamento.

## 5 GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZA ÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Oposição culpa Governo

*Novo Jornal 1 de Maio de 2009*

A UNITA afirma que está a reflectir sobre se vai ou não apresentar ao Governo um protesto público contra o desalojamento forçado dos moradores da ilha da Luanda. Uma semana depois do seu líder ter estado na zona do Zango (município de Viana), o secretário-geral deste partido, Abílio Camalata Numa, afirmou que a atitude do Governo é "desumana" e deve merecer da sociedade uma "veemente condenação".

"Estamos a acompanhar este assunto com muita

seriedade e nos próximos tempos veremos qual a atitude a tomar", garantiu ao NJ o também deputado à Assembleia Nacional, que acrescentou que o assunto fará parte do que descreveu de "matérias candentes" que o seu partido pretende apresentar ao Governo (por via parlamentar), entre as quais se perfilam também os problemas ligados ao desemprego, transportes e habitação.

Camalata Numa disse ainda que os protestos contra o executivo de Luanda, protagonizados pelos cidadãos desalojados, não podem ser imputados à UNITA, conforme fez entender o secretário da informação do MPLA da província de Luanda, Fragata de Morais.

"É uma pena que tivessem tirado este tipo de ilações porque, na verdade, a agitação social vive-se actualmente um pouco por todo o país e é já um "aviso à navegação", afirmou Numa. Para ele, a presença de Samakuva no Zango na passada sexta-feira (24) serviu para demonstrar que aquela população "não está sozinha".

O líder da UNITA manifestou-se "bastante chocado" com a forma como centenas de famílias tinham sido "desumanamente" retiradas das suas casas, para serem colocadas num local sem quaisquer equipamentos sociais

Durante uma conferência de imprensa, Isaiás Samakuva disse que o acto do Governo da Província de Luanda constituía "um atentado violento à dignidade da pessoa humana". Na sua opinião, as razões invocadas para o desalojamento dos cidadãos não justificam a brutalidade da solução encontrada pelas autoridades. "As pessoas foram transportadas como se fossem carga, viram as suas casas demolidas sem qualquer compensação, e foram atiradas para um campo aberto, numa clara violação dos direitos legalmente estabelecidos", denunciou. Por seu lado, o secretário-geral do partido de Renovação Social (PRS) teve a mesma reacção quando declarou ao NJ que os actos do governo "são condenáveis".

Baptista Ngandagina apelou também ao governo que evite o uso excessivo da força policial para reprimir aqueles que contestam os actos públicos. "se não há insegurança na Ilha de Luanda, então que coloquem as pessoas em zonas com condições sociais aceitáveis sem recurso à violência", sugeriu o político.

Sobre os protestos registados no Zango, o dirigente do PRS disse que a policia reagiu "da forma como reagiu porque esteve em causa a sede do MPLA", em alusão aos ataques ao comité do partido naquela área. Baptista Ngandagina desafiou a corporação a levar também a

tribunal as pessoas que, segundo ele, vandalizaram vários bens do PRS e a UNITA. "Ternos infra-estruturas partidárias destruídas no Bié, no Kuando-Kubango e no Moxico, e os processos foram arquivados", acusou o secretário-geral do PRS.

## **5.2 Autoridades tradicionais “chumbam” Makenda Ambroise**

*Agora 02 De Maio 2009*

Os pronunciamentos feitos recentemente pelo ministro da Geologia e Minas, Makenda Ambroise, em Caxito, segundo os quais o seu pelouro terá já orientado as empresas de exploração de inertes a prestarem atenção à população do Bengo e a contribuírem para melhoria de vida das mesmas, fizeram entornar o "caldo" das autoridades tradicionais que já consideraram falatório o discurso do governante.

Para aquela autoridade tradicional

Os pronunciamentos feitos recentemente pelo ministro da Geologia e Minas, Makenda Ambroise, em Caxito, segundo os quais o seu pelouro terá já orientado as empresas de exploração de inertes a prestarem atenção à população do Bengo e a contribuírem para melhoria de vida das mesmas, fizeram entornar o "caldo" das autoridades tradicionais que já consideraram falatório o discurso do governante.

O soba Bechior Gaspar disse estar céptico quanto à concretização do discurso do governante, alegando que o governo é "vezeiro" nas afirmações de género. Segundo disse, o Bengo é uma província bastante rica, mas paradoxalmente a isso a sua população vive na extrema miséria.

Para aquela autoridade tradicional, o facto de o Bengo ser a província mais próxima da capital do país deveria nesta altura apresentar outro nível de desenvolvimento. "Repare que apesar de estarmos a escassos quilómetros de Luanda, somos a província cuja população é a mais pobre".

O soba apontou exemplos como as centenas de casas construídas de pau-a-pique em pleno século XXI, a gritante falta de água potável e da energia eléctrica. "Temos estas dificuldades, que são do conhecimento do Governo, mas que nunca mereceram consideração. Por isso, não acreditamos que os empresários por sua livre iniciativa venham a ajudar o povo a sair da miséria," concluiu.

Makienda Ambróise evitou enumerar as tarefas que as empresas terão de fazer nas aéreas onde exploram os inertes, mais disse ter orientado que melhorassem as

estatísticas da produção mineira e estabelecessem um diálogo com a população que vive nas aéreas circunvizinhas para que possam contribuir nos esforços do Governo visando a melhoria de vida e o desenvolvimento económico e social das citadas localidades.

O governante disse ter constatado que o Bengo dispõe de matéria-prima suficiente para poder levar a cabo um programa de industrialização que atenda a área de construção civil e outros sectores das obras públicas.

Além disso prometeu que, o seu pelouro vai desenvolver acções que visam a reordenação das áreas onde se pode exercer este tipo de actividades para que a indústria transformadora local seja feita com normas e em zonas de pólo industrial, devidamente certificadas e designadas em estreita colaboração entre os ministérios de Geologia e Minas, Industria e o Governo provincial.

## **5.3 Mundo rural em reflexão**

*Novo Jornal 8 de Maio de 2009*

E lá vão quatro.. Começou com a habitação, passou pela indústria e agricultura e desta vez coube à novel Secretaria do Estado para o Desenvolvimento Rural apresentar o seu programa executivo e as políticas que poderão criar um desenvolvimento que se pretende sustentável no meio rural angolano.

Sala cheia no Centro de Convenções de Talatona e desta vez não foram só fatos e gravatas. Um número considerável de sobas e seculos vestidos a rigor fizeram questão de se deslocar a Luanda, apoiados por inúmeras mulheres rurais que mostravam-se surpreendidas com o espaço, sem perder, no entanto, a garra de mulher do campo, como comprovaram ao longo do período de debates. Ficámos a saber, desta vez, que as políticas públicas para as comunidades rurais são prioridade do Governo que quer assim contribuir para a resolução de questões como a habitação no meio rural, combate ao analfabetismo, acesso à água potável e mais...

Sem esquecer o já propalado Micro-Crédito e acesso ao sistema bancário. E aqui a insatisfação dos homens e mulheres rurais coloca-se nos 100 dólares de Micro-Crédito (disponibilizados pelo BPC): "até parece que é com este dinheiro que vamos sustentar as famílias", reclamavam.

Mas deixemos os dinheiros de lado e passemos ao programa executivo para este ano da Secretaria de Estado para o Desenvolvimento Rural (SEDER), que exigirá um acompanhamento e monitorização, sob pena de mais uma boa vontade ficar pelo papel e pelos

almoços que são servidos nestas conferências.

Os objectivos da SEDER vão passar por promover projectos de desenvolvimento rural integrado, que permitem a melhoria das condições de vida das comunidades rurais através da extensão de serviços de educação e de saúde, da promoção da habitação condigna dotada de água potável, electricidade e saneamento básico.

Aqui, a SEDER prevê construir não um milhão, mas sim 55.730 casas, sendo 13.500 em aldeias rurais numa perspectiva de auto-sustentabilidade, baseada numa parceria público-privada.

O meio rural só agradece, independentemente destas casas respeitarem ou não o ecossistema de cada região. Mas hábitos e costumes, e sobretudo o material a utilizar, que possam garantir por si só a manutenção das habitações rurais, devem merecer a atenção de quem se propõe "luandizar" os matos. Os números continuam: 127 escolas, 127 postos médicos (repare-se na coincidência dos números), 900 casas para professores, enfermeiros e médicos, 72 mercados rurais e 130 centros de convivência.

Engana-se quem pensa que este programa só vai construir - vai também tratar de melhorar a alimentação das populações rurais, associando a agricultura familiar ao aumento da produção agrícola e assim, quem sabe, aumentar a renda das famílias rurais - vem merecer a atenção de quem se propõe "luandizar" os matos. Os números continuam: 127 escolas, 127 postos médicos (repare-se na coincidência dos números), 900 casas para professores, enfermeiros e médicos, 72 mercados rurais e 130 centros de convivência.

Engana-se quem pensa que este programa só vai construir, vai também tratar de melhorar a alimentação das populações rurais, associando a agricultura familiar ao aumento da produção agrícola e assim, quem sabe, aumentar a renda das famílias rurais.

Mas para isso terá de resolver, primeiro, a questão das vias secundárias e terciárias de que muito se queixaram os rurais vindos do mato e que por este motivo vêm a sua restrita produção apodrecer sem nada poder fazer.

O desenvolvimento da economia rural também foi contemplado. Um conjunto de actividades produtivas, e não só, vai ser implementado tendo em vista o desenvolvimento comunitário a começar pela criação do Fundo de Desenvolvimento Rural, sem esquecer o papel dos bancos.

A reactivação dos mercados de produtos e insumos agrícolas e do comércio rural de artesanato vêm engrossar a lista das apostas económicas e até se fala do turismo rural.

E antes que se acuse que este programa é a curto prazo, a SEDER reforça-se com o plano de desenvolvimento do sector agrícola que termina em 1013 e contempla programas como: Programa de Desenvolvimento Rural Integrado e Combate à Pobreza, Programa de Apoio à Mulher Rural e da Periferia, Construção e Reabilitação de Infra-Estruturas Produtivas e Económicas Rurais, Programa de Apoio ao Crédito e Finanças e Comércio Rural, e por fim o Programa de Fortalecimento Institucional e Formação de Quadros.

## **5.4 Governo central usurpa competências**

*Agora 9 de Maio de 2009*

Em conferência de imprensa Aníbal Rocha afirmou que "há incompatibilidades que nós reconhecemos no nosso programa de acção do Governo.

Temos estado a ver caso por caso".

Reconheceu que há batalhas que já estão a vencer. Aqui exemplificou o facto de até ao momento o orçamento da sua província ter sido gerido em simultâneo com as unidades orçamentais do poder central.

O governador de Luanda disse que os seus homólogos das restantes províncias são os que fazem a sua programação financeira em função dos dinheiros que lhe são alocados. O governador local é um soberano em decidir o que é ou não prioritário.

"Conosco aqui em Luanda não acontece o mesmo. Nós estávamos suspeitos aquilo que deitasse o poder central. Não era eu que decidia prioridades. O Governo central é que decidia... passa esta ordem de saque, não passa essa ordem de saque, passa aquela". Mas, a partir de Janeiro está-se a montar o dispositivo no quarto preâmbulo do despacho do senhor ministro das finanças reconhece que Luanda deve ter o tratamento igual ao das outras províncias.

O responsável da capital do país, reiterou que há províncias que estão a usufruir de algumas receitas cobradas localmente. Neste prisma assegurou: "temos o caso de Cabinda, que está a receber 10 por cento das receitas do petróleo. Temos o caso do Zaire e das Lundas. E porque não Luanda beneficiar também das receitas das empresas sediadas cá?" assim se interrogou o ex-ministro da Administração e Território, para mais adiante responsabilizar as mesmas empresas que "com os seus camiões partem as estradas e poluem o meio

ambiente".

O "homem forte" da capital pensa que "é justo que se dê uma percentagem descentralizada a Luanda, quanto mais não seja para tapar buracos, através do pagamento da taxa de circulação". No dizer de Ambal Rocha, só em Janeiro do corrente ano, as repartições municipais de finanças cobraram 17 milhões de dólares e tudo foi para o Orçamento Geral do Estado.

#### Ilegalidade

Anibal Rocha, por força das circunstâncias, recorreu à lei constitucional nos seus artigos 55,145,146,147 e mais propriamente o 148, que refere que "o governador é o representante do Governo na respectiva província a quem incumbe, no geral, dirigir a governação da província, assegurar o normal funcionamento dos órgãos administrativos locais, respondendo pela sua actividade perante o Governo e o Presidente da República.

E que, segundo" o número um" de Luanda, existem mais do que mil e um casos de violações de leis e como tal se não se tomarem as devidas medidas, se não forem os guardiões de legalidade, então poderão deixar desmoronar aquilo que devem ser as norma mais elementares da coabitação.

A construção que está sendo feita adjacente a um terreno do Estado, o jardim zoológico da ilha, pertence a um membro do Governo cujo nome recusou revelar. O edifício é de dois pisos e não tem licença de obra.

O proprietário da obra, indagado pela fiscalização, justificou que está a fazer o empreendimento com uma autorização verbal dada pelo Governo da província no ano de 1995. "Mandatado a legalizar a situação o cidadão em causa furta-se a dialogar".

Uma outra ilegalidade praticada por um dirigente acontece no mercado dos "trapalhões". O empreendimento foi legalizado para ter um piso e um terraço.

Hoje esta construção já está no terraço piso e com a tendência de pôr mais um terraço sobre este piso. Por detrás do restaurante Anazanga, onde existia o reclame da Eka, está a ser erguida urna infra-estrutura. A "empresa" está a ser erguida na base de uma licença de ocupação passada pela capitania do Porto de Luanda. Mas, o governante não concorda e diz: "O destino dos terrenos da ilha é da nossa responsabilidade".

Uma outra violação, de entre as milhares que existem

em Luanda, localiza-se na cidade alta junto ao clube da banca. Dois edifícios "empolgantes" estão a ser erguidos desde 1995, por um outro dirigente, que também Aníbal Rocha refutou dizer o nome. É que este pede que seja indemnizado pelos gastos empregues na obra.

Os anteriores governadores, segundo Ambal Rocha, já haviam determinado a sua demolição, mas por motivos sentimentalistas não tiveram coragem de demoli-las. Mas, o governante peremptório afirmou que não hesitará em levar os seus infractores, incluindo dirigentes, à barra do tribunal.

Do campo à cidade. "O fluxo de pessoas para Luanda, continua a ser maior. Luanda já não pode suportar a entrada de mais pessoas oriundas de zonas rurais. Já não tem infra-estruturas para contrapor a este fluxo migratório", assim começava a dissertar o governador quando abordava este assunto.

Segundo os dados obtidos pelo governante, as pessoas vêm a Luanda, em busca de melhores condições de vida, porque nas províncias não há luz, água, alimentação, escolas, nem assistência médica.

"As pessoas sabem que em Luanda, bem ou mal vão encontrar este tipo de atendimento. As pessoas sabem que se comprarem uma grade de gasosa ou de cerveja e se puserem debaixo de um prédio, ou de uma esquina ou praça têm forma de sobrevivência" rematou.

Postos em Luanda, disse o dirigente, alguns singra m outros vêm-se contingência de serem os "limpa contentores". "E casos há de pessoas que deitam a pato para o ar os contentores para seleccionarem lixo para comerem",

O responsável provincial acha que essa não é só uma tarefa do seu pelouro, mas sobretudo do Governo central, nomeadamente dos Ministérios da Reinserção Social e da Administração do Estado.

É que o mais alto mandatário de Luanda, para reforçar o que disse sobre a entrada diária de cidadãos no seu território, comparou a existência hoje, em Luanda, a nível da Educação de 70 mil crianças na lista de espera, quando há dois anos, haviam apenas 20 mil.

Quanto as constricções anárquicas, um problema crónico, a individualidade recomendou aos munícipes a contactarem as administrações do Cacuaco, Viana e Kilamba Kiayi, uma vez que já há áreas divisadas para construções provisórias.



O pelouro de Anibal Rocha pensa impor ordens nalgumas transgressões relacionadas com a ocupação de ruas, largos e residências para fins empresariais. Caso da instalação de oficina, lanchonetes e stand's de Viaturas, entre outros, em sítios inadequados.

O AGORA não pode trazer declarações de alguns "violadores " da ordem pública, conforme ordenou o governador ao seu sucessor de imprensa, João Dombaxi, porque este na sexta-feira, 1 de Maio, não compareceu.

Um outro aspecto negativo constatado aquando da conferência de imprensa, de Anibal Rocha tem a ver com o atraso considerável verificado no início do acto. A conferência de imprensa estava marcada para as 15h45 minutos e só teve início por volta das 17 horas.

É que para um dirigente cuja conduta tem de ser exemplar para o bem da sociedade e dos seus subordinados, em particular, os atrasos consecutivos em relação às horas marcadas podem perverter particularmente os mais jovens, que têm no chefe e no mais velho a referência da sua conduta.

## **5.5 Comissão Constitucional aprova orçamento e pessoal**

*Jornal de Angola 20 de Maio de 2009*

A Comissão Constitucional aprovou, ontem, os projectos sobre o orçamento do órgão e a lista de 12 quadros administrativos que vão apoiar a Comissão, durante uma reunião que decorreu na Assembleia Nacional, sob orientação do presidente da Comissão Constitucional, deputado Bornito de Sousa.

O primeiro secretário e porta-voz da Comissão Constitucional, Samuel Daniel, disse aos jornalistas que a comissão apreciou em detalhe a forma como o dinheiro vai ser usado e o órgão aprovou uma deliberação que orienta a discussão e aprovação deste orçamento na próxima sessão plenária do Parlamento, que se realiza no dia 21.

O deputado Samuel Daniel informou que a Comissão ainda está, a discutir aspectos ligados à organização, porquanto três partidos ainda não entregaram as propostas de ante projectos da lei, constitucional. Até ontem, apenas a UNITA e a coligação Nova Democracia tinham feito a entrega das suas propostas. O prazo de entrega termina no dia 26 de Maio. "Neste momento, tudo quanto estamos a fazer é o trabalho de

organização e apreciação de organigramas e de metodologia de trabalho", disse.

Os membros da Comissão Constitucional apreciaram as propostas metodológicas e cronogramas de trabalho, apresentados pelos partidos e coligação de partidos com assento no Parlamento, que vai conduzir o processo de elaboração, discussão e aprovação da nova constituição da República de Angola.

Estas propostas foram apresentadas pelos partidos com assento no Parlamento e vão ser entregues à comissão técnica, que vai elaborar um programa e cronograma com base nesses documentos, remetidos à comissão técnica para o seu enquadramento.

Os deputados apreciaram, também, as propostas dos partidos sobre os princípios a ter em conta na elaboração da futura Constituição. Estes princípios, segundo o deputado Samuel Daniel, devem ser apresentados à equipa técnica para encontrar um mecanismo para qual a Comissão Constitucional se vai orientar. Na reunião participaram, também, os membros da comissão técnica e do seu presidente, o jurista Carlos Feijó.

UNITA entrega proposta

A presidente da bancada parlamentar da UNITA, Alda Sachiambo, entregou, ontem, no gabinete do presidente da Assembleia Nacional, a proposta do ante-projecto do seu partido sobre a futura Constituição.

A deputada Alda Sachiambo disse que com a entrega deste documento a UNITA cumpriu o pressuposto da lei, que estabelece que os partidos políticos e coligação de partidos devem fazer a entrega dos seus ante-projectos no prazo de 90 dias. A líder da bancada da UNITA informou que o seu partido vai fazer uma campanha para a divulgação do conteúdo da sua proposta. Alda Sachiambo disse que o documento contém inovações aprofundadas com base nos direitos e garantias dos cidadãos.

A UNITA considera, no seu ante-projecto, que as províncias de Cabinda e Luanda devem ter estatuto autónomo e de uma região metropolitana. Alda Sachiambo disse que a UNITA apresentou um sistema de Governo que se deve adaptar à realidade do país, havendo assim um equilíbrio entre os órgãos de soberania.

## **5.6 Conflitos com as administrações municipais dominam reclamações ao Provedor de Justiça**

*Jornal de Angola 22 de Maio de 2009*

Conflitos com os governos provinciais e com as administrações municipais e questões laborais dominaram as reclamações apresentadas, de 2005 a 2007, ao Provedor de Justiça, revela o relatório apresentado, ontem, por Paulo Tjipilica.

O documento, contém 487 participações, das quais 108 referem-se a questões laborais salário, emprego e despedimento e 107 a conflitos com governos provinciais e administrações municipais.

O relatório, aprovado por 165 votos a favor, nenhum contra e uma abstenção, refere que na área da Administração da Justiça, a Provedoria recebeu 90 queixas, 17 sobre questões relacionadas com a Segurança Social e oito com direitos fundamentais.

Quanto à proveniência das queixas, a província de Luanda concentra a maioria: 353. As províncias do

Kuando-Kubango e do Zaire não registaram nenhuma. Paulo Tjipilica explicou aos deputados que a apresentação do relatório ao Parlamento era o "único e o mais poderoso instrumento de dissuasão de que dispõe o Provedor de Justiça contra as ilegalidades, injustiças e irregularidades da Administração Pública ou dos poderes públicos que atropem os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos".

O relatório, referiu, traduz a primeira experiência para o Provedor, entidades visadas e para os cidadãos, pelo que, acentuou, "reveste-se de sentido didáctico-pedagógico".

O Provedor afirmou que o documento não menciona as "instituições que infringiram os direitos dos cidadãos, representando um pré-aviso", mas avisou que o "procedimento vai ser diferente na apresentação do relatório de 2008", já em elaboração. Paulo Tjipilica, respondendo a perguntas dos deputados sobre a utilidade do trabalho do Provedor de Justiça sem poder decisório, explicou que a "força do Provedor de Justiça resulta dos relatórios apresentados na Assembleia Nacional porque nenhuma entidade pública gostaria de ver" mencionada a "sua acção publicamente no Parlamento".

Tjipilica referiu os exemplos de Cabo Verde e de Moçambique, que "ainda não institucionalizaram a figura do Provedor de Justiça, apesar de terem aprovado a sua legislação, por questionarem a funcionalidade" de um "poder sem poder decisório".

Apelou aos deputados, que estão a trabalhar no

processo constituinte, que decidam se "vale a pena ou não manter o carácter não decisório do Provedor de Justiça".

Lei do Protocolo do Estado

Os deputados aprovaram, na generalidade, na sessão de ontem, o projecto de Lei do Protocolo de Estado, a Ordem Geral de Precedência nas cerimónias oficiais e as regras a observamos principais actos públicos do Estado.

Ao apresentar o projecto de lei, a vice-ministra das Relações Exteriores, Exalgina Gambôa, explicou que o diploma pretende melhorar a colaboração e interligação entre a direcção do Protocolo do Estado, os restantes níveis de cerimonial e Protocolo e os diversos órgãos e instituições do Estado.

A lei regula, ainda, os procedimentos do cerimonial angolano e o acesso, uso e exploração das salas VIP dos aeroportos.

O documento foi aprovado por 172 votos a favor e três abstenções, devendo seguir para as comissões de especialidade, da Assembleia Nacional, antes de voltar à sessão plenária para a votação final.

## **5.7 Autoridades tradicionais discutem problemas sociais das comunidades**

*Jornal de Angola 26 de Maio de 2009*

Questões sociais ligadas à vida das comunidades, como a prevenção e tratamento de doenças transmissíveis, violência no lar e sexual de menores, foram abordadas pelas autoridades tradicionais, num encontro realizado na cidade de Ndalatando, capital do Kwanza-Norte.

O líder das autoridades tradicionais, enalteceu a "participação activa dos sobas nas tarefas do Estado, principalmente no registo eleitoral", e pediu o "mesmo empenho" nas próximas eleições presidenciais.

Virgílio Mendes apelou, também, a todos os participantes no encontro que mobilizem as comunidades para prevenir e combater as doenças sexualmente transmissíveis.

O soba grande apontou, igualmente, o diálogo entre os casais como a "principal receita para evitar casos de violência nas famílias". "Não podemos compadecer-nos com violências, por isso é papel do soba trabalhar para a promoção social", acentuou.

Virgílio Mendes manifestou-se indignado com "algumas

seitas religiosas que insistem em acusar crianças e anciãos" de serem feiticeiros e defendeu a "necessidade de uma maior união entre os sobas, a nível do país, para garantir a organização do povo".

"Os sobas funcionam como parceiros do Estado, assumindo o papel de conselheiro das comunidades", lembrou.

As entidades tradicionais da província do Kwanza-Norte, por iniciativa própria, adquiriram uma viatura para facilitar os trabalhos nas aldeias e povoações mais distantes.

Depois da colecta de dinheiro entre os sobas, disse José Lino, soba geral do município do Cazengo, o carro "foi comprado para facilitar os contactos com as comunidades dos municípios".

## **5.8 Em dois anos, o Estado pode instituir as autarquias locais"**

*Jornal de Economia e Finanças 26 de Maio de 2009*

Jurista Lazarino Poulson considera que 60 municípios reúnem as condições técnicas financeiras e humanas para o arranque processo.

Em entrevista ao Jornal de Economia & Finanças, o jurista angolano Lazarino Poulson ressalta as vantagens das autarquias locais, dos pontos de vista político, económico e administrativo. Ao longo da conversa, o jurista faz igualmente uma incursão pelos custos económicos e financeiros da montagem de uma autarquia local e defende que o arranque do processo seja faseado, com início nas localidades que reúnam maiores condições técnicas, financeiras, humanas e infraestruturais. Segundo ele, 60 municípios angolanos estariam nessa condição e o processo teria bases para ser implantado em dois anos.

JORNAL DE ECONOMIA & FINANÇAS (JE) – Quais são as premissas económicas e financeiras para a existência de uma autarquia?

LAZARINO POULSON (LP) Quando decidir sobre o surgimento de autarquias, o Estado vai ter em conta o nível de desenvolvimento económico das localidades, a densidade populacional, as infra-estruturas, os equipamentos sociais e a rede de comunicações, bem como a relação que existirá entre o nível do índice de desenvolvimento económico das localidades e a dimensão da autarquia local.

JE – Poder local implica a existência de receitas próprias e de um orçamento autónomo. Qual a origem dessas receitas e desse orçamento?

LP – Dizer que uma autarquia local tem que ter um

orçamento próprio, e referir que ela será dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. A autonomia administrativa significa que ela vai poder tomar decisões, independentemente de outras instituições do Estado. A autonomia financeira vai traduzir-se na possibilidade de as autarquias locais poderem beneficiar de receitas dos impostos, taxas e outras contribuições fiscais, no quadro da legislação do poder local. Por outro lado, as autarquias beneficiarão de uma autonomia patrimonial, que se irá traduzir na possibilidade de elas serem titulares de imóveis, propriedades e outros bens que o "Estado colocará à sua disposição. Obviamente que, no âmbito das suas actividades, as autarquias locais poderão rentabilizar esse património e colher daí receitas que vão alimentar o seu orçamento. Por outro lado, as autarquias locais poderão criar empresas e institutos municipalizados, que possam gerar receitas para o seu funcionamento. Somam-se as dotações orçamentais que as autarquias locais recebem do Orçamento Geral do Estado (OGE).

JE – Essas receitas seriam do tipo das taxas que o Estado tem atribuído, por exemplo, às regiões produtoras de petróleo ou diamantes?

LP – Esta seria uma das opções, mas existem outras. Por exemplo, as taxas aduaneiras cobradas pela entrada e saída de mercadorias na zona fronteiriça devem ser repartidas pelo Orçamento Geral do Estado e pelo próprio município. Em síntese, a filosofia será a repartição das receitas fiscais que se geram num determinado município entre o Estado e a autarquia local.

JE – Na lógica do faseamento da implantação das autarquias, quais, na sua visão, as regiões por onde se deveria iniciar o processo?

LP – Me parece haver consenso, a nível do Governo, que as autarquias locais se instalarão a nível de município. O próprio Ministério da Administração do Território já identificou cerca de 60 municípios que reúnem as condições para que, num primeiro momento, se possa instalar o modelo autárquico. Tratam-se dos municípios com maior desenvolvimento económico e um elevado índice de desenvolvimento humano.

JE – Que critérios deveriam ser observados na hora de atribuição de verbas às entidades autárquicas?

LP – Os critérios deveriam passar, necessariamente, pela extensão territorial das localidades, sua densidade populacional, potencialidades económicas e desenvolvimento económico. É lógico que se corre o risco de se agudizarem as assimetrias regionais, mas também é bem verdade que, em respeito ao princípio da igualdade, não se poderá dar tratamento igual a situações desiguais. Nos temos em Angola municípios

que, de certo modo, deveriam ser repensados. São aqueles que tem um maior índice de desenvolvimento económico e social. Há que salientar que uma das questões que o Estado terá de equacionar neste quadro é repensar muitos dos municípios. Há zonas que poderão pura e simplesmente deixar de existir ou fundir-se noutras. Outros ainda poderão ser subdivididos ou ascender ao escalão provincial.

JE – Algum comentário sobre a decisão do Governo de atribuição uniforme de uma verba de USD 5 milhões aos municípios do país?

LP – Apesar da boa intenção manifestada com esta medida, o Governo incorre numa falha que se traduz na violação do princípio da igualdade. Não se pode dar tratamento igual a situações desiguais. Por exemplo, município do Lobito não pode ter o mesmo tratamento que o da Ingombota. O primeiro tem outras condições, outras necessidades, que o segundo não tem. Assim, o Estado deveria fazer um levantamento das necessidades dos municípios e repartir as verbas de acordo com as necessidades de cada município. Num segundo momento, que me parece ser a questão fundamental, temos que passar rapidamente para um quadro autárquico. Estas disparidades não ilustram senão a falência do modelo de desconcentração administrativa e desapareceriam com a passagem rápida para um quadro autárquico.

JE – Quer ser mais explícito em relação ao facto de as autarquias serem sujeitas apenas à tutela administrativa, gozando, deste modo, de autonomia administrativa, financeira e patrimonial?

LP – Quando nós falamos de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nós estamos a sugerir que as autoridades autárquicas possam ter receitas próprias e possam decidir sobre o destino a dar a essas receitas. Podem ter património autónomo e podem decidir como rentabilizar esse património, e podem, também, decidir sobre outras questões administrativas, no quadro da autonomia administrativa. Mas, seguramente, a dita autonomia não significa independência, não significa que o Estado não vai exercer nenhum tipo de controlo administrativo, relativamente às autarquias locais.

JE – Qual seria o horizonte temporal ideal para a implantação do sistema autárquico?

LP – Creio que, em dois anos, o Estado poderia institucionalizar as autarquias locais, pelo menos naquelas localidades que oferecem condições.

JE – Quais serão os mecanismos de prestação de contas das autarquias locais ao Estado?

LP – Existem dois tipos de controlo: o do Tribunal de

Contas e o controlo político administrativo, exercido, por um lado, pelo Estado, e, por outro, pelos próprios órgãos autárquicos.

JE – Que vantagens vê no sistema autárquico?

LP – Pela sua natureza, as autarquias locais oferecerão vantagens do ponto de vista político, porque vão permitir que os órgãos autárquicos sejam eleitos. Quanto às vantagens económicas, elas se resumem na eficiência e eficácia que as autarquias imprimirão nos seus serviços. Quanto às vantagens administrativas, haverá maior aproximação entre os órgãos administrativos e os administrados, diminuir-se-á a burocracia e a lentidão nas decisões administrativas.

## 5.9 Partidos entregaram propostas

*Jornal de Angola 27 de Maio de 2009*

Os partidos MPLA, PRS, FNLA e PDP-ANA entregaram ontem, à Assembleia Nacional, os seus ante-projectos de Constituição para a elaboração da futura Lei Constitucional do país.

No último dia da entrega formal das propostas, o Palácio dos Congressos registou uma movimentação como se de uma sessão de debates se tratasse. O projecto da futura Constituição deve estar concluído no prazo, de 120 dias, a contar de 26 de Maio, a data limite para a apresentação das propostas pelos partidos e coligações com assento na Assembleia Nacional.

A Comissão Constitucional deve concluir os trabalhos de elaboração do projecto de texto constituinte nos 120 dias subsequentes ao termo do período para a entrega das propostas.

O secretário para a informação do MPLA, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", disse que a proposta de Constituição do MPLA defende o presidencialismo como sistema de governação. Relativamente à forma de eleição do Presidente da República, Kwata Kanawa disse que o documento defende a eleição pelo voto secreto. "Mantivemos aquilo que consta nos nossos estatutos, que foram apresentados durante as eleições legislativas.

Continuamos a defender a eleição pelo voto secreto. É isto que as pessoas vão confirmar depois de conhecerem o nosso documento", disse Kwata Kanawa.

O líder da bancada do PRS, Sapala António, disse que o seu partido propõe um projecto de Constituição que defenda um sistema federal para o país. Sapala António

afirma que o federalismo, atendendo a realidade angolana, é o que mais corresponde e garante autonomia e liberdade.

Outra linha de força apresentada por Sapalo António é a eleição de todos os titulares de órgãos de soberania. Em tese, o Presidente da República, os deputados, governadores provinciais e os presidentes das câmaras, em perspectiva com as autarquias, devem ser eleitos directamente pelo povo.

O líder da bancada parlamentar da FNLA, Ngola Kabangu, declarou à imprensa que a proposta do seu partido defende o sistema semi-presidencial, com o Primeiro-Ministro como chefe do Governo.

Ngola Kabangu explicou que o candidato ao cargo de Presidente da República, caso seja eleito, deve demitir-se do seu cargo de presidente do partido de maneira automática e oficial.

Sediangene Mbimbi, presidente do PDP-ANA, revelou que o seu partido defende um Estado federalista, para que o país tenha um desenvolvimento integrado e harmonioso de todas as regiões.

O líder do PDP-ANA defende a eleição do Presidente da República por sufrágio universal directo, e periódico e um regime semi-presidencialista.

## **5.10 Adiamento das presidenciais fere Constituição**

*Novo Jornal 29 de Maio de 2009*

SÓ UMA GUERRA ou calamidade pública de grande dimensão justificariam o adiamento das eleições presidenciais, segundo a Associação Justiça, paz e Democracia. Segundo esta associação, o adiamento das eleições presidenciais, que deviam decorrer este ano, representa uma fraude à actual Constituição em vigor na República de Angola.

"Tudo indica que os angolanos estão perante uma fraude iminente à Constituição provisória, na medida em que se pretende dilatar o processo de elaboração e aprovação da Constituição definitiva, para, de forma artificial justificar o adiamento da eleição presidencial", sustenta a AJPD no seu documento.

Para esta associação, que defende os direitos cívicos, "a alteração das regras estabelecidas pela Constituição provisória para o processo constituinte em curso só pode ser feita com um novo formato de legitimação prévia, que implicaria nova negociação em que os partidos políticos teriam a mesma força negocial, e com

debate público inclusivo da sociedade civil".

O adiamento das eleições presidenciais que deveriam ocorrer um ano após as legislativas, representa uma inconstitucionalidade por omissão, segundo ainda o comunicado da AJPD.

"A não marcação das eleições, nos termos do disposto na alínea k) do artigo 66.0 da Constituição provisória em vigor, constitui uma prática inconstitucional: uma inconstitucionalidade por omissão. Só com fundamento em razão de força maior, como, por exemplo, uma guerra civil, ou uma calamidade pública de grande dimensão pode justificar-se a não realização das eleições", argumenta ainda a associação cívica.

Até ao momento, passado pouco mais de meio ano, ainda não houve qualquer declaração oficial sobre o adiamento das eleições presidenciais.

Entretanto, já está em andamento o processo de registo eleitoral para os jovens que irão completar 18 anos até ao mês de Dezembro. Apesar do silêncio da Presidência da República, e do partido no poder, o MPLA, alguns indícios vão dando mostras de que as eleições presidenciais não irão decorrer este ano, mas provavelmente em 2010.

Algumas figuras ligadas ao partido no poder têm defendido que as presidenciais devem ser adiadas para o próximo ano, devido a avultadas somas de dinheiro que foram gastas nas legislativas de 2008. É de recordar que o Conselho da República havia recomendado ao Presidente da República que convocasse as eleições legislativas para o período entre Maio e Agosto de 2008 e as presidenciais para um ano mais tarde.

## **5.11 Sociedade Civil discute revisão da Constituição**

*Jornal de Angola 30 de Maio de 2009*

Uma conferência nacional sobre a reforma constitucional realiza-se hoje, em Luanda, numa promoção da Plataforma Nacional da Sociedade Civil Angolana para as Eleições.

A conferência insere-se num projecto da organização política que tem o objectivo de recolher contribuições para a produção de um documento a submeter à Comissão Constitucional, no âmbito da elaboração da nova Lei Constitucional do país.

Segundo a Angop, que cita uma nota de imprensa da Plataforma Nacional da Sociedade Civil Angolana para as Eleições, pretende-se com esta iniciativa promover um movimento participativo das forças vivas da

sociedade nos distintos processos políticos da nação.

Ciclos de debates participativos e interactivos decorrem, em todas as províncias, com o intuito de produzir um documento que venha a expressar uma visão abrangente da sociedade civil quanto à reforma constitucional, em preparação na Comissão Constitucional criada pela Assembleia Nacional, refere a nota.

A Plataforma Nacional da Sociedade Civil para as Eleições foi constituída em Novembro de 2005, com o propósito de promover a participação dos cidadãos nos processos de consolidação da democracia e da paz, de reconciliação nacional e de resolução de conflitos eleitorais.

## **5.12 Sobas aguardam respostas do Vaticano**

*Terra Angolana 16 a 30 de Maio de 2009*

Falando para o Terra Angolana, o seu Secretário Executivo, o Soba A. Mbazela fez saber que a História dos povos de Angola terá de ser contada de forma fria, sem ressentimentos do passado, mas com frontalidade para que o passado doloroso dos angolanos não seja escamoteado. "É bom não esquecer que nós vivemos quinhentos anos de colonização europeia facilitada pela Igreja católica. Este facto vivido, tem de ser conhecido. Por exemplo na carta que escrevemos para o Papa nós dissemos claramente que a Igreja deve devolver a caveira do Rei do Congo, D. António Mfumu que os portugueses mataram na batalha de Mbwyła em 1665. Naquela altura a cabeça do nosso Rei foi decapitada, enviada para Luanda como troféu, e enterrada na capela de Nazaré no dia da sua inauguração. Hoje, pensamos que cabe ao Chefe da Igreja Católica resolver este triste episódio que manchou a história da religião", afirmou o soba.

Para compreensão das preocupações da FNATÀ este jornal apresenta na íntegra o teor da carta entregue ao Papa com conhecimento da Nunciatura Apostólica em Luanda:

"À Sua Santidade Papa Bento XVI  
Cidade do Vaticano ROMA  
Sua Santidade,

É com a devida vénia que em nome de todos os Soberanos e Príncipes Angolanos e as demais Autoridades Tradicionais Angolanas damos as nossas boas vindas à Sua Santidade e aproveitamos esta ocasião para exprimir-lhe a nossa sincera congratulação pela sua primeira visita pastoral que realiza ao nosso País que viveu uma prolongada guerra civil. Fazemos votos para que, como um bom pastor que cuida das

suas ovelhas, Sua Santidade possa derramar a sua bênção aos cristãos católicos e não católicos desta nossa imensa Pátria Angolana. Nós acreditamos que a sua afável presença vai concorrer para o reavivamento espiritual de todos os cristãos católicos de Angola.

Porém, expressão essa nossa alegria de contrasta com o nosso sentimento de repulsa contra os danos morais e humanos causados pela então Igreja Católica Apostólica Romana durante o período colonial, em que ela servira como esposa predilecta do maldito colonialismo português no nosso país. Sem mencionar os crimes de Inquisição, apenas queremos recordar à Sua Santidade os crimes que os párocos católicos cometeram durante o tempo que eles serviram as Cruzadas do Ocidente, em que eles desempenharam as funções de Padres Capelões no seio do exército colonial português desde 1482 até 1975. Nessa qualidade, eles rezavam para que os soldados portugueses pudessem matar mais negros sob o crime de terem sido gentios e infiéis na sua própria terra, e como se isto não bastasse os pobres negros, que eram aprisionados nas várias frentes de combate, eram tidos como escravos e vendidos nos outros países; ainda como mentores morais os párocos católicos colaboravam na política colonial portuguesa, que não permitia que os alunos negros, que estudavam nas escolas do Estado Colonial Português e nas escolas da Igreja Católica, pudessem falar e estudar nas suas Línguas Maternas Angolanas.

Também negavam que os negros, que fossem baptizados, pudessem usar os seus nomes, usos e costumes africanos.

Claro, essa demonstração de negação dos nossos valores socio-culturais genuinamente africanos davam-nos a nítida impressão de que o Santo Deus dos céus é um Ente Espiritual Branco que só aceita no seu reino celestial súbditos com nomes, usos e costumes europeus. Sua Santidade não sabe quanto custou ao martirizado Povo de Angola esta nefasta política, que concorreu para a desaculturação da maior parte dos cidadãos angolanos dos centros urbanos, que incluem ali governantes que não sabem falar as nossas Línguas Maternas.

No capítulo militar, muito sinceramente nós não gostaríamos de fazer referências sobre as numerosas vítimas da secular guerra da ocupação colonial portuguesa em Angola. Mas dada a importância do crime cometido, importa recordar a morte do Soberano Congolês o Nfumu Mulesa (Rei D. António Mulesa) na triste Batalha de Ndembu-aMbwyła em 1665. Lamentavelmente, depois de ter sido morto em combate pelo crioulo capitão Luís Lopes de Serqueira, este decapitara a cabeça do Soberano

Congolês e enviara a Luanda, onde foi enterrada na Igreja de Nossa Sr. da Nazaré localizada junto a marginal Para o cúmulo da idolatria do Clero Católico em Angola, uma cabeça humana foi enterrada a quando da celebração da cerimonia da inauguração da Igreja, acima referida no mesmo ano.

Pelo que, na qualidade de mais alto Dirigente Espiritual da Igreja Católica no Mundo, nós pedimos à Sua Santidade o obséquio de ordenar à Igreja Católica de Angola para iniciar negociações com o FNATA, a fim de tratar da exumação e transladação da Caveira do Soberano Congolês da Igreja Católica da Nazaré em Luanda para o Cemitério Real em Mbanza-Congo. Quanto à questão cultural, nós gostaríamos de afirmar à Sua Santidade que, a reparação dos danos culturais causados ao nosso povo não devem ser apagados com uma simples desculpa formal que o malogrado Papa João Paulo VI pediu em nome da Igreja Católica. Para nós pensamos que o Governo do Vaticano deve financiar o nosso Projecto Centro de Estudos das Populações Bantu de Angola, através do qual pensamos recomeçar a valorização dos nossos valores socio-culturais que nos foram negados no passado. Para o efeito, junto enviamos em anexo o referido Projecto, esperando merecer a devida consideração da parte de Sua Santidade. Certos de que S.Santidade vai anuir favoravelmente ao nosso pedido, antecipadamente apresentámos os nossos sinceros agradecimentos pela atenção que vamos merecer -da Sua parte.

## 6 URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO

### 6.1 As demolições na Kinanga e na Ilha

*Novo Jornal 1 de Maio de 2009*

1. E sempre com bastante dor que assistimos às demolições de casas de pacatos cidadãos, muitos dos quais enganados pelas administrações que, hoje, lhes viram as costas.
2. Embora, como é óbvio, não seja apologista de uma urbanização desorganizada, sem estradas nem saneamento básico, sem luz nem água, por outro lado, também não concordo com o modo desumano (este, mais grave) como têm sido feitas as demolições e as deslocações dos nossos concidadãos de uma zona para a outra, sem se garantir o mínimo de condições indispensáveis que a natureza humana exige, longe do modo animalesco que tem sido praticado. Em pleno século XXI, não se pode permitir que se atire ao relento, à sua sorte, quem tinha casa própria, ainda que precária.
3. Para se evitarem estes males no futuro, é necessário dizer, claramente, para quem é a cidade! É para os ricos? Para uma certa elite? Para os detentores do poder? É urgentíssimo que se criem zonas de urbanização harmoniosas onde o cidadão comum que necessite de uma casa, possa livremente erguê-la, sem constrangimentos de ordem alguma nem recurso a esquemas. É preciso desburocratizar o acesso à licença de construção, que, na verdade, deveria ser uma autorização, visto a habitação ser um direito e não um favor.
4. Estas demolições abusivas e deslocações compulsivas violam os mais elementares direitos da pessoa humana. Não precisamos de humilhar para alcançarmos os nossos objectivos. A ilha do futuro deve ser construída sob base harmoniosa, para que não venha a ser lugar de ódio para os que de lá foram "desterrados".
5. Estes "desterros" provocam, obviamente, revolta,

sobretudo quando as promessas anunciadas não se reflectem na realidade diária. Quem não vive a realidade não imagina o que significa viver ao relento ou numa tenda que serve de cozinha, despensa, dormitório, quarto-de-banho, esconderijo de mosquitos, ratos e outros animais. Por isso, mal avisado ou cinicamente não reconhece o mal feito nem se esforça em corrigi-lo.

6. Como país que já viveu muitos tempos de dor e de sofrimento provocados pela guerra, precisamos de prestar atenção para não cometermos os mesmos erros exclusivistas do passado que, depois, levaram os humilhados à revolta.

7. Também não faz sentido que haja reservas do Estado em todo o lado, arrogantemente apropriadas daqueles que dela tiravam o seu sustento há muitos anos. Tais reservas podem não passar de espaços para empreendimentos única e simplesmente privados, condomínios inalcançáveis pelos seus preços e pelo acesso aos mesmos. Em alguns casos, é preciso trabalhar até muitos anos depois de morrer, se possível fosse, para se ter o mínimo de habitação condigna.

8. Para concluir, creio que seria bom:

- Expropriar, por utilidade pública, e garantir uma justa indemnização;
- Dialogar honestamente com os destinatários de determinada política habitacional e garantir-lhes os meios indispensáveis para o seu realojamento;
- Esmerar-se por um recenseamento credível, antes da expropriação, para se evitarem os oportunistas;
- Responsabilizar administrativa e judicialmente aqueles que, nas administrações municipais ou comunais, assinaram licenças ou outros documentos que autorizaram as vendas dos terrenos e as consequentes construções;
- Criar parcerias com a sociedade civil e igrejas para se educar o povo a conhecer e a respeitar as leis. As escolas públicas e privadas, os centros de alfabetização devem trabalhar neste sentido.
- Desburocratizar e facilitar o acesso à habitação, e indicar espaços disponíveis onde se possa construir.
- Evitar, a todo o custo, a violência e a arrogância na governação.

## **6.2 Catintom a terra esquecida**

*Angolense 02 a 09 de Maio 2009*

O Catintom é o bairro mais novo do município da Maianga, com menos de dez anos de existência, faz fronteira com o bairro do Cassequel, da terra vermelha, da lixeira e o da Gamek. Logo na entrada do bairro, nos

deparamos com um troço de via de terra batida, que partia da estrada até ao portão da Força Aérea. Daí, para chegar ao centro do bairro só encontramos dificuldades.

Segundo os moradores, o bairro carece de muitas necessidades no que diz respeito ao abastecimento de água potável e energia eléctrica, bens essenciais. É um verdadeiro salve-se quem poder.

Para ter água potável é preciso pagar os proprietários de camiões cisternas que colocam água nos tanques erigidos no quintal. Para os que não o têm, são obrigados a comprar uma bacia de água a setenta ou noventa Kwanzas, por cada recipiente de água. "Estamos Cansados com essa situação, não existe nenhuma cabine de energia da EDEL que é a responsável pela energia de toda cidade Luanda, só temos postos da ENE, que cobra mensalmente e que também não está capacitada para fornecer a energia no bairro. Por vezes, ficamos semanas e semanas sem ter energia", lamentou uma das moradoras. A situação faz com que os habitantes do bairro tenham que comprar os produtos perecíveis diariamente, provocando sérios transtornos aos residentes no bairro.

Como alternativa com a falta de energia os moradores que têm alguma posse decidiram comprar geradores, enfrentando a poluição sonora e o fumo. De acordo com outra moradora, as crianças não conseguem dormir por causa do barulho e dos mosquitos.

Segundo um grupo de senhoras que encontramos na entrada do bairro e que se ofereceram para acompanhar-nos na nossa ronda. Outro problema que enfrentar no bairro é a falta de escola. Em todo bairro não existe sequer uma instituição de ensino.

"Esse é um bairro que não tem nenhuma escola do Estado, apenas existem uma em construção na rua, direita que dá acesso ao bairro do Cassequel. As escolas que existem aqui no bairro são privadas e só leccionam, primária, não existem nenhuma escola de ensino médio aqui no bairro", explicou uma das senhoras que lamentou o facto de a sua filha estar a frequentar um instituto médio longe do bairro só volta a casa quando as ruas já estão escuras.

No Catintom há também urna creche que foi inaugurada no ano passado pela Governadora de Luanda, mas, segundo os trabalhadores, só atendem crianças a partir dos três anos. "Tenho um bebé de um ano e uma de três, trabalho, não tenho com quem deixar a criança



de um ano, se pudesse deixá-la na creche a minha vida seria mais fácil", lamentou a nossa interlocutora.

Enquanto caminhávamos, avistamos apenas três escolas primárias, sem nenhuma condições. Dona Mize, moradora do bairro há oito anos, disse que durante estes anos sempre teve a esperança de que tudo iria mudar, mas com o tempo só tem piorado. "Tudo bem que é um bairro novo, mas aqui ao menos uma escola do Estado devia ter, as nossas crianças têm de ir tão distante para estudar, correndo risco de serem atropelados e a falta de energia já incentiva a criminalidade", lamentou

Ainda no local, nas proximidades da comissão dos moradores, deparamo-nos com um amontoado de lixo, que deitava um cheiro nauseabundo. Segundo apurámos, há uma empresa responsável pela recolha do lixo mas a mesma não faz limpeza naquela área.

Outra moradora, Maria Vicente, que vive no Catintom há seis anos, disse que com o aparecimento do mercado veio contribuir para a poluição e prejudicar a saúde, uma vez que eles acabam de vender, amontoam o lixo e o cheiro todo que sai é um atentado à saúde de todos.

"Aqui no bairro não tem nenhum posto médico, há a clínica que é a única do bairro, mas não está capacitada para receber mais de trinta pacientes por dia. Nós aqui estamos mesmo mal, sem água, luz, escolas, esquadra policial, postos médicos, creches para nossas crianças, igrejas e campo de lazer para jovens.

Por isso é que muitos deles, a partir das 17 horas,

C concentram-se para começar a assaltar as pessoas que por ali passam. Posso dizer que os moradores deste bairro foram totalmente esquecidos e pelo Governo e pela própria administração do bairro", lamentou Augusto Vicente, moradora, disse que no bairro falta tudo. "Esse é um bairro que não tem nada, a única coisa que temos é apenas o mercado que é famoso e faz com que as pessoas se apercebam que, ao lado do mercado existe um bairro com o mesmo nome.

Existem algumas ruas que estão bem perfiladas, mas o grande problema é os buracos que elas apresentam e o lixo que está espalhado por todo o lado. Eu e alguns moradores já fomos à administração, mostrar a nossa preocupação, mas só no mês passado é que notamos que estão a erguer a comissão do bairro, lamentou.

### **6.3 Samakuva recebido em apoteose pelos desalojados**

*Angolense De 02 a 09 Maio 2009*

A visita transformou-se em manifestação de apoio a Samakuva e seu partido UNITA e de repúdio pela situação em que se encontram os cidadãos transferidos para aquela zona.

A reportagem constatou, neste campo sem vida do Zango, pessoas sem perspectiva, furiosas e desesperadas por terem perdido tudo instantaneamente, desde as suas casas, sentadas ou de pé junto ao resto dos haveres que conseguiram salvar do martelo demolidor.

A visita de Samakuva serviu de álibi para o rebentar do furúnculo para repudiar este acto que os moradores consideram de desumano.

Samakuva, que percorreu minuciosamente todo o recinto, mostrou-se chocado pelo que viu, situação que o líder político qualificou de uma violação flagrante dos Direitos Humanos.

Ansiosos de ouvirem as declarações de Samakuva, na esperança de que o líder dos "maninhos" servisse de "Moisés da Bíblia" para a sua salvação, os sinistrados seguiram-no em todos os cantos ao centro.

Samakuva não fez pronunciamento público e não prometeu nada aos sinistrados, tendo falado apenas durante uma conferência de imprensa que deu no dia seguinte, na Presidência da UNITA, na Maianga.

O presidente da UNITA fez-se acompanhar de alguns deputados da bancada parlamentar da UNITA, entre os quais Alda Juliana Sachiambo, Abílio Kamalata Numa, Demóstenes Amos Chilingutla, Raul Danda, do general Isaiás Chitombi e Sabino Sakutala, secretário para a reinserção social e inspector do partido, respectivamente.

"Vim solidarizar-me a vocês, não gostei do que vos fizeram; pois o angolano merece um tratamento digno e humano" – explicava Samakuva aos visitados que escutavam atentamente.

O Governo provincial de Luanda distribuiu algumas tendas, mas os sinistrados dizem que a quantidade é insignificante a ponto de que muitas pessoas vivem e dormem ao relento.

"A pretexto da protecção contra as calemas, centenas de famílias foram desumanamente trasladadas das suas habitações, para serem colocadas ao relento, em campo aberto, sem quaisquer equipamentos sociais, algures no Zangu, município de Viana" lamentou.

## **6.4 Projectos imobiliários em risco**

*Novo Jornal 8 de Maio de 2009*

O BANCO NACIONAL de Angola está a ponderar autorizar a utilização de parte das reservas líquidas depositadas pelos bancos comerciais na compra de bilhetes de tesouro. Mas, esta medida, contida num e-mail enviado esta semana aos bancos comerciais, seria logo a seguir congelada para uma maior maturação das suas consequências. A decisão, segundo alguns analistas, corresponderia a uma primeira reacção a um pacote de recomendações enviado pela Associação Angolana dos Bancos (Abanc) ao governador do BNA e ao ministro das Finanças.

O documento, a que o Novo Jornal teve acesso, assinala a eminência da redução da liquidez imposta aos bancos comerciais, poder vir a provocar o colapso da economia não petrolífera e ter um impacto negativo na política de emprego de consequências imprevisíveis a médio prazo. "Com o fim da concessão de créditos, muitos projectos na área imobiliária correm o risco de não serem concluídos" advertiu um especialista, para quem as autoridades angolanas têm de ser mais agressivas no agenciamento de financiamento no exterior para sustentar, neste período de crise, a balança de pagamentos.

Na esteira das suas preocupações, a Abanc alerta para o risco de se precipitar "o fim prematuro de muitas iniciativas e projectos com impacto no crescimento e sustentação económica nacional". Os bancos comerciais defendem ainda o aumento do montante mínimo para pagamentos sem recurso a cartas de crédito e o controlo à posteriori de transacções de invisíveis correntes.

"É preciso também clarificar as regras de concessão de crédito em moeda estrangeira e proceder a alteração gradual do regime cambial do sector petrolífero" - defendeu um alto funcionário do Banco de Poupança e Crédito. As operações cambiais para aquisição de património no exterior e a realização de investimentos no exterior para residentes cambiais deverão, segundo defendeu um gestor do Banco Sol, ser objecto de urgente regulamentação. "A inclusão do desconto do numerário em moeda estrangeira no cálculo das reservas sugerida pelos bancos poderá vir a ser ponderada" - disse fonte do BNA.

Com as medidas até agora tomadas, em diversos círculos bancários continua a pairar no ar o fantasma do regresso à era administrativa que, no passado, sob a batuta do ministro Emanuel Carneiro, comandou a

gestão macro-económica do país. "Poderemos deitar por terra conquistas que levaram anos a credibilizar o nosso sistema financeiro, pondo novamente na rua as kinguilas a controlar o negócio da compra e venda de divisas" - advertiu um economista do Ministério do Planeamento.

Para a mesma fonte, a "ausência de regras de re-desconto da mais recente emissão do Tesouro ao influenciar o limite de exposição cambial, poderá também limitar o investimento". Os banqueiros insurgem-se ainda contra a limitação da sua função de intermediação financeira que, em lugar de atenuar os efeitos da crise, poderá vir a contribuir involuntariamente para o seu aprofundamento.

A Abanc, no seu documento, sustenta ainda que se não forem adoptadas políticas complementares no domínio da eficiência fiscal e revistas algumas práticas ao investimento privado, as medidas do Governo não surtirão efeito algum, podendo mesmo "o recurso isolado e permanente a políticas monetárias de contracção, vir a colocar em causa a sanidade e estabilidade do sistema financeiro nacional emergente".

## **6.5 Mais de sete mil casas em construção no Zaire**

*Jornal de Angola 8 de Maio de 2009*

A província do Zaire vai construir 7.900 casas, no âmbito do programa do Governo Central, que prevê a construção até 2012 de um milhão de fogos habitacionais em todo o país.

Em declarações ao Jornal de Angola, o director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente no Zaire, Cláudio Francisco Fortunato, explicou que, até ao final do presente ano, são construídas na província 985 moradias, das quais 585 são de baixa e média rendas e 400 outras de alta renda.

Cláudio Francisco Fortunato explicou que o Governo se encarregou da execução de 50 por cento do projecto, que deve também contar com a parceria do sector imobiliário privado.

"Os fogos habitacionais construídos pelos agentes imobiliários do sector privado são vendidos dentro dos parâmetros estipulados pelo Estado. O programa vai contar com a colaboração das cooperativas, para incentivar a auto-construção dirigida", disse.

O arquitecto Cláudio Fortunato disse ainda que o cidadão que tiver recursos financeiros e pretender construir uma casa a seu gosto deve contactar os órgãos

competentes para lhe ser atribuído um lote de terreno, de acordo com os parâmetros estabelecidos para a auto-construção dirigida.

O director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente no Zaire acentuou que o governo traçou este programa no intuito de resolver o problema da habitação.

Cláudio Fortunato disse que, devido ao crescimento populacional, o governo leva a cabo uma acção de requalificação das cidades.

Resgate da zona verde Questionado sobre as medidas de contenção ao surgimento desordenado de bairros, Cláudio Fortunato disse que o fenómeno "bairros desordenados" pode ser controlado, através da criação e desenvolvimento de planos urbanísticos pelos governos provinciais e administrações municipais, elaborados de acordo com a tendência de crescimento demográfico de cada região.

O alto funcionário do Governo do Zaire disse, ainda, que a sua direcção, recém-criada na região, tem como prioridade, para este ano, a execução de um projecto urbanístico virado para o resgate da malha verde dos municípios da província do Zaire.

Explicou que o programa visa resgatar o verde dos parques e jardins que se encontram em estado de degradação e influenciar a população no sentido de velar pela conservação das paisagens à sua volta.

"Nós queremos começar com um projecto urbanístico virado essencialmente para os jardins, parques e toda a malha verde dos municípios porque é com o verde que começamos a perceber o quanto a nossa cidade é bonita", frisou Cláudio Furtado.

## **6.6 Bunker para os milionários**

*Folha 8 9 de Maio de 2009*

Empreendimentos de luxo nascem ao lado dos musseques. Indiferente à pressão dos musseques que cercam a cidade, nasce mais um prédio de luxo no centro de Luanda. Com 24 andares e 150 metros de altura, o edifício Espírito Santo custou ao grupo português, liderado por Ricardo Salgado, 115 milhões de euros.

Tem uma zona comercial, com lojas e esplanadas, e escritórios, entre o quarto e o décimo sexto andares. No topo, com vista privilegiada sobre a baía de Luanda, foram construídos quatro apartamentos. Para já, sabe-

se que Ricardo Salgado deverá ficar com uma dessas casas cujos valores oscilam entre os 625 mil e um milhão de euros. O preço dos escritórios é ainda mais elevado: três vezes o preço do andar mais caro. Estão todos vendidos.

Apenas dois tipos de pessoas têm acesso a estes empreendimentos que proliferam pela capital angolana: os ricos, altos cargos de empresas estrangeiras, e os muito ricos, nomenclatura do MPLA e gerais que subiram na vida à custa da guerra civil. A sua identidade não é segredo para ninguém. Em Fevereiro de 2003, o jornal *O Angolense* publicou os nomes dos angolanos com fortunas superiores a 32 milhões de euros, num artigo intitulado os nossos milionários.

A ousadia de escrever a verdade valeu aos dois editores do jornal perseguições a ameaças, segundo o que contaram ao Human Rights Watch, e o jornalista Graça Campos acabou oito meses fechado numa prisão.

Também no centro da cidade, no famoso bairro de Miramar onde o Presidente José Eduardo dos Santos tem uma das suas residências não oficiais, ergue-se mais uma torre imponente. Em breve, será ocupada pela Wayfield, holding empresas de fabrico e comércio de produtos alimentares, como a Refriango. Para os últimos andares foram projectados dois duplexes de 1100m<sup>2</sup> com casa de banho revestidas de pedras semi-preciosas. Um deles já tem dono: o líder do grupo, o português Luís Vicente. Ali bem perto, em Alvalade, o bairro mais caro da cidade, onde o preço do aluguer de uma moradia não é menos do que dez mil euros por mês, vive Fernando Teles, presidente do BIC (Banco Internacional de Crédito) numa moradia com todas as comodidades, incluindo piscina.

A maioria dos empresários portugueses com negócios em Angola, como Américo Amorim, prefere, no entanto, hospedar-se em hotéis ou em casas de amigos. Luanda é demasiado perigosa e assusta muitos destes empresários, que evitam comprar uma casa e preferem a comodidade e segurança de se instalarem um hotel, contou ao DN um angolano que pediu para não ser identificado.

Se comprar casa só está ao alcance de alguns, alugar também não é para todos. A invasão de estrangeiros endinheirados numa cidade sobrelotada (Luanda foi projectada para receber 500 mil habitantes, hoje tem cinco milhões) fez com que os preços dos arrendamentos disparassem nos últimos cinco anos. Um português expatriado em Angola contou ao DN que o grosso dos engenheiros, advogados e arquitectos estrangeiros estão instalados no centro da cidade, na

zona de Kinaxixi onde pagam em média dois mil euros por mês por um T2 num prédio com mais de 30 anos, sem elevador e com constantes infiltrações, entupimentos e falhas de energia.

Já os altos quadros de empresas estrangeiras e os angolanos milionários vivem barricadas em condomínios de luxo em Luanda Sul a 17 km do centro da cidade, resguardados dos musseques que os cercam.

Seguranças armados à porta 24 horas por dia, piscina nas traseiras e heliporto no quintal isolam os muito ricos do resto da paisagem decadente. Deslocam-se em seus jipes e Porsches de vidros fumados indiferentes a que 80% da população da cidade não tenha energia eléctrica (segundo um estudo da UNICEF) e que 11 milhões de pessoas vivam abaixo da linha da pobreza. Uma visita ao Google Earth é esclarecedora das assimetrias abissais.

Condomínios em forma de trevo com as suas piscinas de um azul profundo destacam-se entre a imensidão do musseque que do céu parece um amontoado de lata velha.

O fosso entre os muitos ricos e os muito pobres escava-se diariamente. Em breve, outro condomínio irá nascer em Luanda Sul. Da responsabilidade do maior consórcio diamantífero de Angola, o Catoca/Endiama, as casas estão a ser comercializadas em segredo, apenas através de contactos pessoais.

Ao mesmo passo a que a cólera invade os musseques e as barracas invadem a cidade, constrói-se mais um bunker para os milionários.

O luxo na baía. Na baía de Luanda os novos prédios que se erguem com vista sobre o mar são luxuosas sedes de grandes empresas como a BP e a Exxon Mobil. A requalificação da marginal é uma iniciativa do consórcio Luanda Waterfront Corporation, do empresário português José Récio, muito próximo de José Eduardo dos Santos.

O projecto, aprovado pelo Governo em 2005, inclui a construção de parques de estacionamento, de uma nova ponte de acesso à ilha de Luanda, a criação de espaços verdes, a par da construção de hotéis e prédios de escritórios. Inicialmente, foi também aprovada a construção de uma ilha artificial, inspirada na famosa Palm do Dubai. Mas os veementes protestos de ambientalistas deram os seus frutos e, por agora, o projecto parece ter sido abandonado.

## **6.7 Embaixador da Namíbia e construtora em pé de “guerra” no Lubango**

*Agora 9 de Maio de 2009*

O embaixador da Namíbia em Angola, Lineekela Mboti, manifestou recentemente o seu desapontamento em relação à empresa FAL do empresário Francisco Lubamba, devido a um alegado incumprimento das obras que lhes foram adjudicadas.

De acordo com o diplomata, a FAL deveria executar um projecto integrado no prazo de oito meses, nomeadamente uma escola primária com 4 salas de aulas, vedação do cemitério onde repousam os restos mortais dos antigos combatentes da SWAPO, construção do sistema de água e instalação de energia eléctrica.

Segundo apurou o AGORA, a empreitada está orçada em cerca de 1 milhão e cinquenta mil dólares.

Lineekela Mboti lamentou a atitude da empresa que até aqui não concluiu o sistema de fornecimento de água, uma situação que de resto tem criado enormes dificuldades às crianças que não podem utilizar as casas de banho.

O diplomata disse ainda que a distribuição do material escolar e o apetrechamento da Instituição, que é da sua responsabilidade, está simplesmente condicionada à conclusão das obras.

Perante tal situação, o representante namibiano no país disse que nunca mais confiará qualquer projecto a empresa FAL. Reagindo às declarações do embaixador, através da Rádio 2000, Abílio Lubamba considerou-as falsas.

O patrão da FAL referiu que, aquando da assinatura do contrato, o embaixador negou à sua empresa incluir os projectos de produção e distribuição dos sistemas de energia e águas, alegando que deviam ser duas empresas: uma a executar o projecto de águas e energia e outra a abrir a via que sai da estrada nacional 280 para o local.

Abílio Lubamba fez saber ainda que do 1 milhão e 50 mil dólares que constam do contrato, a embaixada da Namíbia pagou apenas 459 mil dólares, tendo acrescentado que a sua empresa arrancou o projecto com fundos próprios.

De realçar que os projectos financiados pela embaixada da Namíbia na província da Huíla constituem um gesto de agradecimento e reconhecimento do Governo namibiano, ao apoio prestados por Angola durante o conflito que opôs a Swapo seu país à África do Sul, na

vigência do apartheid, onde Angola serviu de exílio aos namibianos, e que no combate aos sul-africanos aos namibianos muitos angolanos foram vítimas de bombardeamentos da sua aviação.

## **6.8 Conferência em Menongue recomenda planos diferentes**

*Jornal de Angola 11 De Maio de 2009*

Os participantes na Conferência Provincial sobre Habitação do Kuando-Kubango, que decorreu em Menongue, concluíram haver necessidade do governo local promover a elaboração de planos directores em todos os municípios da região.

Apenas o município de Menongue tem plano director, facto louvado pelos conferencistas, já que o instrumento de gestão se enquadra na perspectiva de desenvolvimento do país nos próximos 15 anos.

Os conferencistas, entre directores de diversas instituições, magistrados, vice-governadores, representantes de igrejas, autoridades tradicionais, referiram-se, no comunicado final, à importância da dinamização e angariação de investimentos privados que contribuam para uma imagem diferente da cidade capital do Kuando-Kubango.

A necessidade urgente de execução do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação e do Programa da Indústria de Materiais de Construção foram, igualmente, temas de muitas intervenções.

Foi recomendada a desburocratização dos processos de concessão de terrenos para fins de habitação social e o estudo dos mecanismos para o fomento e distribuição de habitações, melhoria das condições de habitabilidade dos bairros periféricos, onde as infra-estruturas técnicas e sociais não devem ser descuradas.

## **6.9 Governador anuncia construção de 18 mil habitações na província**

*Jornal de Angola 12 de Maio de 2009*

O governador da província do Kuando-Kubango, Eusébio de Brito Teixeira, anunciou a construção de 18 mil fogos habitacionais em Menongue, no quadro do programa do Governo de construção de um milhão de fogos habitacionais até ao ano de 2012.

Eusébio de Brito Teixeira falava durante a Conferência Provincial sobre Habitação, que decorreu em Menongue sob o lema "Habitação um desafio para

todos". O governador do Kuando- Kubango defendeu que os governos provinciais devem registar as áreas definidas como reservas fundiárias para fins habitacionais nas Conservatórias.

O governador defendeu que as políticas do Ambiente tendentes a valorizar a conservação do património natural e paisagístico devem ser reforçadas e que tem de ser obrigatória a realização de estudos de impacto e licenciamento ambientais. Eusébio de Brito Teixeira afirmou que os vários planos existentes no país devem ser harmonizados a par de uma atitude sistemática assente na avaliação da sua aplicação prática e dos centros de investimentos.

Por isso, disse, as administrações locais devem simplificar o processo de aquisição de terrenos para urbanização e construção de casas, devidamente estruturadas, e os bairros de origem ilegal têm que estar dotados de infra-estruturas técnicas e de serviços.

Eusébio de Brito Teixeira acrescentou que devem ser criadas regras para compatibilizar o desenvolvimento económico com a utilização racional dos recursos naturais, de forma a responder às necessidades e aspirações individuais e colectivas no uso dos solos.

O governador do Kuando-Kubango defendeu, ainda, que o Estado deve assumir o seu papel orientador, dinamizador e regulador na solução do problema habitacional no país, para dar prioridade às soluções de habitação dos grupos mais vulneráveis, criando as infra-estruturas básicas, de saneamento, abastecimento de água, energia eléctrica, vias de acesso e de investimentos na saúde e na educação.

Eusébio Teixeira disse, ainda, que a Conferência Provincial sobre a Habitação "é sinónimo da materialização de um dos grandes objectivos para a construção de um milhão de fogos habitacionais, sendo por isso, este o exemplo do empenho do Governo, no que diz respeito à sua aposta de reconfigurar o quadro urbanístico e habitacional do país".

O governador do Kuando-Kubango frisou que o "Governo e parceiros sociais estudaram as melhores vias para resolver o problema habitacional na província, dentro da estratégia nacional". E acrescentou que é uma tarefa difícil que "vai exigir entrega e espírito de missão. Para o seu êxito todos juntos seremos poucos".

## **6.10 Município do Lubango constrói balneários públicos II**

*Jornal de Angola 13 de Maio de 2009*

O administrador municipal do Lubango, Virgílio Tyova, anunciou a construção, ainda este ano, de três balneários públicos na capital da província da Huíla.

Virgílio Tyova disse que a obra consta do Programa de Intervenção Municipal (PIM). O administrador do Lubango, falava numa palestra sobre a "Caracterização Política, Socio-económica e Cultural do Município do Lubango no Contexto de um Estado Moderno", promovida pelo Comité Municipal da JMPLA no Lubango.

Virgílio Tyova disse que o projecto visa evitar que os cidadãos façam as suas necessidades ao ar livre e tomar a cidade mais agradável, onde as pessoas não transgridam as normas administrativas.

Os sanitários são construídos junto ao jardim da Sé Catedral, no parque do Bairro Lucrécia e na Praça 1º de Maio, onde se prevê reabilitar um balneário já existente. "Com a realização do Campeonato Africano das Nações em futebol, no início do próximo ano, vamos construir mais quatro balneários, principalmente nas zonas de maior concentração de pessoas, como estações de caminhos-de-ferro, bancos e escolas", disse.

Virgílio Tyova solicitou aos jovens uma maior participação nas acções que a administração municipal leva a cabo, no sentido de melhorar as condições de higiene na cidade e nos bairros.

A palestra foi dirigida aos militantes da JMPLA, associações juvenis e estudantes, por ocasião das comemorações do 31 de Maio, dia da Cidade do Lubango.

## **6.11 Brigada do Ambriz desminou as áreas reservadas à construção da nova cidade**

*Jornal de Angola 14 de Maio de 2009*

A brigada do Instituto Nacional de Desminagem da província do Bengo, localizada no município do Ambriz, procedeu, até ontem, à desminagem de 120 mil metros quadrados.

O chefe de departamento provincial do Instituto Nacional de Desminagem do Bengo, Oliveira dos Santos, disse que a actividade, iniciada a 20 de Janeiro último, previa desminar, durante oito meses, 1,2 milhões de metros quadrados. O espaço a ser desminado vai ser utilizado para a construção da nova cidade do Ambriz, no âmbito do processo de

reconstrução nacional.

Oliveira dos Santos revelou que a perspectiva inicial era concluir a tarefa em oito meses, mas a chuva comprometeu os prazos previstos.

Quanto ao equipamento, o responsável da desminagem referiu que duas máquinas estão a funcionar na localidade.

Os operadores são angolanos que recebem formação.

Para prevenir as populações de possíveis acidentes, a actividade de desminagem é sempre antecedida de campanhas de sensibilização dos munícipes contra o risco de minas. "A população está sensibilizada para não circular nas áreas sinalizadas, para que não surja qualquer incidente", disse Oliveira dos Santos.

O Instituto, além das actividades que realiza no Ambriz, tem também trabalhado na remoção de engenhos explosivos na comuna da comuna das Mabubas.

Oliveira dos Santos disse igualmente que a sua brigada desenvolve acções de desminagem na linha de implantação do cabo de fibra óptica no troço Caxito, ponte sobre o rio Dande.

Bengo é das mais afectadas

A província do Bengo é das mais afectadas com minas terrestres e outros engenhos explosivos. A revelação é do chefe de departamento provincial do Instituto Nacional de Desminagem do Bengo, Oliveira dos Santos.

O responsável da desminagem justificou o facto com a protecção que se deu, em tempo de guerra, aos empreendimentos estratégicos, principalmente os existentes na zona das Mabubas. Na altura foram implantadas dezenas de minas. As autoridades provinciais dirigiram agora o processo nestas localidades. A brigada do Instituto Nacional de Desminagem no Bengo é constituída por 51 técnicos, incluindo sapadores.

O administrador municipal do Ambriz, António Luís, congratulou-se com o processo de desminagem, porque vai permitir a construção da futura cidade do Ambriz. O município tem uma área reservada de 100 hectares, para erguer a nova Ambriz modernizada.

Além deste espaço, a administração está a preparar outros 170 hectares, que se destinam à autoconstrução dirigida e para a construção de casas de alta e média renda.

António Luís revelou que na nova urbanização vão ser construídas 1.600 casas para a construção dirigida e autoconstrução. O administrador disse que com o programa de intervenção municipal foi possível construir e reabilitar várias escolas e casas para professores.

Na área da saúde, disse o administrador, foram construídos e reabilitados postos médicos. Existem várias cartas de intenções para investimento nas áreas da agricultura, turismo e indústria.

## **6.12 Ginga Cristina**

*O País 15 de Maio de 2009*

A segunda etapa do Residencial Ginga Cristina é um sucesso de vendas. O empreendimento de 448 unidades diferencia-se por situar-se em um condomínio fechado, com perímetro vedado, segurança e controlo de acesso. Além disso, dispõe de instalações de lazer de melhor nível, como campos polidesportivos, salões de festa, ginásio e parque infantil. À porta do condomínio, serão instaladas uma escola infantil e um centro médico privado. A poucos metros já se encontra em construção o Ginga Shopping.

### **Localização**

O Residencial Ginga Cristina localiza-se no município de Viana. Tal município funciona como um pólo de influência para diversas outras regiões de Luanda Sul e da Província de Luanda.

A região de Viana é atravessada pela Estrada do Catete e grande parte do tráfego com destino ao PIV utiliza o eixo rodoviário para efectuar as suas deslocações. Este crescente fluxo de mercadorias e pessoas determinou a construção da Estrada de Luanda Sul (Estrada Camama Viana), que liga o Talatona à Viana.

O Ginga Cristina, localizado nesta nova estrada, coloca-se em posição privilegiada em relação aos pontos de interesse de Viana e às principais rotas da região, com fáceis e múltiplos acessos aos aglomerados de do Camama, Nova Vida, Golfe e Talatona. Desta forma, ao mesmo tempo que encontra-se próximo à região das indústrias e do futuro aeroporto, está a meio caminho da sofisticação e dos serviços de Talatona.

### **Tecnologia construtiva/velocidade das Obras**

Ao dotar a tecnologia de alvenaria estrutural, a Genea Angola pode garantir um ritmo muito mais acelerado às obras, um custo mais competitivo e um produto mais bem acabado. Com isso, foi possível antecipar em seis meses a entrega do empreendimento, com a segunda

fase prevista para Junho de 2010.

### **Oportunidade de investimentos**

Investir em Viana é antecipar o potencial de desenvolvimento da região sul de Luanda. Com uma área de mais de 1.343 km e uma população superior a 1 milhão 500 mil habitantes Viana experimenta uma fase de grande diversificação de suas actividades económicas, estando prestes a iniciar uma nova fase de expansão da sua dimensão regional.

A procura de espaços para médias e grandes empresas para actividade industrial e comercial do PIV; as plataformas logísticas de produtos/ mercadorias e os serviços que virão com o novo aeroporto irão ampliar vertiginosamente uma região que terá de ser adaptada. Adaptação essa que já está em curso, como o demonstra o posicionamento do Governo Provincial através das obras de infra-estrutura, dos novos condomínios e estabelecimentos comerciais que já surgiram e que irão surgir na região ou do avolumar de novos projectos que se vão conhecendo.

Destaca-se, também, o investimento que será aplicado no futuro Aeroporto Internacional de Luanda. Constituir-se-á num impulso muito forte ao desenvolvimento económico e geral desta região, quer directamente no que se refere à construção já em andamento das instalações, quer indirectamente, na criação de uma nova rede de serviços associados ao aeroporto.

Tal crescimento tende a expandir a procura por imóveis residenciais para abrigar os novos trabalhadores que se dirigem à esta região, sejam estes nacionais ou expatriados. Devido à oferta relativamente pequena e à grande demanda que tem surgido, os imóveis de padrão semelhante da região já tiveram valorização de quase 300% em menos de dois anos. O Residencial Ginga Cristina mostra-se, assim, uma grande oportunidade para investimentos.

### **Apartamento modelo**

Com o intuito de agregar valor ao projecto e possibilitar aos futuros clientes uma melhor percepção espacial do produto, a Genea Angola finalizou o acabamento e decorou duas unidades do Residencial Ginga Cristina. Os apartamentos foram decorados em parceria com empresas renomadas no mercado angolano, como a Movi flor, a Marluk Audiovisual e a MOB Cozinhas Planejadas. Apresentam estilo diferenciado e único, permitindo aos clientes uma visão das inúmeras possibilidades de decoração que o imóvel oferece.

As unidades decoradas têm a vantagem de estarem

localizadas no próprio edifício em construção, com vista privilegiada (da varanda) para o restante da obra. Isto possibilita melhor observação de toda obra e dos trabalhos que estão a ser executados. A Genea Angola agradece a todas as pessoas e empresas que colaboraram na decoração do imóvel e convida os interessados a visitar as obras e conhecer os apartamentos mobilados.

Para efectuar o agendamento de sua visita, poderá fazê-lo utilizando os seguintes contactos: 222333739, 222 290428,924576670 e 924 m 717.

#### Genea Angola

A Genea Angola é uma marca de referência no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários de elevada qualidade e alto índice de retorno sobre investimento. Ao aliar à extrema selecção das localizações e à diferenciação dos projectos imobiliários, os empreendimentos da Genea Angola tornam-se são uma oferta distinta, que têm sido referenciados sistematicamente como produtos que proporcionam elevada satisfação aos seus proprietários e uma permanente valorização do investimento efectuado. Conheça mais sobre a empresa e seus empreendimentos através do site [www.geneangola.com](http://www.geneangola.com) ou directamente no escritório central sito à Estrada Camama Viana, KM 09.5, Viana, Luanda.

### **6.13 “Kassequel, Mártires do Kifangondo e o Rocha Pinto serão requalificados”**

*Angolense 16 de Maio de 2009*

Angolense (ANG): Ao longo das reportagens que fizemos notamos que o município da Maianga tem muitos problemas sociais por resolver. Que projectos a administração da Maianga tem em curso para inverter este quadro?

Manuel Marta M.M.: Para o ano em curso os nossos projectos estão condicionados a uma orientação que será baixada pelos Ministérios das Finanças e da Administração do Território, para além do órgão de tutela, que é o Governo Provincial de Luanda, isto tendo em conta a revisão do orçamento.

Neste momento, a Administração Municipal da Maianga, no que consta do nosso orçamento para ano, não temos despesas de capital, foi-nos apenas dada uma verba para bens e serviços no valor de cinquenta milhões e setecentos e tal mil Kwanzas, o que significa que os projectos que tínhamos no âmbito do orçamento ficam sem efeito, mas existem projectos a nível do Governo Provincial e do Governo central que vão ser inseridos no nosso município, projectos esses

que iniciaram no ano passado e que serão concluídos neste ano.

Quanto aos projectos para podermos absolver os chamados cinco milhões de dólares, também estão condicionados a disponibilização desta verba, através do Ministério das Finanças. Teremos uma reunião, que está a ser agendada a nível nacional, para recebermos orientações precisas, junto do Ministério das Finanças e da Administração do Território sobre como gastar esses cinco milhões. Há quem diga até que vai ser cortado, por isso temos um projecto em carreira, mas não posso mencioná-las.

ANG: Falando da educação, no que toca às infra-estruturas, qual é o défice?

M.M.: Neste momento, tendo em conta os projectos já em curso desde o ano passado, estão em curso duas escolas de raiz do ensino primário, com 12 salas de aulas, com espaço para recreação dos alunos, na comuna do Cassequel, na área do Cantinton, que serão entregues antes do primeiro semestre, provavelmente até Junho. Temos também a reparação de duas escolas, o Ngola Canine e a escola Primeiro de Maio. Não vai cobrir a demanda, mas vai ajudar-nos parcialmente a resolver o problema dos alunos daquela área.

ANG: Ao longo das reportagens que efectuamos notamos que em muitos bairros periféricos não há serviços de saúde. Qual é a análise que faz do sector da saúde no município da Maianga?

M.M.: Não vamos dizer que estamos bem, mas também não estamos mal. Temos sete centros de saúde, para não falarmos dos outros estabelecimentos privados que existem. Esses centros foram totalmente reabilitados e apetrechados neste ano. O do Prenda e do Cassequel estão em fase de conclusão, mas há um projecto em curso para a construção de um hospital municipal, que será construído na área do Cantinton.

ANG: Como andam as obras de requalificação que o município está a sofrer?

M.M.: O nosso município está a sofrer obras de restauro ou requalificação, quase no território todo. Começamos a reabilitar, por exemplo, o bairro do Cassequel, na área do Largo das Escolas, temos a Deolinda Rodrigues, que já está quase no fim; temos a Hochi Min, a envolvente do aeroporto. Há também um projecto que está a ser implementado pela Odebrecht para reabilitar o Mártires do Kifangondo; ver os problemas de lancis, passeios, esgotos, mudança de tapete, iluminação pública, um projecto que vai levar dezoito meses para conclusão. Neste momento está em



curso a reabilitação do bairro do Cassenda, onde está a sede da administração, há também o mesmo prazo, mas não está a ser fácil, porque os esgotos são ainda do tempo do colonial, há áreas que se construíram em cima de sarjetas, passeios, por isso a operadora está a encontrar grandes dificuldades, porque não há sensibilidade por parte de alguns munícipes e então a obra está um bocado atrasada. Como pode ver, mesmo em frente da administração, estão a mudar novamente a manilha dos esgotos e esse trabalho está adjudicado à empresa Metro-Europa. Pensamos que nos próximos seis meses, se não houver muitas chuvas, o Cassenda será devidamente reabilitado.

AN G: E quanto ao Cassequel, onde existem vias em péssimo estado, o que pensam fazer? M.M: Tanto o Cassequel como o Rocha Pinto serão profundamente requalificados, aí não há esgotos, não há saneamento, é um projecto ambicioso sobre o qual não nos vamos debruçar agora. O projecto está em curso a nível superior e nos próximos tempos também beneficiarão da requalificação. Temos o Alvalade, que está na fase final de requalificação. As ruas já têm novos tapetes, agora está a se resolver a questão do saneamento, colocar novas manilhas para poder se escoar as águas residuais. Estamos também, neste momento, a requalificar a área do bairro da Maianga, ali a 28 de Maio. O maior problema é que surgiram as chuvas e quando se fazem obras com chuvas, há sempre grandes constrangimentos, mas pensamos que nos próximos dias as coisas vão melhorar. O maior problema que temos é o saneamento básico, que já não é só um problema do Governo, mas também de educação da própria população, porque o Governo contratou duas operadoras para o nosso município, mas se nota alguma inoperância, não por falta de meios, mas sim por causa do comportamento da própria população. Há um horário próprio para deitarem o lixo, mas infelizmente a população não cumpre e depois o lixo amo moa-se. Nos sítios em que o acesso não é possível temos um acordo com a Casa Militar, que por dia recolhe mais de trinta toneladas de resíduos sólidos, ali na área do Catintom, no Cassequel, Rocha Pinto. O problema de lixo no nosso município, que é genérico na cidade de Luanda, passa pela sensibilização da nossa população. Se a população não for educada de que ao acordar tem que colocar o lixo no saco e as horas marcadas colocar no sitio para a recolha, vamos ter muitos problemas. Estão a fazer estudos, a nível superior, para ver qual o modelo que devemos utilizar para minimizar esta situação. A Elisal por si só tem feito tudo, mas ainda há muito para se fazer. Por exemplo, temos uma circulação de viaturas que não é fácil devido ao trânsito, por isso criou-se centros de concentração de resíduos, de dia determinadas viaturas ou meios tractores com

carroça recolhem o lixo e despejam no centro, para a noite as viaturas pesadas poderem recolher e levarem ao aterro nos Mulenvos. No nosso orçamento previmos marchas e encontros de sensibilização e educação cívica à população, começando pelas escolas, Igrejas, para ver se conseguimos transmitir uma mensagem de que a sociedade deve ajudar as próprias operadoras. Para resolver este problema ainda temos muito para fazer. No nosso plano de actividade, chamado programa de investimento municipal, está previsto também uns bons cifrões para resolver os problemas de saneamento básico.

ANG: Há poucos contentores no município da Maianga, isso não contribui para o aumento de amontoados de lixo?

M.M: A Elisal tem uma política de que quantos mais contentores tiverem mais lixo se vai produzindo, porque indivíduos que saem longe, indivíduos que saem do Rangel, são capazes de vir deitar o lixo aqui, porque sabe que na Maianga tem contentares. Como eles são os protagonistas, são os especialistas na área de saneamento, acham que os contentores devem desaparecer para dar lugar a baldes.

O que tem acontecido é que, mesmo nos prédios em que colocam os baldes, estes somem, são roubados.

Os especialistas têm dito que os contentores são colocados num determinado sítio e, às vezes, vão para lá crianças que ao invés de deitarem o lixo no contentor fazem-no no chão e quando o tractor chega para recolher o lixo ao invés de tirar do contentor, a tendência é escavar onde o contentor se encontra. Nós respeitamos as linhas de orientação da Elisal.

## **6.14 Administração constrói casas para as vítimas das chuvas**

*Jornal de Angola 19 de Maio de 2009*

As vítimas das chuvas das comunas do Cazenga, Hojiya-Henda e Tala-Hady, município do Cazenga, vão ser, em breve, alojadas, em casas, que estão a ser construídas na circunscrição.

As casas, no bairro de Kala-Huenda, resultam de um investimento da Administração Municipal, dentro do Fundo de Gestão Municipal estimado em cinco milhões de dólares.

Com dois quartos, sala, cozinha, casa de banho, marquise e quintal, as casas estão concluídas dentro de nove meses, com diz a placa colocada à entrada da obra.

Carlos Natureza, chefe da Repartição de Estudos e Planeamento da Administração Municipal, disse que as "obras estão paradas, desde Janeiro, por causa das fortes chuvas que tem dificultado o acesso, ao local, dos camiões com material de construção".

Outras casas estão a ser construídas na comuna do Cazenga para as pessoas que viviam próximo da vala de drenagem, de onde, por precaução, foram retiradas.

"As pessoas retiradas dessas áreas foram colocadas em tendas, agora estamos a criar condições de habitabilidade para que possam viver condignamente", explicou o administrador municipal, Tany Narciso.

#### Segurança e Saúde

A administração municipal do Cazenga chamou a si a responsabilidade da construção de um posto policial. Tany Narciso disse que a construção do posto de polícia vai melhorar a segurança da população que vive nas áreas que limitam os municípios de Viana e Cacucaco.

A Administração Municipal, aproveitando-se do Fundo de Gestão Municipal, reabilitou e ampliou, em 2008, o laboratório de análise clínicas, a secretaria e instalou aparelhos de ar condicionado no centro de saúde José Maria de Carvalho, no bairro da Vila da Mata.

A administradora do Centro de Saúde, Maria Alberto, disse que com a reabilitação do laboratório já é possível fazer testes de hemograma, gota espessa, hemoglobina e de urina, mas queixou-se da falta de técnicos para manusear os novos instrumentos.

### **6.15 Obras do bairro da juventude em fase adiantada**

*Jornal de Angola 23 de Maio de 2009*

Na localidade da Tchavala, arredores da cidade do Lubango, está a ser erguido o Bairro Social da Juventude. As obras, iniciadas a 15 de Julho do ano passado, encontram-se em fase adiantada de execução: 70 por cento das casas estão prontas. Enquadrado no programa "Angola Jovem", o projecto tem 92 casas económicas, cuja conclusão e entrega está prevista para o mês de Agosto, o que está a criar enormes expectativas entre a juventude.

Se o sonho da casa própria não passava de uma utopia para muitos jovens, o Bairro Social da Juventude vai tomar os sonhos em realidade. Muitos jovens do Lubango estão ansiosos por conhecer "as modalidades de acesso às casas e batem diariamente à porta da Direcção Provincial da Juventude e Desportos na

Huíla.

António Tchioco, 25 anos, pai de três crianças, casado, funcionário de uma casa de fotocópias, encontrava-se na secretaria da Direcção Provincial da Juventude e Desportos quando a reportagem do JA colhia dados sobre o projecto. O seu objectivo era obter um esclarecimento a respeito da abertura das candidaturas para o acesso às moradias do Bairro Social da Juventude.

Pacientemente, uma vez por semana, António passa pela instituição para se inteirar das novidades e visita as obras da Tchavala, para ver o andamento dos trabalhos. "Tenho apenas a 6a classe, ganho um salário mensal de 7 mil kwanzas que mal chega para sustentar a minha família, composta pela minha mulher, que está desempregada, três filhos e um irmã. Preciso urgentemente de uma casa, revelou.

Joana Henriques, 33 anos, viúva, mãe de duas meninas e funcionária pública, disse que o projecto lhe devolveu a esperança de um dia ter casa própria, pois com o salário que auferi é impossível. "O Governo teve uma boa ideia em construir um bairro social para os jovens, porque vai ajudar a resolver os problemas de habitação que quase todos nós enfrentamos", desabafou.

Joana Henriques tem fé que, das 92 casas, uma seja para ela, na medida em que foi informada que as mães solteiras, com idade entre os 23 e 35 anos, têm prioridade. O director provincial da Juventude e Desportos na Huíla, André de Jesus, disse que existe muita expectativa em relação a distribuição das casas. "Infelizmente, as 92 moradias não vão satisfazer a procura. Mas o compromisso do Governo, com este projecto, é construir todos os anos 100 casas em cada província para ajudar a resolver o problema habitacional entre os jovens", disse André de Jesus.

#### Prioridade às mães solteiras

Todos os jovens, sejam eles funcionários públicos ou privados, com uma formação básica média ou superior, com maiores ou menores rendimentos, vão candidatar-se em igualdade de circunstâncias, através de um processo transparente e participativo.

A partida, ninguém é privilegiado, todos os jovens vão participar de forma aberta e transparente no processo de selecção, que vai culminar com a escolha daqueles que preencherem os requisitos exigidos no regulamento.

Esta garantia foi dada pelo secretário do Conselho Provincial da Juventude na Huíla, Fernando Cativa,

acrescentando que é importante que os jovens estejam sensibilizados para as condições do concurso. Para ter acesso às moradias, os jovens devem ter entre os 23 e os 35 anos, serem casados e possuírem uma fonte de rendimento mensal. Têm prioridade as mães solteiras, sublinhou Fernando Cativa. As candidaturas, segundo Fernando Cativa, abrem logo que as obras estejam concluídas.

#### Preços baixos

O Bairro Social da Juventude surge como uma componente do programa "Angola Jovem", com uma modalidade de crédito à habitação que os beneficiários vão pagar durante um prazo mínimo de 20 anos.

Daí a razão pela qual um dos requisitos exigidos é os beneficiários terem um rendimento mensal: Fernando Cativa explicou que não importa se o emprego é no Estado, numa empresa privada, ou se o concorrente trabalha por conta própria: "mas tem de ter um rendimento mensal que permita liquidar o crédito em prestações muito baixas".

#### Empreiteiro recupera tempo

Apesar de algumas dificuldades no arranque do projecto, devido à chegada tardia do material importado, o empreiteiro procura recuperar o tempo perdido para, o mais tardar, no mês de Agosto entregar a obra concluída. A empreitada conheceu, nos últimos dias, um maior dinamismo. Em média estão a levantar as paredes de uma casa por dia, o que leva a crer que antes de Julho o dono da obra, Ministério da Juventude e Desportos, pode receber o projecto concluído. Fruto deste dinamismo, pelo menos 70 casas já se encontravam com as paredes levantadas, sistemas de água e energia eléctrica instalados, das quais 20 com cobertura.

#### Características das casas

Cada moradia ocupa um espaço de 600 metros quadrados, sendo 70 metros quadrados a área coberta e o resto quintal. Segundo fonte ligada à execução do projecto, as dimensões das moradias são adequadas a casais jovens em fase inicial da vida, sem muitos filhos. Por isso é que as construções dispõem de um quintal vasto para que futuramente possam ter anexos.

## **6.16 Quadros do sector recomendam elaboração de instrumentos de planeamento territorial**

*Jornal de Angola 23 de Maio de 2009*

O Conselho Superior do Ministério da Administração

do Território (MAT), realizado quinta-feira, na cidade de Cabinda, recomendou a "produção e aprovação dos instrumentos de planeamento territorial necessários a uma gestão mais racional, disciplinada e competente do território".

A recomendação consta de um comunicado aprovado no termo da sessão, no qual se sublinha a "necessidade da execução efectiva das normas legais sobre o regime financeiro local", no sentido de tornar "mais justo e efectivo o benefício de arrecadação das receitas da parte dos órgãos da administração local". Os participantes à reunião aconselharam "tomada de medidas, pelos órgãos competentes afins, que garantam o melhor desempenho institucional e o reforço da autoridade dos serviços locais de justiça".

O encontro, orientado pelo titular da pasta, Virgílio de Fontes Pereira, sugeriu uma "profunda reflexão sobre os critérios de atribuição do tecto orçamental para cada município", com o "concurso de actores dos Governos provinciais e central".

Os participantes recomendaram, também, que fossem revistos os procedimentos e os prazos para a "elaboração e aprovação dos programas de intervenção municipal, a fim de permitir a participação de todos os intervenientes" no processo. O encontro defendeu a "clarificação dos níveis de intervenção" do Governo central, das províncias e dos municípios em matéria de planeamento, fiscalização e responsabilidade jurídico-administrativa e a promoção do intercâmbio de experiências entre si.

Os participantes reconheceram o mérito do fundo de gestão, "tendo em conta o impacto positivo que a sua execução produziu na grande maioria das localidades abrangidas, apesar das dificuldades e constrangimentos" que ainda as caracterizam.

Face aos constantes incumprimentos da parte de alguns empreiteiros na conclusão das obras que lhes são adjudicadas, o encontro propôs ao Governo a publicação de uma "lista negra" com os nomes das empresas e "demais prestadores de serviços que não honram" os compromissos assumidos.

O encontro sugeriu, ainda, a elaboração de um "estudo abrangente, urgente e sistematizado sobre a reestruturação dos quadros orgânicos e de pessoal dos órgãos da administração local".

A sessão, realizada na sala de reuniões do Comando Provincial da Polícia Nacional, contou com a participação de governadores provinciais, dos vice-

ministros e de directores nacionais do Ministério da Administração do Território.

O assessor do Primeiro-Ministro para os assuntos regionais e locais, a vice-ministra da Justiça e representantes dos Ministérios do Urbanismo e Habitação e das Finanças assistiram à sessão.

## **6.17 Ordenar e planear o território**

*Folha 8 23 de Maio de 2009*

1. Nós entendemos o ordenamento do território, como a gestão da interacção Homem / espaço natural, consiste no planeamento das ocupações, no potenciar do aproveitamento das infra-estruturas existentes e sobretudo no assegurar da preservação de recursos limitados.

2. Os planos para serem enquadráveis nas mais diversas escalas de análise, dependem da efectividade e coerência dos mesmos. Um plano nacional de ordenamento do território tem de se basear na lógica dos planos das diferentes regiões; estes, por sua vez têm por base os planos municipais que definem o uso dos solos e estabelecem princípios para a gestão das cidades e das aldeias do local; os aglomerados deverão ser organizados por planos operativos que regulem e ordenem a sua estrutura construída, os seus edifícios, e que definam coerências para a localização das diferentes funções que neles coexistem - a indústria, o comércio, a habitação ou a agricultura, são planos de urbanização, os de pormenor ou de salvaguarda que, e mais uma vez a escalas diversas, delimitam e desenharam as malhas que definem a urbe.

3. O planeamento tem que ser pensado, compreendido pela estrutura das ocupações humanas, a sua diversidade, as suas inter-relações e interacções e a complexidades das razões que justificam cada uma delas, são diversos os tipos de ocupações do homem no território, são diferentes os usos in1pOSStOS ao solo, são variados os aglomerados humanos resultantes, em diferentes dimensão e características, justificando-se e sendo ao mesmo tempo razão das utilizações que se estabelecem no território. Funções como a agricultura ou indústria, o comércio ou serviços encontram no tipo de aglomerado os argumentos para o seu estabelecimento para o seu estabelecimento, moldando e transformando a forma destes, estabelecendo as relações de cumplicidade. São modos de ocupar o território, distinto nos seus conceitos e finalidades, que se complementam, sustentando a colonização humana. Os aglomerados humanos, sendo todos eles diversos e complexos nas suas razões, relacionam-se e justificam-

se entre si pela forma que o homem encontrou para se estabelecer, ocupar e usar os recursos da natureza.

4. É necessário compreender que uma vila não é uma cidade em ponto pequeno, assim como uma aldeia não é somente um pequeno, assim como uma aldeia não é somente um pequeno aglomerado, mais sim um povoamento do espaço com um tipo de vivência próprio que o caracteriza e justifica. As diferenças entre a urbanidade e a ruralidade advêm de culturas diversas, razões completamente dissemelhantes de ocupar e usar o território, de onde resultam formas de vida singulares.

5. Quanto a cidade, a sua estrutura justifica-se em nosso entendimento, pelo pelas actividades que nelas ocorrem, pela sua forma, pela maneira como se organizam e se estabelecem. Numa, urbe gerem-se funções com características próprias; habitação, numa larga escala, inter-relacionada com o comércio e com os serviços; indústrias articuladas com a cidade. A malha urbana é o reflexo dessa forma de organizar o espaço, grandes vias de circulação, que ligam os lugares e que relacionam as diferentes funções, articuladas com locais de estar, praças e praças que sustentam uma vivência de lazer, bairros, prédios e quarteirões que organizam a lógica da habitação na estrutura, elementos que definem um desenho característico de que resulta, consequentemente, uma forma de ocupar o território e de organizar os usos do solo.

6. Em relação as aldeias, elas definem-se pelas diferentes escalas, as menores em dimensão e em concentração, regulam-se por uma maior proximidade da natureza da qual dependem. A agricultura é, geralmente a base económica que fundamenta a forma do aglomerado, não se articulando no meio rural as forças complexas que determinam a estrutura urbana. A habitação dispersa-se, sendo naturalmente constituída por casas isoladas, unifamiliares, com terrenos sobrantes, e por pátios e quintais que utilizados como complementam à actividade agrícola de maior escala. Dificilmente se pode falar de uma malha rural, as aldeias são definidas pela articulação de eixos mais ou menos numerosos e complexos que correspondem aos espaços definidos pelos limites das propriedades particulares. As praças são os lugares sobrantes, raramente definidos de forma regular, dificilmente desenharam excepções assinaláveis no conjunto, pontos notáveis, como acontece nas cidades.

7. O Urbanismo e o Ruralismo, são diferentes formas de estruturar a ocupação do espaço, que resultam das utilizações e dos diversos princípios como o de agir no território, são as vivências e as maneiras de fazer as singulares características. A urbanidade está profunda e

sistematicamente estudada. Das formas construídas à estrutura urbana, da economia aos aspectos sociais, as cidades foram analisadas nas suas razões, princípios e vivências.

8. Quanto ao planeamento urbano, e o urbanismo em si, regem-se por princípios resultantes dessa sistematização; a própria arquitectura baseia as suas formas e a gestão das funções dos edifícios em desenhos claramente urbanos. Contudo, não existe uma sistematização do planeamento rural ou do ruralismo, apenas alguns tratados, como (o tratado de granada), algumas verificações mais ou menos empíricas, alguns estudos das características das formas construídas de determinadas aldeias.

### **6.18 Novos empreendimentos sociais melhoram as condições do Uíje**

*Jornal de Angola 27 de Maio de 2009*

A governadora em exercício da província do Uíje, Piedade Samuel Hebo, inaugurou domingo, no município do Sanza Pombo, 155 quilómetros a nordeste da cidade do Uíje, novos empreendimentos sociais, no quadro da celebração do 96º aniversário da fundação de Sanza Pombo.

Trata-se das instalações da procuradoria municipal e residência para o procurador, salas de internamento e a casa mortuária para o hospital municipal, assim com uma escola primária de quatro salas de aula da missão católica local. Alguns empreendimentos foram construídos no quadro do Programa de Investimentos Públicos, enquanto outros estão inseridos em projectos da gestão administrativa municipal, visando o aumento dos serviços sociais básicos aos municípios.

As salas de internamento do hospital local têm capacidade para 20 doentes e vão contribuir para aliviar a pressão que é exercida sobre os serviços do centro materno municipal de Sanza Pombo, utilizado actualmente como banco de urgência e internamento de doentes.

Já a casa mortuária servirá para conservar entre quatro e seis corpos, enquanto a escola primária, que beneficiou de obras de reabilitação e depois foi apetrechada, tem capacidade para albergar 352 alunos em dois turnos.

No final da cerimónia, a governadora em exercício, Piedade Samuel Hebo, disse que o governo continuará a colocar como prioridade absoluta os direitos da criança, proporcionando-a melhores condições para

que possa ter um crescimento harmonioso. Na sua intervenção, apelou igualmente aos alunos a cuidarem da escola para que esta venha a servir outras gerações. Numa mensagem de agradecimento, os alunos, depois de enaltecerem os esforços do governo neste domínio, pediram que seja aumentada a capacidade da instituição com mais salas de aula, tendo em conta a explosão demográfica.

### **6.19 Defendida integração institucional para a construção habitacional**

*Jornal de Angola 28 de Maio de 2009*

O governador do Kwanza-Sul, Serafim do Prado, sugeriu ontem, no Sumbe, uma maior integração institucional com vista à rápida execução do programa habitacional na região, "por constituir um desafio para todos".

Ao intervir na abertura da Conferência sobre Habitação, a autoridade local destacou a necessidade da integração do sector privado, dos cidadãos, políticos, empresários e instituições financeiras, para, juntos, corresponderem às exigências do programa.

Considerou que o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação requer de todos os angolanos e parceiros do governo uma entrega total em todas as frentes.

"Na verdade, trata-se de um programa que irá melhorar a vida de muitos angolanos e a grandeza deste desafio fará com que muitas famílias e jovens tenham oportunidade, de se realizar socialmente e deste modo proporcionar uma harmonização e maior equilíbrio nas oportunidades da conquista que a paz trouxe aos angolanos", disse.

A implementação deste plano estratégico do Governo, alertou Serafim do Prado, deve ser encarada com optimismo e espírito vencedor, capaz de erradicar da sociedade o défice habitacional com que se debatem os angolanos.

Para o governante, a construção habitacional irá unir os angolanos e deixar de parte a exclusão social, garantindo o fortalecimento e estabilidade da sociedade de forma harmoniosa.

"Com esta acção, vamos organizar as nossas vilas e aldeias de forma ordenada, com todos os serviços básicos, bem como requalificar e modernizar os centros urbanos com oferta de habitações de média e alta renda. Isso será feito num novo modelo de estruturação dos preços e de forma regulada, permitindo assim a

concorrência", referiu.

Afirmou ser importante que as políticas do sector da habitação devem respeitar sempre a harmonia que deve existir em matéria do ambiente.

A conferência, que terminou ontem, discutiu o programa executivo do governo referente ao urbanismo e habitação, diagnóstico das reservas fundiárias a nível da província do Kwanza-Sul, programa preliminar de urbanização, legislação sobre o programa de urbanismo e habitação, bem como o programa ambiental!

## **6.20 Sonangol salva Projecto Baía do seu afogamento total**

*Angolense 23 a 30 de Maio de 2009*

Com o acto de adjudicação da empreitada ao consórcio Mota/Engil-Soares da Costa, arrancou a chamada fase terrestre do projecto Baía, sem a marítima, ainda estar concluída, ficando por saber até que ponto a referida não conclusão irá condicionar o normal desenvolvimento da nova etapa das obras de re-qualificação da marginal luandense. Este condicionamento pode ser tanto técnico como financeiro.

Se tudo tivesse corrido sem os sobressaltos que se conhecem, nomeadamente os financeiros, a obra pública afecta a este projecto, orçada inicialmente em cerca de 136 milhões de dólares, supostamente sem qualquer dispêndio directo para os cofres públicos, deveria estar terminada no primeiro semestre do próximo ano, o que perfaria 31 meses de duração, tendo o mês de Novembro de 2007, como a data de início dos trabalhos.

A ter em conta os novos valores avançados e considerando os montantes já gastos com a fase marítima do projecto e não só, ressalta à vista a existência de uma acentuada derrapagem financeira nesta movimentação, numa altura em que ainda não se sabe quais vão ser exactamente as contrapartidas que o Estado irá "oferecer" aos promotores do empreendimento.

Serão as mesmas do anterior contrato e que se resumiam à concessão de valiosos terrenos na orla da nossa baía para a edificação de luxuosos projectos imobiliários?

Aqui parece que há novidades e das grandes, na sequência das alterações que o projecto conheceu particularmente ao nível da sua componente mais financeiro

De acordo com a parca informação disponibilizada, a fase terrestre que acaba de ser adjudicada ao consórcio

lusu está orçada em 127 milhões de dólares, contra os anteriores 136 milhões que correspondiam ao conjunto das duas fases.

Até meados do ano passado e a fazer fé na informação avançada para a imprensa por uma fonte oficial afecta à empresa promotora do Projecto Baía já tinham sido consumidos cinquenta milhões de dólares, n'5.º tendo sido adiantados outros pormenores em relação à forma como aquele montante foi utilizado.

Ao que foi possível apurar, o "aperto" financeiro que o projecto estava a viver terá sido desbloqueado a partir do momento em que a 50nangol se tornou accionista preponderante do Millennium-BCP/Angola, o que parece ter uma leitura óbvia.

Com efeito, o Millennium, que foi a entidade privada escolhida desde o início para financiar esta empreitada, manifestou a certa altura do percurso dificuldades visíveis em manter e prosseguir a sua parceria com o projecto, o que levou o mesmo a entrar num ameaçador e crítico impasse, em relação ao qual se chegou a recear o pior em termos de futuro para a sobrevivência da própria baía de Luanda.

Tudo leva pois a crer que o dinheiro da 50nangol, que afinal de contas acaba por ser dinheiro público, por razões que são do domínio do óbvio, foi o grande salvador do Projecto Baía. Esta ideia é reforçada com o facto do outro integrante da nova parceria financeira do projecto, o Banco Privado do Atlântico, ser igualmente detido numa percentagem muito significativa pela 50nangol.

Esta conclusão, a ser verdadeira, como parece ser, levanta efectivamente algumas questões da maior relevância, pois a propaganda oficial tem colocado bastante ênfase, desde o início, no aspecto da obra pública estar a correr por conta do promotor do projecto que é privado.

Já não é bem assim. Nesta altura do campeonato e tendo em conta a origem do financiamento que vai suportar a fase terrestre do projecto e enquanto não se sabe exactamente em que pés se encontram as contas anteriores já não é possível manter intacta a ideia original.

O Estado, por via do seu braço financeiro chamado Sonangol, desdobrado nas importantes participações que a petrolífera detém no Millennium e no Banco Privado do Atlântico, já é neste momento o grande financiador do projecto Baía, restando agora saber como é que ficarão as anteriores contrapartidas devidas (acordadas) a este investimento quando ele foi

projectado.

Resta ainda perguntar o que é feito do empresário português José Récio, da Tecnocarro, que foi o rosto mais visível de toda esta movimentação desde 2003 e que agora parece ter desaparecido do mapa, para em seu lugar surgir um tal de José Pedro Soeiro, como "membro da comissão executiva do projecto Baía" conforme foi apresentado.

José Récio terá certamente uma palavra a dizer sobretudo para esclarecer a opinião pública sobre as razões que estiveram na origem do impasse que o projecto conheceu o ano passado.

Esta palavra esclarecedora deveria ser dada em primeiro lugar ao próprio governo na pessoa do titular do MINO PU, Higinio Carneiro, que no acto da adjudicação da nova empreitada se referiu ao passado de forma muito lacónica.

"Era um momento esperado, mas foi preciso esperar que surgissem novos impulsos e houvesse garantias de que o projecto poderia ser levado a cabo com garantias de sucesso", disse.

Frisando a necessidade de cumprimento dos prazos, Higinio Carneiro garantiu que "o governo vai agora trabalhar no sentido de evitar ao máximo os constrangimentos" de modo a que a obra "decorra sem sobressaltos" e possa ser "realizada nos prazos contemplados no contrato.

De fonte oficial pouco mais será possível saber em relação ao que realmente se passou e o que se vai passar de agora em diante a não ser, que aconteça mais uma derrapagem, o que é sempre de admitir em projectos com uma tal envergadura.

Ao que o Angolense apurou, José Récio mantém-se na sociedade promotora do projecto numa posição muito mais recuada em termos de importância, a traduzir certamente os sobressaltos financeiros que o projecto tem vindo a conhecer.

Mais interessante ainda a respeito de José Récio é a informação, que o Angolense irá procurar confirmar, segundo a qual ele já é nesta altura o detentor do extenso terreno, de algumas centenas de hectares, localizado na Barra do Kwanza, onde foram implantadas as 500 palmeiras compradas no estrangeiro pelo projecto, para serem depois transplantadas para a baía de Luanda.

O terreno em causa foi uma concessão do governo em apoio ao Projecto Baía mas que agora parece estar a ter

uma outra utilização que ultrapassa largamente o propósito inicial da doação estatal.

Uma fonte deste jornal conhecedora do dossier revelou que, para além da Baía de Luanda, as palmeiras localizadas naquele perímetro vão agora ser vendidas ao Governo ao preço de mais de 2.500 dólares cada uma. O GPL já terá mesmo definido os primeiros locais da cidade onde as palmeiras destinadas inicialmente ao plano de arborização da Baía de Luanda serão plantadas.

Está-se de facto diante daquilo que poderá vir a ser um (mais um) verdadeiro "negócio da China" em Angola a coberto de uma suposta parceria público-privada.

# 7 TERRA

## 7.1 Continua o Calvário dos “sem terra” na Kinanga

*Agora 02 De Maio de 2009*

Quase dois meses depois de lhes ter sido trocadas as casas, algumas de construção definitiva, por barracas, onde até hoje encontram-se refugiados, os antigos moradores da comuna da Kinanga, não vêem um horizonte para o fim do seu sofrimento imposto pelas autoridades.

Apesar da chuva e do Sol escaldante estarem a despedir-se, a situação continua preocupante na medida em que o frio está à espreita.

Trata-se de mais de 70 casas que foram deitadas abaixo, em princípio de Abril último, sob orientação do Governo Provincial de Luanda (GPL), deixando ao relento um número considerável de famílias.

O pelouro da governadora "Xica" aponta para a ilegalidade na construção das mesmas, enquanto os lesados juram a pés juntos que têm a documentação, obtida após pagamento de emolumentos, que lhes permitiu erguer as residências ora demolidas.

Persiste a troca de mimos entre as autoridades e a população afectada, mas o certo é que não foram dados passos largos para a solução do problema.

No local pudemos constatar que depois de demolidas as residências, e não tendo encontrado ainda outro local para ser instalada, a população não viu outra alternativa que não fosse construir na mesma zona barracas para se abrigar das chuvas.

O AGORA apurou também que a maioria dos sinistrados dorme por cima dos móveis e de outros haveres que ainda lhes resta.

Quanto às crianças, já não se lhes vislumbra o brilho no olhar porque simplesmente perderam o ano lectivo. Estima-se que mais de 700 crianças afectadas pelas demolições podem ficar, este ano, fora do sistema de ensino.

A par dos meninos, alguns chefes de família perderam os seus empregos por não se terem apresentado ao serviço nos primeiros quatro dias que se seguiram ao do martelo demolidor do GPL.

As adversidades por que estão a passar os moradores

da Kinanga têm uma factura negra, que se consubstancia em várias enfermidades como doenças diarreicas e respiratórias, paludismo e sarna, que já fizeram algumas vítimas mortais.

No local onde foram erguidas as cubatas fala-se apenas na existência de uma casa de banho que é partilhada por mais de 100 pessoas, enquanto as outras têm de aguardar pela chegada da noite para poderem satisfazer as suas necessidades fisiológicas.

Braço de ferro. Apesar de persuadido pelos lesados, o GPL mantém a sua posição, segundo a qual as autoridades não estão em condições de indemnizar casos como este.

De acordo com o vice-governador para área técnica, Bento Soito, a decisão para a demolição das casas surgiu alegadamente por as mesmas terem sido construídas anarquicamente.

"Eles construíram anarquicamente e o governo não tem condições para dar casas a todo o mundo que constrói contrariando a ordem pública. O país está a viver como qualquer outro com as consequências da crise financeira e não há verbas a locadas para este tipo de situações", disse o governante, à margem do encontro mantido com a comissão de moradores, em Abril último.

No seu entender, "o cidadão deve colaborar com o Estado e nessa altura já que se propõe arranjar condições onde eles pensam construir ordenamento Já está a fazer alguma coisa em seu favor".

A administradora municipal da Ingombota, Suzana de Meio, num gesto de tamanho desprezo, diz, sem pestanejar, que mandou demolir barracas e não casas de construção definitiva, o que no dizer dos populares não corresponde à verdade. Aliás, quem por várias razões passou por aquela zona antes da última intervenção dos comandados de Francisca do Espírito Santo, poderá confirmar que haviam sim residências e não barracas.

No encontro de Abril, o Governo, na pessoa de Bento Soito, prometeu entregar à população, terrenos e materiais de construção que se aguardam até agora.

Os afectados, por seu lado, advogam que sejam enquadrados no grupo de pessoas que irão receber novas residências, razão pela qual pretendem um novo encontro com as autoridades.

Por sua vez, o vice-governador deixou claro que poderá recebê-los em audiência simplesmente para fazer enten-



der a posição do Executivo, mas que o fornecimento de residências não será possível.

Bento Soito vai mais longe ao dizer que os supostos lesados quiseram aproveitar-se da fraca capacidade de intervenção da fiscalização. "Podemos tentar equacionar outras soluções mas casas não", disse.

Enquanto prevalecia esse desentendimento a situação foi tomando contornos alarmantes já que tudo se desenrolava em plena época chuvosa, facto que os obrigou a construir barracas.

"Nós perdemos mesmo casas e neste momento estamos à espera de uma oportunidade", disse Catonde Paulo, membro da comissão de moradores da comuna da Kinanga.

Património. O município da Ingombota é rico em património histórico-cultural e a zona da Kinanga não foge à regra. É lá onde o comércio negreiro produziu a sua primeira riqueza com o transporte dos escravos que aos milhares partiram para os canaviais das ilhas Caraíbas, Brasil e para as plantações da Florida, nos Estados Unidos.

## **7.2 As demolições na Kinanga e na Ilha**

*Novo Jornal 1 de Maio de 2009*

1. E sempre com bastante dor que assistimos às demolições de casas de pacatos cidadãos, muitos dos quais enganados pelas administrações que, hoje, lhes viram as costas.

2. Embora, como é óbvio, não seja apologista de uma urbanização desorganizada, sem estradas nem saneamento básico, sem luz nem água, por outro lado, também não concordo com o modo desumano (este, mais grave) como têm sido feitas as demolições e as deslocações dos nossos concidadãos de uma zona para a outra, sem se garantir o mínimo de condições indispensáveis que a natureza humana exige, longe do modo animalesco que tem sido praticado. Em pleno século XXI, não se pode permitir que se atire ao relento, à sua sorte, quem tinha casa própria, ainda que precária.

3. Para se evitarem estes males no futuro, é necessário dizer, claramente, para quem é a cidade! É para os ricos? Para uma certa elite? Para os detentores do poder? É urgentíssimo que se criem zonas de urbanização harmoniosas onde o cidadão comum que necessita de uma casa, possa livremente erguê-la, sem constrangimentos de ordem alguma nem recurso a esquemas. É preciso desburocratizar o acesso à licença de

construção, que, na verdade, deveria ser uma autorização, visto a habitação ser um direito e não um favor.

4. Estas demolições abusivas e deslocações compulsivas violam os mais elementares direitos da pessoa humana. Não precisamos de humilhar para alcançarmos os nossos objectivos. A ilha do futuro deve ser construída sob base harmoniosa, para que não venha a ser lugar de ódio para os que de lá foram "desterrados".

5. Estes "desterros" provocam, obviamente, revolta, sobretudo quando as promessas anunciadas não se reflectem na realidade diária. Quem não vive a realidade não imagina o que significa viver ao relento ou numa tenda que serve de cozinha, despensa, dormitório, quarto-de-banho, esconderijo de mosquitos, ratos e outros animais. Por isso, mal avisado ou cinicamente não reconhece o mal feito nem se esforça em corrigi-lo.

6. Como país que já viveu muitos tempos de dor e de sofrimento provocados pela guerra, precisamos de prestar atenção para não cometermos os mesmos erros exclusivistas do passado que, depois, levaram os humilhados à revolta.

7. Também não faz sentido que haja reservas do Estado em todo o lado, arrogantemente expropriadas daqueles que dela tiravam o seu sustento há muitos anos. Tais reservas podem não passar de espaços para empreendimentos única e simplesmente privados, condomínios inalcançáveis pelos seus preços e pelo acesso aos mesmos. Em alguns casos, é preciso trabalhar até muitos anos depois de morrer, se possível fosse, para se ter o mínimo de habitação condigna.

8. Para concluir, creio que seria bom:

- Expropriar, por utilidade pública, e garantir uma justa indemnização;
- Dialogar honestamente com os destinatários de determinada política habitacional e garantir-lhes os meios indispensáveis para o seu realojamento;
- Esmerar-se por um recenseamento credível, antes da expropriação, para se evitarem os oportunistas;
- Responsabilizar administrativa e judicialmente aqueles que, nas administrações municipais ou comunais, assinaram licenças ou outros documentos que autorizaram as vendas dos terrenos e as consequentes construções;
- Criar parcerias com a sociedade civil e igrejas para se educar o povo a conhecer e a respeitar as leis. As escolas públicas e privadas, os centros de alfabetização devem trabalhar neste sentido.

- Desburocratizar e facilitar o acesso à habitação, e indicar espaços disponíveis onde se possa construir.
- Evitar, a todo o custo, a violência e a arrogância na governação.

### **7.3 Cidadãos vandalizam Comité de Acção do MPLA**

*Semanário factual 01 a 08 Maio 2009*

Os cidadãos transferidos para o Zango, e que montaram basiadas em protesto contra a sua transferência e a distribuição indevida de habitações, vandalizaram o Comité de Acção do MPLA na localidade, na sequência da visita do líder da UNITA, Isaías Samakuva.

O semanário Factual ouviu a propósito Fragata de Moraes, porta-voz do Comité Provincial do MPLA em Luanda, que afirmou ter havido uma lastimável, para não dizer suspeita, coincidência que as instalações do Comité de Acção do Zango do MPLA tenham sido vaporizadas logo após a visita do dirigente da UNITA.

"Todavia, cabe mencionar que, mesmo com uma forte dose de boa fé, torna-se evidente que, no mínimo, terá havido uma lastimável, para não dizer suspeita coincidência que

as instalações do Comité de Acção do Zango do MPLA tenham sido vandalizadas logo após a visita deste dirigente da UNITA e de outros mais", referiu.

Segundo ele, é lógico que estas supostas coincidências em nada ajudam a nova imagem que a UNITA pretende construir junto às populações, livre de um passado conhecido de todos.

Fragata de Moraes afirmou não perceber, por esse motivo, como é que uma visita de cortesia gere tumultos e manifestações que obriguem à intervenção de forças da polícia, quando, ao contrário, seria mister de um dirigente desse apelar para a calma.

O dirigente do MPLA considerou ainda que "Isaías Samakuva deveria apoiar as medidas que o Governo está a tomar e solidarizar-se com as populações atingidas por desastre natural e não deixar nas suas palavras mensagens subliminares passíveis de produzir actos de baderna que em nada concorrem para a pacificação dos espíritos e o desenvolvimento harmonioso da Nação".

Cerca de mil famílias residentes em zonas de risco, no bairro do Benfica, na Ilha do Cabo, em Luanda, foram retiradas no sábado passado para áreas mais seguras, devido às calemas que fustigaram a zona.

Estas famílias, maioritariamente provenientes das províncias do Bié, do Huambo e de Benguela, na condição de deslocadas, instalaram-se no local há mais de dez anos.

### **7.4 Vida ao relento**

*Novo Jornal 1 de Maio de 2009*

CHOVE NO ZANGO. Desde que aqui chegaram os moradores do bairro Benfica, na semana passada, já três chuvas torrenciais caíram. E quando chove, a maior parte dos que já têm tendas abandonam-nas, completamente inundadas. Aos que ainda não as têm não resta mais nada senão assistir ao banho que a água da chuva dá aos seus parques haveres, cobertos com sacos e lonas que não resistem à impetuosidade das águas.

É o caso de Edna Valdemira. Grávida, dorme ao relento desde que chegou ao Zango, no domingo dia 19 e não esconde a tristeza e descontentamento que lhe vão na alma. "Quando chove", conta-nos, "escondo-me na tenda do vizinho", uma das poucas que consegue resistir às chuvas. Ainda assim, diz, as suas "coisas apanham mesmo água." Na primeira noite em que choveu, ficou encharcada dos pés à cabeça. "Dormi no colchão húmido e sem me cobrir, porque toda a roupa se molhou. Apanhei febres mas já estou a melhorar", conta.

Já Sérgio António, um dos jovens alvejados durante os protestos da madrugada de sexta-feira (ver caixa), não tem a mesma sorte. "A minha tenda está numa zona baixa, por isso é que inunda sempre que chove", esclarece, enquanto aponta para uma pequena vala que construiu para desviar o curso das águas.

Quem também ainda se encontra ao relento é Catarina Manuel, a viver no Zango "desde o dia 20, às 4:35", como contou. Aos 45 anos de idade, mãe de quatro filhos, Catarina protesta contra os métodos de distribuição das tendas e apela às autoridades a atenderem à população para que se evitem mais incidentes. "Estamos aqui há mais de uma semana, mas quem recebe tenda são os últimos a chegar. É bom que evitem isso porque as pessoas estão muito aborrecidas", alerta, e conta a desilusão que teve ao saber que a escola onde estudavam os filhos foi também demolida. "Eu deixei os meus filhos na casa de uns amigos para eles poderem ir às aulas, mas infelizmente a escola também foi afectada", lamentou, apontando para um conjunto de carteiras cobertas por lona azul claro. "As carteiras são aquelas", disse, resignada.

Aproveitando a presença da reportagem do NJ no local, atentamente seguida pelos polícias armados que rondavam a zona, Maria Isabel apresentou-se e pormenorizadamente contou-nos sobre a sua chegada. Para esta mãe de seis filhos, que viviam em companhia de um sobrinho, nada mais importa senão uma tenda igual à que os outros já receberam. "As mobílias todas estão a estragar-se aqui fora com a chuva", lamenta e questiona-se: "se na Ilha eles fizeram uma relação nominal e enumeraram as casas e número de pessoas por família, onde é que andam estas listas?"

"Pelo que se sabe, todas elas desapareceram", lançou um outro morador. Segundo o mesmo, a cada dia que passa faz-se uma lista nova, mas no dia seguinte faz-se logo outra. "Há muito cambalacho por aqui", protesta. "Estamos a ser abandonados", acrescenta Maria, que se levanta às cinco da manhã para tomar banho, uma vez que a maioria das casas de banho existentes no local estão entupidas, o que cria filas enormes nas que ainda são utilizáveis.

#### BEBER PARA ESQUECER AS "MALAMBAS"

As tendas espalhadas pelo vasto descampado dão ao Zango a imagem de um acampamento. As pessoas, muitas delas conformadas, outras silenciosas, e outras ainda silenciadas, passam o dia à porta das tendas esperando por uma novidade. Sentado em cadeiras brancas de plástico a beber, um grupo de jovens lançou: "Já não temos mais nada a fazer senão beber com força. Vamos fazer como se não temos nem trabalho nem escola para nos ocupar?"

De repente surge uma carrinha de marca DINA, de onde descem homens transportando sacos de feijão, arroz, fuba de milho e caixas de óleo vegetal. "Estão a improvisar-nos com feijão que não coze", murmurou Edna Valdemira, de quem soubemos que a cada família era distribuído um quilo de arroz e um de feijão. O litro de óleo era repartido por duas famílias.

## **7.5 Autóctones desalojados da Ilha protestam**

*Folha 8 2 de Maio de 2009*

A maioria dos autóctones forçados, mais por interesses mobiliários do que de segurança, face às calemas, decidiu-se a mostrar a sua indignação e revolta, por, ao chegarem ao local deserto onde iriam ficar, muitos não terem sequer uma tenda para se abrigarem da chuva e frio.

O terreno estava deserto, não havia água, nem uma alimentação para dar a quem estava a deixar tudo, na

antiga moradia, erguida com a cumplicidade das mesmas autoridades que agora baixaram o martelo demolidor.

"Estes dirigentes não têm coração, são piores que os colonos brancos, pois nem parecem negros e angolanos, para nos tratar como bichos", disse ao F8, revoltado, Jesualdo Frederico, para quem "os culpados fomos nós que votamos no MPLA, acreditando que poderia fazer melhor, afinal eles são piores que todos os outros juntos. Estão a mostrar que são o próprio inferno". A maioria revoltada, apenas quis mostrar a sua indignação por encontrarem um local deplorável, "pois se ainda não tinham condições deveriam deixar-nos nas nossas casas.

Eles esquecem-se de que esta forma de tratamento a que nos estão a habituar poderá inverter-se e verão o que é a vida de cão que nos estão a dar", afirmou Manuel Gregório, que diz nunca ter estado a sua casa em perigo, "pois eu vivia numa vivenda de um piso e estava bem distante da praia, mas como um dos filhos do Presidente, segundo nos disseram, quer implantar lá um projecto, fomos condenados a esta morte lenta e desumana. O senhor pode escrever: nunca, nunca, mas nunca mais eu e a minha família, vamos votar no MPLA".

Foi este sentimento de revolta que muitos se decidiram a chamar a atenção sobre o seu drama e decidiram-se a cortar uma estrada com a queimada de pneus, pois aqui houve um agente provocador, no caso o Governo da Província de Luanda, que não corou de criar condições mínimas, levado a que os cidadãos reagissem daquela forma.

A Polícia, quando chamada ao local e após controlar a situação, prendeu cerca de 22 pessoas, das quais 10 mulheres, com as respectivas crianças, que ficaram em condições deploráveis. "Esta é uma clara violação dos Direitos Humanos e dos tratados de que este governo é subscritor", disse ao F8 David Mendes, advogado dos desabrigados da Ilha.

No dia 30 de Abril, depois de anormalidades, na instrução do processo, na esquadra de Viana, 11 cidadãos foram libertos, sendo oito mulheres com filhos e 3 homens. Uma outra senhora, que tinha o filho doente, não lhe foi concedida a liberdade provisória, mas como a criança ficou internada no Hospital Maria Pia, ficou na unidade hospitalar, mas em regime de detenção.

"A mim, custa-me acreditar no carácter destes dirigentes, como podem ter chegado a este ponto de

tratarem tão mal o seu povo. Um tratamento que eles nem dão aos seus cães, pois a quem até lhes dê bife", lamenta David Mendes.

O advogado de defesa diz haver necessidade de uma clara imparcialidade do Tribunal, na quantificação dos danos causados pelas partes, porquanto se "os meus constituintes são acusados de terem destruído viaturas e residência do MPLA, também tem de se ter em conta os dois feridos, por disparo de armas de fogo que atingiram dois populares, segundo os familiares das vítimas".

O administrador municipal de Viana, Zeca Moreno, atribuiu os protestos a "indivíduos infiltrados" que alegadamente não fazem parte dos antigos moradores do bairro de Benfica da Ilha de Luanda, mas tentaram obter dividendos da situação.

"Houve cidadãos que nada têm a ver com este processo (de transferência de moradores) que se infiltraram no meio da população, com a ganância de obterem vantagens desonestas e provocaram alguma desordem no local, mas foram prontamente neutralizados pela Polícia e a situação já retomou a sua normalidade", salientou Zeca Moreno.

Segundo o administrador, a zona de Zango oferece melhores condições para a habitação, mas existem várias etapas a seguir até à construção e atribuição de casas aos novos moradores.

"Não há comparação possível em relação à situação que tinham na Ilha de Luanda que, além de estarem a viver em condição precária, e com todos os problemas que daí advinham, estavam também numa situação de risco, sujeitas a serem engolidas pela água do mar", afirmou Zeca Moreno. Estas afirmações foram desmentidas por a maioria dos moradores, "porque nem todos vivíamos mal e muitos tínhamos casa de construção definitiva e agora viemos para o relento, pois hoje, dia 29.04, ainda não tenho tenda, as casas de banho não chegam e ninguém nos diz como fica a escola dos nossos filhos, que era na Ilha. É triste a nossa situação, mas acredito que esses senhores são o diabo e só temos de rezar para passarem rápido os quatro anos e tirarmos esses senhores do poder, não para virem para as tendas, mas para o povo lhes tratar melhor do que nos fazem", afirmou ao F8 Francisco José.

## **7.6 Mais quinhentas famílias mudam, de vida**

*Semanário factual 01 a 08 de Maio 2009*

Duas mil e 600 pessoas, totalizando quinhentas

famílias, que moraram na antiga grande lixeira do Golfe II, por detrás do projecto Nova Vida, foram transferidas para a região de Calumbo, no município de Viana, no âmbito de um programa da Associação de Profissionais e Amigos de Combate à Pobreza (APACP).

Para o efeito, a APACP tem em curso desde 2002 um projecto auto-denominado "comunidade piloto força de vontade" (CPFV), que recebeu do Programa de Realojamento das Populações, do Governo Central, um espaço de terreno de 20 hectares em Calumbo.

Em conversa tida esta semana com o Administrador do Projecto, Jacinto Mateus Cahango, o semanário Factual soube que a APACP uma organização não-governamental, tem como um dos principais objectivos é o resgate da dignidade humana de compatriotas que vivem em situação de extrema pobreza.

Um breve historial sobre a iniciativa da organização da sociedade civil, Jacinto Cahango recordou "que a partir do ano de 2002 a associação iniciou um trabalho de enquadramento da comunidade bastante carente que vivia dispersa e perdida na grande lixeira do Golfe II, no município de Kilamba Kiaxi".

A iniciativa foi impulsionada pela cidadã Deolinda Bebian de Almeida, quadro do Ministério angolano das Relações Exteriores.

"Esta comunidade era constituída em grande parte por pessoas jovens em estado de drogados e embriagados, por isso mesmo muitos deles considerados meliantes de alto risco. A eles se juntavam pessoas idosas, mães e crianças débeis, doentes mentais e suficientes físicos, todos vivendo no lixo e do lixo", lembrou.

A fonte descreveu que "era gente completamente abandonada por todos e de tudo, a maior parte sem documentação nenhuma, que conhecia pouco ou nada de civismo, abundando entre eles a lei do mais forte".

Na altura, acrescentou:

Essa gente nada pouco ou nada tinha, vivendo de restos de comida de restaurantes da cidade de Luanda que iam parar à lixeira. Com os poucos recursos financeiros que obtinham da venda de latas e de garrafas, compravam o que era possível para a subsistência".

Com o passar do tempo e depois de muito trabalho de sensibilização, a comunidade ganhou a confiança da associação, que conseguiu finalmente identificar e seleccionar algumas centenas de famílias que viviam nesta lixeira, por mudança comprovada de

comportamento.

O agente social realçou que a transferência da população da Lixeira para o quilómetro 40, na comuna do calungo, iniciou em finais de 2005.

As famílias com o apoio APACV organizaram-se numa comunidade que se auto denominou “Comunidade piloto Força de Vontade”

A missão principal da CPFV é tornar-se numa comunidade coesa, responsável e virada para o auto desenvolvimento sustentável dos seus membros.

Jacinto Cahango apontou que a sua organização tem trabalhado com a comunidade em três vertentes designadas A, E e T (AET).

A primeira vertente A (água) tem a haver com o fornecimento do precioso liquido á comunidade neste momento ela consome, por enquanto, o produto via camiões cisternas, três vezes por semana, graças a um apoio do gabinete da primeira dama da república, Ana Paula dos Santos.

Entretanto estão em curso negociações entre a APACP, a EPAL e o Programa de realojamento das populações para a canalização da água a partir do Zango IV, para a comunidade que dista a 500 metros, esclareceu.

## **7.7 Métodos de realojamento das populações embaraçam governo**

*O Independente 16 de Maio de 2009*

O Governo deu a mão à palmatória esta semana ao reconhecer "timidamente" os erros que comete no processo de realojamento de famílias visadas por projectos de investimentos públicos, sobretudo em Luanda.

A Comissão Permanente do Conselho de Ministro, no comunicado de imprensa saído da reunião desta quarta-feira, resumiu de forma lacónica num único parágrafo que é preciso intensificar o programa de construção de habitação para o realojamento.

O Executivo decidiu reunir o órgão restrito do Conselho de Ministros para reconhecer que existem constrangimentos no processo de realojamento das populações.

«O que mais sobressai» entre os embaraços «é o problema do realojamento», segundo a posição da Comissão Permanente do Conselho de Ministros.

Os tumultos que se levantaram no Zango, em consequência do desalojamento de famílias do bairro Benfica na Ilha de Luanda de nada agradaram a super-estrutura.

Questiona-se quem terá precipitado o desalojamento, inicialmente previsto apenas para Dezembro, altura em que começam as obras de melhoramento da avenida Mortala Mohamed.

O Governo Provincial de Luanda terá aproveitado as consequências das calemas naquele bairro como argumento para desocupar já a área caracterizada pelo projecto de recuperação da principal avenida da Ilha do Cabo.

Construir primeiro e depois desalojar em nome do supremo «interesse público», no âmbito do seu privilégio de execução prévia, pode ser o mecanismo administrativo a ser retomado em breve pelo Estado.

O projecto começou em Luanda, com o Zango, construído para acolher as pessoas que viviam em condições perigosas nas barrocas da Boavista. Prosseguiu com o bairro Sapú II, que acolheu desalojados do bairro da Congeral, arredores da Fortaleza de S. Miguel na baixa de Luanda.

Entretanto, o Governo terá revelado que descuidou nos últimos anos o seu programa de construção de habitações para realojar famílias que são retiradas de zonas de risco.

O órgão de cúpula do aparelho do Estado concluiu esta semana que o programa inaugurado pelo Presidente da República sofreu «constrangimentos», sem, no entanto, esclarecer de que tipo se trata.

Os moradores do Benfica, na Ilha de Luanda, juntam-se aos da Samba, que viram as suas casas incluídas no perímetro de construção das valas de drenagem e que rejeitam abandonar o local para serem acomodados num dos Zangos. A qualidade das casas irritou os visados pelas demolições, que preferem tudo, menos viver em casas pouco dignas.

Em situação idêntica estão os moradores do bairro da Kinanga que, licenciados pela fiscalização das administrações municipais da Ingombota e comunal da Kinanga, construíram perigosamente sobre entulhos de areia na parte costeira classificada para edificação da marginal sul de Luanda.

Os desalojamentos e a falta de infra-estruturas básicas no local de realojamento têm elevado, em Luanda, o tom de críticas à actuação do Governo, dividindo a população sobre os fins visados pela Administração no

tratamento dos cidadãos.

## **7.8 Limpeza de terrenos começa em Junho**

*Jornal de Angola 22 de Maio de 2009*

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, anunciou para o próximo mês o início dos trabalhos de desmatação e limpeza dos terrenos, para permitir o loteamento e posterior entrega dos lotes urbanizados à população e empresas construtoras, no âmbito do programa de fomento habitacional no país. José Ferreira fez o anúncio no final da primeira reunião da Comissão Nacional do Programa Habitacional, dirigida pelo seu coordenador, o Primeiro-Ministro, António Paulo Kassoma, na Cidade Alta.

A comissão pretende, em Junho, fornecer à Comunicação Social "cartilhas" contendo informações sobre as áreas fundiárias, os critérios e a forma como os terrenos vão ser distribuídos aos cidadãos e empresas construtoras. O ministro do Urbanismo e Habitação garantiu ainda que em Junho são concluídas as conferências provinciais do sector, altura em que devem, também, ser aprovados os planos de urbanização das áreas fundiárias.

O encontro de ontem abordou a questão dos projectos privados, no domínio da habitação, que, segundo o ministro, carecem de uma análise técnica. O ministro acrescentou que o objectivo é enquadrar essas empresas ou empresários no Programa Nacional da Habitação.

"Abraçamos as propostas que recebemos do sector privado, estamos a proceder à sua análise e procuramos definir os tectos com os quais eles devem participar com o Governo" afirmou José Ferreira, para quem ainda em Junho estão programadas visitas a entidades que vão participar com o Governo no programa habitacional.

O registo das áreas fundiárias e os passos que devem ser dados para o registo dos imóveis abrangidos no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação também mereceram atenção na reunião de ontem. O ministro do Urbanismo e Habitação, considerou positivo o primeiro mês de trabalho da comissão.

## **7.9 Donas do Zango também reclamam**

*O país 8 De Maio de 2009*

Um grupo de aproximadamente vinte famílias, que se apresentaram como antigos proprietários das lavras

onde estão sendo erguidas as residências na zona do Zango, aguardam até ao momento que o Estado lhes entregue casas no referido projecto.

Conhecidas como "senhoras das lavras", elas habitam há vários anos no local, depois de terem abandonado a província de origem o Kwanza-Norte, à procura de melhores condições de vida, por causa da guerra. Actualmente vivem em tendas de sacos plásticos e papelão, em condições de extrema precariedade. Quando chove, abrigam-se debaixo das árvores e chegam a perder os seus haveres.

Estamos à espera das residências prometidas há mais de quatro anos, altura em que fizeram os registos e nos deram as fichas para recebermos as casas", disse a O PAÍS Domingas Sumbo, uma camponesa que vive no local desde 1999.

Segundo ela, na altura disseram-lhes que ocupariam as primeiras residências construídas no Zango, mas depois do início das obras, foram esquecidas. A camponesa lembra que as pessoas que fizeram as promessas "hoje fingem que nem existimos"

Durante as conversações com os anteriores responsáveis do município de Viana, onde se recordam apenas do Chefe Kárias, da fiscalização, as senhoras foram coagidas a limparem as suas lavras em troca das casas para habitarem.

As lavras são as fontes de subsistência destes populares. Muitos desistiram de esperar pela promessa e mudaram-se para outras áreas. Outros permanecem no mesmo sítio por falta de alternativa, esperançosos de que o compromisso seja efectivado.

"As casas que nos prometeram deram às pessoas que vieram de Luanda. Disseram - nos que elas se encontravam em péssimas condições de habitabilidade. Será que estar na miséria e viver em cabanas de papelão significa estar bem?", questionou Zé Ngualo, que sofreu uma trombose há alguns anos.

Os populares salientaram que as indemnizações fornecidas pelos responsáveis do Projecto Habitacional Zango pelas terras onde faziam o cultivo e criação dos animais não ajudaram em nada. Segundo eles, os valores foram irrisórios e foram estabelecidos de forma aleatória porque não havia um preço estipulado para cada metro quadrado.

Alguns anos depois, Zé Ngualo, que tem os impostos pagos e alvará comercial, reclama pelo facto de lhe terem sido pagos seis mil dólares pelos três hectares de

terras, onde praticava a agricultura e era a fonte de sustento para si e sua família.

Por sua vez, Domingas Sumbo foi indemnizada com mil dólares pelos 15 mil metros quadrado de terra que possuía, enquanto Manuel, que tinha 10 mil metros quadrados, recebeu 1500 dólares. "Eles obrigaram-nos a tratar os documentos de concessão de terra, mas não temos onde, nem como conseguir o dinheiro para isso", lamentou a lavradora.

## **7.10 Demolições à vista no Bairro Tchihoco**

*Agora 9 de Maio de 2009*

Vinte e quatro residências foram demolidas no troço Avenida do Aeroporto/Novo Estádio, na sequência do programa de alargamento e asfaltagem da estrada que passa pelo interior do Bairro Tchihoco.

A denúncia foi feita pelos moradores visados que acusam o governo local de forçá-los a abandonarem o local e seguirem para a zona do Mutundo, com vista a possibilitar as operações de demolições.

Os moradores consideram tal medida anti-governamental em virtude de não existir alguém com condições para erguer uma moradia em oito dias.

Por seu turno, a administração municipal do Lubango, encarregue da mobilização e negociação com as comunidades daquele bairro, alega que o governo nunca mandou alguém ir residir para a zona do Mutundo.

Rui Moçambique, negociador do governo, disse que o executivo teria negociado com todos os visados para receberem os seus valores, na base de uma tabela fornecida pelo Ministério das Obras Públicas (Minopu).

Aquele responsável esclareceu ainda que a tabela fornecida pelo Minopu estipula que para uma casa de adobo sem acabamento o Estado indemniza apenas 100 dólares por metro quadrado, enquanto que a cimentada e rebocada chega ao dobro.

Quanto às construções definitivas, segundo Rui Moçambique, o Estado indemniza até ao tecto máximo 400 dólares por metro quadrado. Entretanto, outras indemnizações deverão ocorrer no troço Cidade / Aeroporto da Mukanka.

Na Avenida do Aeroporto, a partir da zona do caminho-de-ferro, dezenas de residências já se encontram assinaladas, para que tão logo se criem as condições as mesmas sejam igualmente demolidas.

O facto terá a ver com a ampliação ou construção da via expressa entre a cidade e o aeroporto, no âmbito de um conjunto de projectos que visam conferir nova imagem e melhores condições de transitabilidade à cidade, tendo em vista o CAN de futebol.

Nesta empreitada algumas residências das principais avenidas já estão a beneficiar de obras de reparação e pintura na parte frontal.

Curiosamente, o director provincial das Obras Públicas, Rosário Imapanzo, saiu recentemente a público, dizendo que o governo estava a mobilizar recursos financeiros para indemnizar as pessoas que serão demolidas as suas residências, quando faltam apenas poucos meses para a realização do CAN de 2010.

De salientar que o processo de indemnização às pessoas visadas nestes projectos de interesse público se tem recheado de vícios e irregularidades. No ano passado, cerca de 34 residências foram demolidas no espaço onde está a ser erguido o Estádio do CAN, mas as indemnizações não respeitaram os trâmites universalmente aceites.

Os moradores receberam valores correspondentes às paredes, mas os terrenos prometidos o governo não os entregou. Cada um teve de fazer das tripas o coração para acomodar os seus familiares, urna vez que os valores entregues não chegaram para comprar novos terrenos.

As exumações no cemitério, que seria transferido para a zona da Arimba, arredores do Lubango, não se fizeram. O empreiteiro chinês entendeu vedá-lo no interior do estádio que se encontra em avançada da de execução.

## **7.11 Terrenos para construção de casas foram já demarcados no Bengo**

*Jornal de Angola 13 de Maio de 2009*

O Governo Provincial do Bengo identificou quatro reservas fundiárias, aprovadas pelo Conselho de Ministros, para executar o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, revelou, ontem, na cidade de Caxito, o director provincial do Urbanismo e Ambiente, Álvaro Pedro David, no final da reunião da Comissão Provincial para a Implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

As reservas da província do Bengo estão repartidas por quatro espaços para fins habitacionais. Álvaro David disse que as reservas estão localizadas na comuna da

Barra do Dande, Caxito, Ambriz e Catete. Frisou que esses espaços são necessários para habitação, mas é preciso desenvolver planos de urbanização para a construção de casas de alta e média renda, dando sempre prioridade à habitação social.

Álvaro David disse que o Governo, através do Ministério do Urbanismo e Ambiente, tem um programa ambicioso, consubstanciado na planificação das reservas fundiárias, que incluem loteamentos para a auto-construção dirigida.

Há outro programa mais abrangente, que contempla a requalificação das zonas precárias e o loteamento de espaços para a construção de aldeias rurais com um total de 50 casas cada uma, incluindo infra-estruturas básicas, nomeadamente uma zona comercial, um centro de saúde, escola, mercado, campo de futebol e uma unidade policial.

Cada município deve apresentar à Direcção Provincial do Urbanismo áreas superiores a 100 hectares que são submetidas à apreciação e aprovação pelos Ministérios do Urbanismo e Habitação e do Território. Durante a reunião da Comissão Provincial para a Implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, dirigida pelo governador provincial, Jorge Dombolo, os participantes aprovaram o regulamento interno de funcionamento da comissão, plano de actividades e o cronograma de reuniões.

A comissão, coordenada pelo governador provincial, Jorge Dombolo, integra ainda o vice-governador para a organização e serviços técnicos, os directores do Urbanismo e Habitação, Finanças, Interior, Comércio, Transportes, Ambiente, Obras Públicas e Energia e águas.

## **7.12 Da ilha turística ao inferno**

*Terra angolana 01 a 15 de Maio de 2009*

Terra Angolana visitou o Zango e vil quão cruel é a vida dos despojados da Ilha em nome de uma requalificação que peca por não ter em consideração o factor humano. Aos 59 anos Donana Kuvala natural do Bié vivia na ilha há 25 anos. Ela faz parte das pessoas que perderam tudo. S( me resta a vida, disse a idosa que tem a seu cargo o sustento dos netos que neste momento estão a passar fome e a perder as aulas.

Tal como a velha Dona está Domingos Paulo Kahama um ex-militar da FAPLA que lamentou o facto do governo fazer pouco pelos desalojados: " Dizem que validada dar tendas, mas vemos indumento duos a venderem a 7 500 kwanzas aquilo que seria gratuito".

Kahama denunciou igualmente que com o degradar das condições básicas as mínimas estão a em envolver-se na prostituição e que a polícia pouco ou nada faz para impedir que o Zango se transforme num prosa bulo.

Austilina Patrícia ou simplesmente dona Ana queixasse de actos violentos praticados pela polícia a preto to de impedir manifestações. " Eles agora confundem tudo e batem mais nos inocentes do que nos verdadeiros insurrectos. Eu só por ter passado perto de um contingente fui espancada cruelmente que nem a criança que levava às costas foi poupada", disse.

O descontentamento popular é tal que na sexta-feira 24/4 os novos habitantes do Zango se insurgiram colocando barricadas nas estradas. Os Manifestantes queriam explicação para o abandono em que se encontram, mas em vez disso tiveram de enfrentar: o poder repressivo da polícia que não hesitou em disparar contra civis desarmados. Pelo menos duas pessoas ficam feridas, enquanto várias outras foram detidas.

O governo através de comando local da polícia atribuiu a ocorrência: Gente infiltrada moradores do Zango dizem que essa gente estranha está no Zango apenas porque os envolvidos 1 processo deram garantias I que receberão casas novas. Quem fez as inscrições, que deu as tendas aos infiltrados quem os mantém aqui nós.

Nós conhecemos os nossos vizinhos da ilha são essas pessoas que estão relento" disse Maria.

## **7.13 Terras entregues as comunidades locais**

*Novo Jornal 22 de Maio de 2009*

NA LOCALIDADE DA HUPA estão a ser entregues terras às comunidades locais. O processo, que conta com o apoio do Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), está a despertar o interesse de comunidades vizinhas que também querem ver legitimado o seu quinhão.

O fim da guerra há sete anos trouxe consigo a libertação de várias centenas de milhares de hectares de terras pelo país, que ontem abandonadas por força do ribombar das armas, hoje se tornaram alvo da cobiça dos homens do capital, geralmente bem posicionados na sociedade.

A aquisição de terras nas zonas rurais por si só não constitui problema algum, desde que as mesmas sejam devidamente exploradas e contribuam para o desenvolvimento local e quiçá até regional. O problema põe-se quando quem ocupa a terra ignora a existência



dos nativos, ou seja, daqueles que sendo residentes da região, consequentemente, proprietários naturais conforme reza a Lei das terras, se vêm impotentes para fazer frente a quem aparece com poder económico e até em condições de ditar as regras do jogo.

É pensando nesta situação que algumas organizações não governamentais se têm batido pela protecção de algumas franjas da sociedade. É o caso da Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário (OCADEC) que há nove anos trabalha na advocacia social em prol de famílias da tribo San, no sul de Angola.

Na localidade da Rupa, comuna da Tchikwakeya, município da Cacula, cerca de 600 a 700 hectares de terras estão em vias de serem tituladas em benefício da comunidade local, maioritariamente composta por Sans e alguns membros da etnia Bantu. O processo foi iniciado em finais de 2008 e despoletou igual interesse nas comunidades vizinhas.

O trabalho de delimitação, que envolveu a colocação de marcos, está concluído, aguardando-se para os próximos dias a entrega à comunidade do respectivo título de reconhecimento, documento mediante o qual os utentes saberão definir as suas zonas de jurisdição e por esta via se protegerem de eventuais invasões estranhas. Trabalho idêntico teve lugar em 2005 na localidade do Rombo, município de Quipungo, onde foram delimitados mil 389 hectares e passado o respectivo título de reconhecimento em prol de 32 famílias.

A delimitação de terras no sul de Angola e na Huíla, em particular, está a ser feita à base da experiência de Moçambique e começou, passados nove anos, com uma formação promovida pelo FAO que beneficiou técnicos do ordenamento rural da Direcção Provincial da Agricultura e representantes de organizações não governamentais que trabalham na vertente de terra.

Desde o início do trabalho de delimitação, de acordo com uma fonte do Departamento de Ordenamento Rural da Direcção Provincial da Agricultura, cerca de 15 comunidades na província já beneficiaram de tal processo, com maior incidência nos municípios de Caluquembe, Caconda, Chicomba, Chipindo, Chipungo e Humpata.

Com excepção da circunscrição da Humpata, no oeste da província, os demais municípios, na sua maioria do norte da HU11a, têm contado nesta acção com o apoio da FAO, organismo da ONU que sem tem mostrado bastante interventivo no processo de delimitação de

terras. "Não é fácil trabalhar na delimitação", disse uma fonte do Departamento de Ordenamento Rural da Agricultura que adiantou tratar-se de um trabalho que requer não apenas recursos humanos e disponibilidade de tempo, mas também meios financeiros. Segundo a mesma fonte a última delimitação ocorrida na Hupa, município da Cacula, espreitou o interesse das comunidades vizinhas que manifestaram o desejo de efectuar a mesma operação nas suas zonas. Acção que, de acordo com a fonte, precisa de mais atenção de quem de direito.

No processo de colocação dos marcos para a delimitação das fronteiras participam técnicos do Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA) e do ordenamento rural do Ministério da Agricultura e membros das comunidades beneficiárias e vizinhas.

## **7.14 Guerra de terras em Calumbo**

*Folha 8 23 de Maio de 2009*

Situação de distribuição de terras continua a ser um dilema no seio das comunidades, tanto na capital do país, quanto no interior. Em Calumbo, município de Viana, Luanda, está a povoação da Kassaka, nas proximidades das belas margens do rio Kwanza, onde habitam mais de 600 famílias, maioritariamente camponeses vindos do Leste e Centro do país, em busca de melhores condições de segurança, durante a época de guerra.

Esta pequena povoação, encrostada numa elevação que dá ao rio, está a ser fortemente cobiçada por um grupo de empresários que, sob pretexto de serem mandatários do cidadão Fernando da Piedade (Nandó), actual presidente da Assembleia Nacional, pretendem retirá-los para um lugar incerto, o que está a inquietar a população que já vive as piores agruras da vida, caracterizada pela falta de emprego, pobreza e outras condições vitais de que um cidadão precisa.

Os alegados ou intrusos empresários aproveitam-se da personalidade de Nandó, por possuir, nas mesmas imediações, uma quinta onde estão em criação plantações de espécies diversas e animais, há mais de dez anos, altura em que lhe tinha sido cedido um espaço por Francisco Afonso Neto (Chico Afonso), um agricultor da região e possessor de 24hectares.

Francisco Neto, ancião de 78 anos, nascido nesta mesma localidade, em declarações prestadas recentemente a este jornal, mostrou-se preocupado com a presença constante de indivíduos que dizem ser enviados de Nandó para negociar uma parcela de terra,

que diz ser sua propriedade, herdada dos seus ancestrais, mas, por motivos de guerra, deixou de cultivar uma parte dela e cedeu a deslocados, para que erguessem as suas habitações, provisoriamente.

"Nasci cá e este terreno é meu. Depois das eleições de 1992, houve guerra por motivos que todos conhecemos. E em função disso, aqui nas redondezas havia pessoas deslocadas do Moxico, das Lundas, do Bié e Huambo.

Como alguns dormiam ao relento, perto da quinta do senhor Nandó, convidei-os a construir provisoriamente no meu terreno, até que algum dia arranjassem os seus espaços, agradeceram o gesto e cá vieram", disse inicialmente.

Segundo o "velho", além de ser o proprietário do terreno, detém, igualmente, um título de exploração de terras, há 28, cedido gentilmente pelo Ministério da Agricultura, depois de reunir todos os requisitos que dão direito à exploração do espaço.

Dos seus 24 hectares, cedeu 10 a Nandó para explorar a título provisório, num acordo de cavalheiro, como ele disse, mas, pela sua surpresa, actualmente aparecem sempre cidadãos que pretendem negociar à força o espaço que lhe resta, bem como outro onde está erguida a aldeia dos deslocados. Inconformado com as constantes inquietações, o homem resolveu contactar com Fernando da Piedade, de quem disse ser amigo de longa data, mas o "feed-back" tem estado a ser inviabilizado por pessoas próximas a Nandó, o que, segundo ele, tal barreira tem-lhe tirado o sono, porque não sabe o que fazer numa altura em que as pressões têm sido frequentes. No meio deste turbilhão, não aparecem as mesmas pessoas, mas diferentes, com o mesmo assunto, negociar.

Já lhe dei 10 hectares, agora pretende mais o resto para quê? Interroga-se Francisco Neto e mais adianta avança pormenores, argumentando que não se sabe ao certo se é mesmo Fernando da Piedade que pretende o outro terreno que ainda lhe resta, onde também as suas culturas e área de transumância do gado que possui, reiterando que a presença de supostos negociadores o levam a reflectir que estará à beira de "um conto de vigário".

E mais: caso a situação se mantiver, o velho não lhe restará nada senão envidar esforços para contactar, na sede do partido, "o camarada Presidente José Eduardo dos Santos, para resolver esta situação", porque as portas das instituições a que já bateu, tais como o Gabinete do Aproveitamento do Desenvolvimento do

Kikuxi (GADK), da Administração Municipal de Viana, Ministério da Agricultura e outros que não citou, onde não obteve o apoio necessário para a resolução do assunto. Durante a nossa estada nesta aldeia, cerca de hora e meia, o ambiente era desolador do rosto de muitas famílias, tal era a preocupação em não saber o seu próximo destino, ou seja, a incerteza tem criado muitas insónias para quem já possui um tecto, nem que não seja o ideal, mas o possível. É nesta senda que o coordenador do bairro, Armando Ferramenta, está com as mãos atadas, porque, se eventualmente forem enxotados do local, não tem a mínima onde vai morar.

O mais caricato é que o Fundo de Apoio Social (FAS) ergueu uma escola primária de raiz com quatro salas de aulas, onde os petizes estudam. "Caso se consuma a extinção da aldeia, não se sabe o que servirá a escola que tanto dinheiro custou aos cofres do Governo", deplorou Ti Chico Afonso, como é carinhosamente chamado pelos seus mais próximo, antigo preso político na cadeia de São Nicolau e oficial superior na reserva. Ele clama por uma intervenção de quem de direito.

## 8 SERVIÇOS BASICOS

### 8.1 150 Milhões de dólares para a água

*Agora 02 De Maio de 2009*

O prazo para se resolver definitivamente o problema do abastecimento de água a Luanda não está ainda definido. "O tempo é sempre em função do dinheiro. Se tivermos muito dinheiro podemos reduzir o tempo, aumentando a intensidade do trabalho. Teríamos de fazer chegar a água a um milhão e meio de pessoas, especialmente das zonas periféricas. Esse investimento é muito elevado e cota-se acima de 150 milhões de dólares". O dinheiro ainda não existe. "Mas está-se a procura-la de outras soluções mais baratas, através de chafarizes, da regulamentação de camiões cisternas, etc. Estamos a tentar levar água o mais longe possível ao menor custo", explica-nos o ministro da Energia e Águas.

Segundo João Saraiva, alguns projectos estão já em execução. A condução de distribuição da Vila da Mata, no Cazenga, servirá cerca de 5 mil habitantes e custou 500 mil dólares. Os projectos de reabilitação das estações elevatórias de Kifangondo do sistema SI (água bruta) e do sistema S2 (água bruta e água tratada), da Estação de Tratamento (ETA) de Kikuxi, encontram-se em fase de concurso internacional. A substituição parcial da condução adutora de Kikuxi - Viana ao longo de 3500 metros com DN 50 milímetros será executada pela empresa portuguesa Soares da Costa, que apresentou o mais completo caderno de encargos. A execução total destes empreendimentos permitirá servir cerca de 1.100.000 habitantes.

O seu custo total deve atingir os 8 milhões de dólares.

Concluídas essas obras de emergência começam os trabalhos da fase 2 que deverá ser concluída no ano 2000. Esta prevê o aumento da capacidade da ETA de Kikuxi em 50%, continuação da substituição das ligações domiciliárias nas zonas baixas, reabilitação das ligações domiciliárias nas outras zonas da rede e a continuação do aumento da extensão das redes primárias. As estimativas de investimento a serem feitos apontam para os 50 milhões de dólares nesta segunda etapa.

Nesta altura, o que está financiada é a reparação dos filtros.

"São projectos financiados pelo Banco Mundial (BM) e o objectivo é o de melhorar a qualidade. Mas para mais pessoas beneficiarem tem de se fazer a expansão da rede de distribuição que é outro assunto que está a ser tratado de outra forma". A resolução do problema do abastecimento de água à

Luanda engloba diferentes vertentes. "Por um lado é pôr o que existe em funcionamento, reabilitar a rede e aumentar a rede de distribuição. Isso levará tempo, levará muitos milhões de dólares", disse o ministro. A primeira listagem de obras de emergência designadas por "acções imediatas" no abastecimento de água data de finais de Maio de 1994.

O programa de abastecimento de água contou com cerca de um por cento do Orçamento Geral do Estado (OGE) executado nos anos de 1994-95 e o 0,2 em 1996. As tarefas de saneamento contaram com 0,1% em 94 e o 0,02% dois anos depois.

### 8.2 Electricidade de alta tensão em residências

*Folha 8 2 de Maio de 2009*

Luanda, a capital de Angola, continua a ser a cidade insegura para os seus milhões de habitantes, sobretudo os moradores da periferia, expostos a perigos mil que a ameaçam diariamente. De espantar que, por mais fáceis que seja no que diz respeito à sua detenção, estes perigos se arrastam, anos e anos, sem merecer atenção de quem de direito. Muitas vezes, a morte desperta a necessidade de se mudar o quadro. Cabos eléctricos descarnados e buracos mortíferos na via públicas são alguns destes perigos.

Em Viana, o F8 constatou que centenas de populares construíram as suas casas a escassos metros de cabos de alta tensão. A referida realidade motiva interrogar quem, afinal, será culpado de um eventual acidente? Os populares que não deveriam aí construir ou os responsáveis pela distribuição de energia e outros que deveriam impedir que tal acontecesse.

Os a favor dos populares supostamente argumentarão que aí construíram por falta de oportunidades de fazer em locais mais seguros. Os apoiantes do governo poderão culpar o povo de persistentes, argumentando que nunca iriam acatar os conselhos ou orientações de não construírem nas referidas condições.

Entre estes e outros argumentos possíveis, pode acrescentar-se que, em zonas que interessam ao governo ou a de determinada figura do poder, a

persistência e teimosia popular não encontram espaços. Voltando ao cerne do artigo, a situação dos populares que vivem a escassos metros de cabos de transportação de energia de alta tensão vivem como se nada tivesse a acontecer, ignorando quão perigoso é viver debaixo dos referidos condutores de energia eléctrica.

A gravidade está longe de estar na possibilidade de determinada pessoa morrer electrocutada. É preciso lembrar que tais cabos são igualmente radioactivos, estando os populares sobrevoados pelos respectivos condutores de energia eléctrica, sujeitos a contraírem doenças melindrosas tais como o câncer.

Como é que o mal de tal calibre não se debela? É o que resta saber numa sociedade com bastante conhecedores de causa, responsáveis pelos organismos e instituições encarregue de velar pela integridade física das populações. Enganam-se os que pensam que apenas habitantes de Viana em que passam os condutores de energia originários das barragens que abastecem a capital vivem tais perigos na capital do país.

### **8.3 Distribuição de energia continua com falhas**

*Jornal de Angola 7 de Maio de 2009*

A energia eléctrica em Ndalatando continua com muitas falhas. Mesmo com os investimentos feitos nos últimos anos, os problemas continuam. Cada vez mais pessoas se queixam da qualidade do serviço.

O problema é que surgem todos os dias novas puxadas (às centenas) e os consumidores não pagam as contas. Os problemas de que se queixam os consumidores estão apenas relacionados com a distribuição de energia eléctrica, uma vez que a produção e o transporte são tidos como eficazes.

Jesus António, funcionário público, diz que a direcção da Energia devia fazer um pouco mais para acabar com as puxadas ilegais. Os cortes de energia são frequentes, principalmente no período nocturno. Os principais penalizados são os consumidores.

"Por exemplo, o Bairro Popular, onde vivo, parece ser o bairro mais azarado. Fazer cortes frequentemente", disse o estudante Marcos Assoli.

Devido às construções anárquicas, a periferia é a mais penalizada. No caso de avarias, mesmo simples, dificilmente os técnicos aparecem a tempo e horas. Os técnicos dizem que estão a nascer cantinas como cogumelos nos bairros e consomem muita energia, ilegalmente, que provoca sobrecargas.

O funcionário público Pedro Armindo diz que o problema reside no facto da cidade e os bairros de Ndalatando terem crescido desordenadamente e com isso "as falhas e restrições de energia aparecem". E para complicar ainda mais a situação, existem as "puxadas".

"Temos que louvar a qualidade do serviço e o esforço que a direcção de Energia tem feito, o problema é que há muito roubo de luz e os bairros estão a crescer de qualquer maneira", disse. Joaquina Vita aponta outro problema: "Muitos consumidores fogem ao pagamento do consumo, o que dificulta uma melhor prestação de serviço. Apelo à direcção de Energia para tomar as medidas necessárias para pôr cobro a essa situação. Os consumidores que pagam e não roubam a luz com puxadas estão a ser penalizados pelos outros. É preciso avançar com uma boa fiscalização", afirmou.

No bairro Sambizanga, de Ndalatando, o fornecimento de energia é muito irregular. "Não entendemos o porquê de algumas casa possuírem corrente e outras não, quando o PT do bairro ainda não foi instalado. Estamos sem corrente eléctrica há anos, sob pretexto da reparação da cabine de PT", disse um morador, insatisfeito.

Há gente que não conhece os benefícios da energia eléctrica há anos, Outros fazem recurso aos geradores. Outros fazem "puxadas", também conhecidas por "gatos". São dezenas de metros de fios que chegam a sair de um bairro para outro. Arão João Gaspar, de 54 anos, morador do bairro Camundai, nunca teve energia na casa dos seus pais e desde que arranjou a sua, há mais de 40 anos, também nunca viu uma lâmpada acesa na sua casa, nem na casa dos vizinhos.

"Só nos últimos tempos é que começámos a notar corrente no bairro, devido aos geradores. Nunca teve televisão nem outros meios que dependessem de corrente eléctrica. Por isso, peço que, como o PT já funciona no bairro, nos possam autorizar a puxar a corrente para que os nossos filhos não vivam como nós", solicitou.

As lojas de venda de geradores ganham com estas falhas de distribuição de energia. São lugares frequentados por pessoas com elevado poder de compra. Os geradores à venda no mercado têm a segurança e garantia de qualidade.

Nas lojas Socoamb, Casa Gil e Anjo-Choqui, por exemplo, encontrámos geradores de diversas marcas, a gasolina, com preços que chegam até aos 81.000 Kwanzas. Essas casas oferecem garantia de um mês e

prestam serviços de assistência técnica em caso de avaria.

## **8.4 Norsk Hydro explora Keve**

*Novo Jornal 8 de Maio de 2009*

A EMPRESA NORUEGUESA Norsk Hydro vai desenvolver um projecto integrado de produção de energia hidroeléctrica no país para assim tentar atenuar a "dor" dos angolanos que regularmente se vêem privados deste bem essencial.

Para a efectividade do projecto foram já realizados alguns estudos de viabilidade em rios angolanos com destaque para a bacia do Kwanza. Mas a aposta recaiu para o rio Keve onde o projecto poderá contribuir em larga escala para o desenvolvimento hidroeléctrico da bacia hidrográfica daquele curso de água.

A experiência da Norsk é tida como garantia de sucesso deste projecto energético inovador, segundo o vice-presidente para Estratégias de Negócios da empresa norueguesa Arvid Moss. "Estamos na área da produção de energia há mais de 100 anos e esperamos que Angola seja um bom parceiro", salientou. Razão que o leva a crer que "Angola está a fazer uma boa parceria".

Apesar de ser o primeiro projecto ligado à energia, os noruegueses já estão a olhar para as potencialidades que o país oferece, "já que tem excelentes bacias hídricas" que podem ser aproveitadas para produção de energia em grande escala e "até mesmo exportar" para alguns países vizinhos.

Da parte de Angola a ligação está estabelecida, e espera-se que este projecto possa contribuir para o desenvolvimento da indústria. "Este projecto vai permitir o desenvolvimento das indústrias electro-intensivas e a realização de estudos para investimentos na produção de energia eléctrica", destacou Manuela Viera Lopes ministra da Energia.

A aposta da Norsk Hydro não se vai resumir a energia, a empresa vai também apostar no segmento alumínio com a criação de uma fábrica no país. E "vai representar uma oportunidade de longo prazo para a Hydro além de representar um empurrão substancial para o desenvolvimento económico e social em Angola", afirmou a empresa norueguesa em comunicado divulgado na sua página electrónica.

A apresentação deste projecto foi feito em 2005 em Luanda e contemplava, para além de uma central hidroeléctrica e da fábrica de alumínio, linhas de transporte de energia eléctrica, bem como a avaliação

da disponibilidade de gás natural, mas só esta semana foi assinado o memorando com o Governo angolano, ficando por se saber o valor deste investimento.

## **8.5 Água da represa do Mucari no sistema de abastecimento**

*Jornal de Angola 9 De Maio de 2009*

O projecto de abastecimento de água às populações de Ndalatando e arredores, a partir da represa do rio Mucari, 17 quilómetros a Leste da cidade, com capacidade de jorrar 96 litros por segundo, está totalmente concluído.

Está completo o novo sistema de abastecimento de água, que incluiu a reabilitação de 7,5 quilómetros de tubagem em "PVC" e ferragem para educação de 9,3 quilómetros, para além da nova captação, conduta adutora e estação de tratamento. As obras custaram mais de dez milhões de dólares.

Nesta fase foi construído um reservatório de distribuição com capacidade de cinco mil metros cúbicos de água.

A segunda fase do projecto consiste na distribuição de água ao domicílio na cidade de Ndalatando e a construção de 96 fontanários nas zonas suburbanas. Esta empreitada vai custar 8,4 milhões de dólares.

De acordo com o chefe do Departamento de Água do Kwanza-Norte, Silvestre Zangui, os trabalhos da segunda fase já arrancaram e incluem a ligação de água a 1.600 casas, num total de 34 quilómetros de rede na cidade de Ndalatando e áreas suburbanas. Silvestre Zangui disse que nas regiões rurais mais distantes está a ser prestada uma atenção especial a várias localidades com o apoio das administrações municipais em parceria com a Direcção da Agricultura.

Em sete sectores está a ser desenvolvido o programa "Prodeca", com sistemas de abastecimento de água aos agricultores.

NO, âmbito do projecto do Governo "Água Para Todos", várias comunidades da província beneficiam já de água potável. Referiu que os bairros considerados mais críticos em termos de distribuição de água potável, no município do Cazengo, são abastecidos diariamente por camiões cisternas adquiridos pelo Governo da província.

Nas áreas onde o consumo de água potável é deficiente, está a ser distribuído hipoclorito de cálcio às famílias que ainda usam água das cacimbas.

## **8.6 Cólera em Luanda sem vítimas mortais**

*Jornal de Angola 13 de Maio de 2009*

O ministro da Saúde, José Van-Dúnem, disse, em Luanda, que, desde o início do ano, foram registados 631 casos de cólera em Angola, dos quais 31 na capital do país.

O ministro, que falava no acto de apresentação do diagnóstico da rede sanitária de Luanda, afirmou que apesar de ter chovido muito não foi registado nenhum caso de morte em Luanda.

O exercício de educação cívica nas comunidades, referiu o ministro, permitiu que as pessoas aprendessem a proteger-se da doença: Também fez com que muitas pessoas fossem às unidades sanitárias, sem correr risco de vida.

O ministro José Van-Dúnem disse que o objectivo do encontro foi concertar acções com o Governo Provincial de Luanda (GPL) para alcançar os melhores resultados nas intervenções realizadas pelo Ministério da Saúde para a revitalização das unidades sanitárias.

O Ministério da Saúde e o Governo Provincial de Luanda realizam acções em conjunto que visam a obtenção de bons resultados em matéria de prevenção e oferta de serviços de saúde, disse.

José Van-Dúnem explicou que o Ministério da Saúde vai monitorar as intervenções que visam melhorar os indicadores de mortalidade infantil e materna, que são elementos fundamentais para atingir os objectivos do Desenvolvimento do Milénio.

Estiveram presentes no encontro, realizado nas instalações do Governo Provincial de Luanda, a ministra da Família e Promoção da Mulher, Genoveva Lino, administradores municipais e directores provinciais.

## **8.7 Presidente da República cria Gabinete Técnico para avaliação das infra-estruturas de Ondjiva**

*Jornal de Angola 20 de Maio de 2009*

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, criou, ontem, um Gabinete Técnico para a avaliação das infra-estruturas da cidade de Ondjiva e a regulação da Bacia do Cuvelai.

Uma nota de imprensa dos Serviços de Apoio ao Presidente da República, distribuída em Luanda, refere a criação desta estrutura que visa atender à necessidade imperiosa de se prestar maior apoio à recuperação das infra-estruturas sociais, administrativas e económicas na província do Cunene, fortemente danificada pelas últimas chuvas.

A urgência da medida, refere o documento, prende-se com a necessidade de atender as populações desalojadas que estão a viver num estado deplorável e sem o mínimo de condições básicas para a sua sobrevivência.

O Gabinete Técnico é coordenado pelo vice-ministro do Planeamento, Carlos Alberto Lopes, e integra representantes dos Serviços de Apoio ao Presidente da República, do Gabinete do Primeiro-Ministro, dos Ministérios da Administração do Território, das Finanças, das Obras Públicas, do Urbanismo e Habitação, da Secretaria de Estado para as Águas, do Gabinete de Reconstrução Nacional, do governo da província do Cunene e das Ordens dos Engenheiros e dos Arquitectos de Angola.

O Gabinete Técnico deve realizar medidas para a reconstrução das infra-estruturas a curto e médio prazo e apresentar propostas de soluções para a regulação das principais linhas de água decorrentes da Bacia do Cuvelai, que servem de condutores principais das águas que provocam inundações na cidade de Ondjiva.

O comunicado compete ao órgão criar, igualmente, ferramentas que possibilitem uma maior coesão e integração na recolha de dados susceptíveis de permitir

a alteração do actual quadro socio-económico da província do Cunene.

Para a avaliação das infra-estruturas da cidade de Ondjiva e regulação da Bacia do Cuvelai, o Gabinete Técnico deve ter orçamento próprio e pode, para melhor desempenho das suas funções, contratar consultores nacionais ou estrangeiros, devendo submeter ao chefe do Governo o resultado da primeira avaliação técnica e o cronograma de acções no prazo de trinta dias.

## **8.8 Novo sistema de captação garante água de qualidade**

*Jornal de Angola 20 de Maio de 2009*

Um projecto estimado em 36 milhões de dólares, financiado pelo Banco Africano do Desenvolvimento, vai até final do corrente ano ser executado na cidade do

Sumbe, capital da Província do Kwanza-Sul, no sector das águas, com vista a melhorar o abastecimento de água potável as populações.

O Secretário de Estado das Aguas, Luís Filipe da Silva, anunciou o projecto no termo de uma visita ao Sumbe, que o levou também às cidades da Gabela e de Porto Amboim, onde se inteirou do funcionamento do sistema de captação, tratamento e abastecimento de água potável às comunidades locais e visitou as infra-estruturas ligadas ao sector.

Luís Filipe da Silva disse que a província do Kwanza-Sul" consta da lista de intervenção imediata para este ano, que abrange também a cidade do Waku Kungo e a vila de Mussende. Está em curso um plano director que consiste na elaboração de planos de viabilidade técnica para reabilitação e expansão do sistema de melhoria e capacidade de tratamento de água.

O Secretário de Estado das Aguas afirmou que, para Porto Amboim está ser elaborado um plano director e há perspectivas muito boas de desenvolvimento, por existirem indústrias ligadas à construção naval, incremento da actividade portuária e projectos habitacionais que necessitaram de muita água.

Apontou a insuficiência do abastecimento de água às populações como sendo uma situação preocupante e anunciou que é urgente intervir no sistema de captação, tratamento e distribuição de água, através da melhoria da conduta o rio Keve, a reabilitação dos reservatórios existentes e a colocação de mais chafarizes nos bairros periféricos do Sumbe.

Luís Filipe da Silva disse que com estes projectos a população tem acesso a água potável nos centros urbanos, suburbanos e nas áreas rurais.

O administrador do município do Sumbe, Sebastião Neto "Makandumba", ficou satisfeito com a execução do projecto na cidade capital provincial porque vai permitir que os munícipes consumam água com qualidade captada no rio Cambongo.

Enquanto permaneceu no Sumbe, Luís Filipe da Silva recebeu informações do governador da província, Serafim do Prado, sobre o estado actual do abastecimento da água à população e os planos em curso para a sua melhoria.

## **8.9 Água para todos chega ao Zaire**

*Jornal de Angola 21 de Maio de 2009*

O programa "água para todos", levado a cabo pelo Governo central em todo país, é já uma realidade na província do Zaire. As comunas de Mangue Grande, Kelo e Luvaka, municípios do Soyo e Kuimba, respectivamente, bem como a sede municipal do Tomboco, beneficiam do projecto desde Janeiro do presente ano, segundo 9 director provincial de Energia e Aguas, José Antunes Amaro Silva.

O responsável, que falava à imprensa local, avançou que no âmbito do referido programa, foram de igual modo abertos nove furos nas Aldeias do Nkoko, Sumpi, Madimba, Kivumbi, Mukula, Casa da Telha, Kaia, e dois na sede municipal do Tomboco, que estão a garantir o abastecimento de água às populações ali residentes.

José Luís Silva acrescentou ainda que outro município também contemplado é o do Nzeto, onde a sua direcção instalou no passado dia 9 do corrente uma estação contentorizada de abastecimento de água potável aos munícipes.

"Estamos neste momento engajados em acções de perfuração para que, em pouco tempo, muitas famílias tenham acesso a água potável", disse.

O director provincial da Energia e Águas do Zaire esclareceu que a nível da região os lençóis freáticos, camada onde é localizada a água no subsolo, são encontrados numa profundidade de até 150 metros. Aludiu que, alguns furos feitos fornecem, normalmente, oito mil litros de água em meia hora ao passo que outros abaixo desta quantidade.

A fonte fez saber que, nos próximos tempos, as atenções do seu pelouro estarão viradas para o município do Nóqui, onde as populações acarretam água a partir de uma nascente, situada na parte superior de um morro, e de dois chafarizes.

José Amaro Silva adiantou ainda que na sede municipal do Kuimba existem duas cacimbas, nas quais foram instalados sistemas cuja energia eléctrica é assegurada por geradores que permitem garantir qualidade de água aceitável.

Energia melhora em Mbanza Congo

O fornecimento de energia eléctrica à cidade de Mbanza-Congo, sede capital da província do Zaire, está a melhorar com a entrada em funcionamento de um dos grupos geradores instalados na nova central eléctrica de Kianganga, cujas obras se encontram na fase terminal. "Neste momento, estamos em fase de conclusão da construção da central eléctrica de Kianganga, onde já funciona um grupo gerador com

capacidade de fornecer 1.7 Megawatts, dos três previstos na central. Este grupo gerador tem-nos permitido, em regime experimental, fornecer energia à cidade de Mbanza-Congo e a alguns bairros periféricos", disse José Antunes Amaro Silva.

O nosso interlocutor referiu que aventa-se a hipótese de, no futuro, optar-se pela utilização de geradores a gás, aproveitando a quantidade de desse produto proveniente das empresas petrolíferas no município do Soyo. Frisou que os geradores Diesel acarretam enormes gastos aos cafres da Estada. À guisa de exemplo, avançou, o gerador neste momento em funcionamento na nova central de Kianganga consome 500 litros de combustível/hora.

José Antunes Amara Silva apelou aos habitantes da província do Zaire no sentido de colaborarem com a Empresa Nacional de Energia (ENE), para facilitar não apenas o trabalho de cadastramento dos consumidores de energia eléctrica, coma também os pagamentos.

## **8.10 Situação fitossanitária de Angola apresenta inúmeras debilidades**

*Jornal de Angola 21 de Maio de 2009*

A situação fitossanitária de Angola não é das melhores. Esta é uma das matérias ontem debatidas no seminário sobre as medidas sanitárias e fitossanitárias, que decorre desde segunda-feira em Luanda.

O sistema fitossanitário em Angola é débil porque é regulamentado por um diploma legal que vigora desde 1959. A lei que regula a sanidade vegetal está desactualizada, reconheceram todos os participantes no seminário.

O sistema de vigilância fitossanitário nos postos de controlo é muito deficitário. Dos três postos fronteiriços que existem, no aeroporto de Luanda e nas fronteiras terrestres de Cabinda e Santa Clara (Cunene) há falta de equipamentos adequados e a formação técnica do pessoal é inadequada. Também há pouca capacidade em matéria de protecção das plantas e falta um laboratório de apoio à sanidade vegetal.

Estas deficiências são responsáveis pela entrada de pragas no país, que podem ameaçar a segurança alimentar e o rendimento dos agricultores.

O Ministério da Agricultura, o Ministério do Comércio e outras instituições do Governo que fazem parte da Organização Mundial do Comércio, segundo os participantes no seminário têm de encontrar soluções

urgentes para estes problemas.

O Ministério da Agricultura tem tomado medidas junto dos postos fronteiriços, afirmou no seminário o chefe da Repartição de Protecção de Plantas, Sidónio Mateus. Uma das medidas tomadas é a obrigatoriedade do licenciamento das importações vegetais e seus derivados.

O Ministério da Agricultura também emite certificados fitossanitários, realiza inspecções e faz a divulgação da lista de pragas e doenças das culturas e de pesticidas registados e cancelados.

Isto é importante, refere o engenheiro agrónomo Sidónio Mateus, na prevenção de doenças e pragas nas grandes e pequenas culturas e no controlo dessas doenças nas plantas existentes no território nacional. As medidas do Ministério da Agricultura, segundo o engenheiro agrónomo Sidónio Mateus, garantem a qualidade dos produtos agrícolas e aumentam a produção e produtividade agrícola.

Angola participa nas negociações comerciais multilaterais e no ciclo de desenvolvimento de Doha, nos domínios da agricultura, indústrias, bens e serviços, facilitações do comércio e também no domínio da propriedade intelectual ligada ao comércio, através dos acordos sobre os Direitos de Propriedade Intelectual Ligados ao Comércio (ADPIC).

A nível mundial, o comércio é baseado em regras comerciais internacionais para que não haja conflitos e a Organização Mundial do Comércio (OMC) administra as medidas sanitárias e fitossanitárias.

O representante comercial da missão permanente de Angola na Organização Mundial do Comércio, Lukonde Luansi, enumerou as vantagens de Angola pertencer à instituição, destacando o sistema de "Duty free Quota free", que permite que os países menos desenvolvidos exportem ou tenham acesso aos países mais industrializados sem pagar os direitos alfandegários. E ainda assistência técnica às importações e exportações.

A reunião de Doha é feita de dois em dois anos. A próxima está prevista para ter lugar de 30 de Novembro a 2 de Dezembro, em Genebra.

## **8.11 Má gestão continuará a apontar Savimbi como culpado da falta de luz**

*Folha 8 23 de Maio de 2009*

Luanda, a capital do centro do poder, continua a viver sérios problemas de distribuição de energia eléctrica,



apesar dos avultados investimentos do Estado, existindo áreas que não têm luz há mais de três anos e outras recebem-na todos os dias, mas de forma alternada.

Em todos os aspectos, o serviço da EDEL deixa muito a desejar, desde a cobrança de serviços não prestados, ao fornecimento deficiente de energia, muitas vezes responsável, pela deterioração dos aparelhos electrodomésticos, ao ser-lhes, depois de um corte de energia à 220Wts, retomado a 380 Wats, sem que os seus responsáveis assumam a responsabilidade de ressarcir os clientes dos danos causados.

Isto deve-se ainda ao facto de muitos acharem ser uma situação normal, quando deveriam intentar acções de indemnizações por perdas e danos, causados pelo mau serviço prestado, uma vez pagarem e honrarem os compromissos assumidos e deliberadamente violado por uma das partes.

Longe de ser uma fatalidade, os consumidores da EDEL e os cidadãos em Luanda têm noção de haver uma má política de gestão por parte da actual administração, que hoje já não pode refugiar-se no velho refrão da guerra de "a UNITA ter destruído os postes de energia". Não!

"Hoje falta luz, em muitos casos por manifesta má política de gestão, encoberta pelo facto de a maioria dos governantes ter energia alternativa de geradores e nunca se dar conta da irregularidade do fornecimento deste bem essencial", acusou um economista da empresa.

Mas, por ironia do destino, em Angola, a anormalidade e a manifesta má gestão são compensadas com a promoção, pois só desta forma se pode aceitar que o actual presidente do Conselho de Administração da EDEL tenha sido promovido ao cargo de vice-ministro da Energia e Águas.

É a velha política de eleger os menos dotados, pela força da influência partidária, familiar ou tráfico de influência mandando as urtigas a competência de todos quanto fazem do rigor a veia mestra da sua acção quotidiana. Liderar uma empresa estratégica, como é a EDEL, não se pode confundir com a gestão de uma taberna de tremoços.

E porquê?

Nos últimos anos, o Governo afectou mais de 200 milhões de dólares para a melhoria dos serviços prestados pela EDEL a Luanda, mas ao invés de uma melhoria a situação tem vindo a deteriorar, para frustração dos contribuintes e dos quadros do sector, que em

muitos casos, apontam o dedo acusador ao actual Conselho de Administração.

As críticas assentam nas más opções e engenharias que provocam a queima e quase desperdício do milionário investimento chinês, incapaz de oferecer uma melhoria na distribuição de energia pública. Assim sendo voluntária ou involuntariamente, a actual administração da empresa é apontada como estando por detrás dos grandes grupos económicos, que dominam o mercado na venda de geradores. Num dado tempo, ainda se pensou que o negócio iria ter uma quebra, mas assisteu-se ao inverso, com o abaixamento do nível de prestação de serviço da empresa pública.

Tanto assim é que em Abril de 2008, o governo em mais um esforço afectou mais 8 milhões de dólares, no sentido da administração da EDEL realizar investimentos pontuais, no quadro de um denominado programa de emergência. Este visava levar postos de distribuição nas áreas mais carenciadas no domínio da energia eléctrica. "Este dinheiro provocou uma grande correria e disputa entre os membros da direcção, que logo trataram de constituir empresas, que se apoderaram deste montante", disse ao F8, EZ. José, técnico de Manutenção, acrescentando que "tendo sido aceite pelo PCA, o rigor foi afastado, pois estava em causa o dinheiro, que deveria ser distribuído entre eles, mandando passear os populares". Outro quadro, que por razões óbvias solicitou ao F8 o anonimato, "porque pertenço ao conselho de direcção, foi vergonhoso, por exemplo, só um exemplo, o facto das empresas que realizaram as empreitadas de emergência, serem dos membros do Conselho de Administração ou a eles ligados", denunciou.

Questionado sobre a gravidade das afirmações afirmou, que poderia parar, nesta fase, apenas "num PT", indicando a empresa SOPREL, alegadamente pertencente ao ex-director para a área de investimento e ao chefe de departamento técnico comercial da Agência sede, respectivamente, Armando João e Gil de Sousa de terem facturado, em empreitadas de duvidosa competência, cerca de 2 milhões de dólares. "Isso foi um roubo descarado, mas como não há juiz, por todos agirem a mesma forma, ninguém tem capacidade de dar um basta na situação", lamentou a nossa fonte.

Mais grave ainda é o facto de muitas falhas de energia eléctrica a cidade capital não se deverem a falhas no fornecimento, por parte da empresa fornecedora de energia a ENE (Empresa Nacional de Energia), "mas por falta de simples fusíveis, numa clara e criminosa política de desvios de fundos e descaso de gestão, por parte da administração".

Estupefactos ainda tentamos saber se a falta dos fusíveis não se deviam a rotura dos stocks e o atraso na in1portação ou ainda com a estadia dos navios na baía ou contentores no recinto portuário ao que respondeu: "Não! É tudo urna desorganização organizada da administração, que tendo noção da falta destes meios primários estica a corda para disso, os seus membros e grupos tirarem vantagens. É uma autêntica brincadeira e desrespeito para com os cidadãos e o dinheiro público".

Para muitos quadros, a EDEL está tecnicamente falida, em função da alegada má gestão do actual Conselho de Administração, liderado pelo engenheiro João Baptista Borges, que actualmente, acumula funções com o cargo de vice-ministro da Energia.

Quando isso deveria ser uma mais valia, "a indicação do engenheiro Borges, como vice-ministro, só vai aumentar a morte lenta da EDEL, pois ele não está apostado no seu desenvolvimento, mas sim na máxima capitalização pessoal e dos seus membros, aproveitando a posição que actualmente ocupa", garante a nossa fonte.

Actualmente não se entende que com a volumosa arrecadação de receitas, mensal e anual, a empresa não consiga realizar investimentos com fundos próprios, tudo porque "os seus dirigentes actuam como aves de rapina, pois se por um lado alegam não haver dinheiro, para a compra de peças de reposição e acessórios, tão pouco a melhoria das condições dos trabalhadores, por outro com os valores arrecadados, em tempo de crise, compram novos carros, quando os antigos ainda não foram amortizados", afirma a fonte de F8, apontando o dedo a mais recente frota adquirida pela empresa, "para os administradores, composta por 5 jeeps de luxos do tipo, Toyota V8, avaliados, cada em cerca de 120 mil dólares, enquanto para os directores compraram Nissan Patrolfinder e Toyota Fortune, avaliados em cerca de 80 mil dólares, quando ainda estão novos e nem têm 5 anos os Toyotas Prados, Mitsubishi, e Toyota Yaris, que se preparam para adquirir ao preço da chuva. É uma vergonha quando não existem muitas vezes carros para trabalhos".

Mais como não há laço sem nó, depois dos carros haveria de acrescer um novo bem patrimonial e se assim pensaram melhor agiram, com a aquisição de "luxuosas vivendas na zona de Talatona, avaliadas umas em cerca de 950 mil e outras em 350 mil dólares, para os administradores e directores", denunciou a fonte de F8.

A ser verdade este volume de denúncias, temos uma

situação anormal numa empresa estatal, em que os seus membros de direcção, em muitas situações, se locupletam de forma indevida, dos fundos públicos para benefício privado.

A EDEL em 2003 tercerizou os seus serviços comerciais e técnicos, mas aqui também os créditos não ficaram em mãos alheias, administradores e directores dividiram o bolo e mensalmente, chegam, "mesmo sem a realização eficiente de prestação de serviços, a arrecadar mais de 100 mil dólares/mês".

Para os trabalhadores não existem razões para não haver melhorias nas condições e trabalho, quando, por exemplo, por dia, só em cobranças de leituras e multas a EDEL chega a facturar mais de 15 milhões de kwanzas, "que pelos vistos não têm o destino devido, tão pouco os cofres do Estado, devem ter disso noção", desconfia a fonte.

## **8.12 Rede eléctrica de Ndalatando I foi modernizada e ampliada**

*Jornal de Angola 23 de Maio de 2009*

O director provincial da Energia e Aguas do Kwanza-Norte, Joaquim Jerónimo, informou em Ndalatando, que os trabalhos de modernização da rede de iluminação pública da cidade estão em vias de conclusão. A renovação da iluminação urbana e a extensão da rede de média tensão estão já concluídas, aguardando só pela chegada, de Luanda, dos transformadores.

Actualmente, disse, está em curso a construção de um "anel", a partir do qual é feita a electrificação de toda a cidade, incluindo os arredores. "Assim que chegarem os meios são implantados nos locais já identificados postos de transformação para sustentar as zonas suburbanas", disse Joaquim Jerónimo.

Antes dos trabalhos de renovação da rede, a cidade tinha apenas oito Postos de Transformação tendo este número aumentado para 21, dos 36 previstos no projecto governamental iniciado em 2007.

O projecto de electrificação de Ndalatando custou 20 milhões de dólares. As obras foram co-financiadas por Espanha, lembrou Joaquim Jerónimo. No âmbito do projecto, o governo local está a executar a promessa "até a última casa do bairro terá energia eléctrica".

No encontro, presidido pelo vice-governador do Kwanza-Norte para a esfera económica e social, Manuel Abreu Pereira da Silva, o director da Energia e Aguas criticou as pessoas que insistem em efectuar

ligações anárquicas, "puxadas" e "gatos", sem pensar nas consequências, como as sub cargas e as mortes por electrocussão.

No final do encontro, o vice-governador solicitou às autoridades tradicionais presentes a fazerem chegar toda a informação aí recebida às suas comunidades, tendo alertado a população a abster-se das ligações anárquicas de luz, sob pena de sofrerem punições.

### **8.13 Moradores da Pedreira carecem de água potável**

*Jornal de Angola 29 de Maio de 2009*

Madalena Manuel, moradora do bairro Pedreira, município do Uíje, há mais de 15 anos, lamenta a distância que percorre, diariamente, para conseguir água para consumo. "Madalena Manuel disse que a população beneficia apenas de um chafariz feito pelos próprios moradores. "Há muitos anos que nas torneiras não pinga uma gota de água", referiu.

Samuel Estêvão, membro do sobado, refere que o saneamento básico na localidade também é deficiente, tendo em conta que, para além da falta de água potável, se verificam grandes amontoados de lixo devido à falta de contentores no bairro Pedreira.

"Já comunicamos as nossas dificuldades à administração municipal e continuamos à espera, para que nos coloquem aqui alguns contentores de lixo". Samuel Estêvão lamenta o facto, de as ruas estarem como estão, a precisar de uma intervenção urgente, "porque, quando chove, formam-se charcos e os taxistas não aceitam vir até aqui".

O soba Henrique Sungo, disse, em declarações ao Jornal de Angola, que o bairro precisa também de uma escola maior e uma estrutura policial para travar as acções dos marginais, principalmente durante a noite.

"A nossa escola, do primeiro ciclo, é muito pequena, porque tem apenas nove salas de aula. E por isso que muitas crianças desta localidade estudam debaixo de árvores", rematou.

O centro materno infantil do bairro possui uma capacidade de internamento para dez camas e oferece vários serviços: puericultura, maternidade, pré-natal, aconselhamento e feitura de teste de HIV, vacinação, ginecologia e laboratório. O corpo clínico é constituído por 27 enfermeiros e dois médicos ginecologistas.

A Pedreira tem uma população estimada em 11.500 habitantes espalhados por cinco quarteirões, sub-

divididos em três zonas.

### **8.14 Conferência sobre energia em Agosto**

*O País 29 de Maio de 2009*

"Vai ser nos dias 6 e 7 de Agosto, A conferência durará dois dias por ser um tema sensível, e apelamos à participação, de forma activa, da população..."

E quando será realizada a conferência?

Vai ser nos dias 6 e 7 de Agosto.

A conferência durará dois dias por ser um tema sensível, e apelamos à participação, de forma activa, da população. Sentimos que há necessidade de fazermos uma boa apresentação dos produtos e projectos ligados a energia. A conferência terá vários temas, os mais importantes são a estratégia de desenvolvimento do sector; a energia no contexto do desenvolvimento sustentável e o programa de investimentos do sector. Estes são os três grandes temas mas que terão, naturalmente, os seus subtemas.

Neste programa de desenvolvimento do sector está já contemplada da questão das energias alternativas e não poluentes?

Está tudo contemplado, acaba por ser à partida, um dos nossos pontos fortes, passar a apostar mais nas energias renováveis, para manter o ambiente limpo...

E nessa aposta o Estado vai subsidiar a participação privada ou vai "passar a frente", primeiro, e depois abrir o negócio aos privados?

Há uma fase, nas energias renováveis, por exemplo, a energia eólica, que requer um estudo prévio, que Angola não tem e nós, nesta fase, começamos por este estudo, que está em curso. Com os seus resultados veremos que áreas são as mais indicadas para terem centrais dessa natureza. Como programa imediato, temos a energia solar, porque temos muita diversidade nas nossas populações a estrutura das aldeias, das administrações, isso leva a que esse plano seja imediato, o programa já está em curso, para alimentarmos de energia os hospitais, escolas, etc., de pontos longínquos do nosso país...

Voltando a Luanda, vimo-la recentemente na televisão ao lado do ministro das Obras Públicas, tratando com empreiteiros a questão da danificação dos cabos de transporte de energia nos locais em que se efectuam obras... é uma dor de cabeça muito grande, imaginó.

Muito, muito, muito. Não faz a mais pequena ideia. É um desgaste para o Estado, é um desgaste para o construtor, é um desgaste para toda a gente. Mas é uma fase necessária, são várias obras em paralelo.

A reunião foi para entrarmos um acordo que permite resolver consideravelmente, ou até acabar essa situação. Ainda na semana passada um mesmo cabo de alta tensão foi afectado duas vezes. Consequência: três grandes bairros ficaram sem energia. Por descuido, ou por falta de conhecimento de um operador de máquinas, dos funcionários das empresas pode ficar muita gente prejudicada. Temos de apelar a toda a gente para que comunique esses casos porque são custos para o governo, acaba sempre por vir parar ao ministério da Energia e às empresas ligadas ao sector, a ENE, a EDEL.

Quando há casos destes, de rompimento dos cabos, como reage? Já pensou nos processos nos tribunais como anunciou recentemente a Angola Telecom?

A nossa situação é mais delicada.

Temos de desenvolver um esforço conjunto, é o que estamos a fazer, colocar engenheiros nossos a trabalhar com os outros órgãos... e apelar ao maior cuidado. E há os casos das ligações que não devem ser feitas...

O que pesa mais nas interrupções no fornecimento de energia: as ligações ilegais ou o estado obsoleto da rede em Luanda?

Estamos a fazer um esforço grande para renovar a rede. São duas acções paralelas: temos a rede que tem debilidades e temos essas ligações paralelas. Temos de gerir a situação porque é um processo, um período que vai acabar, não se vai continuar assim sempre, as obras que estão a ser feitas têm princípio e fim. Claro que queremos que tudo seja feito já de imediato, mas tudo leva o seu tempo e o governo está empenhado a trabalhar para que logo logo se minimizem estas situações.

Falou das sete centrais ao longo do Kwanza, mas haverá, de certeza, outras pensadas para outros pontos do país...

Há, iremos anuncia-las na conferência...

Não quer levantar já o véu, ainda que para percebermos se vai aliviar a pressão sobre a da Matala?

Olhe, teremos a de lamba ya Orna, lamba Ye Mina... temos várias, como Baines cujo estudo de viabilidade está a decorrer neste momento, é uma central transnacional, uma parte para Angola e outra para a Namíbia... temos várias. Todas elas prontas e o país estará satisfeito, diria até que com pelo menos metade delas prontas e o país estará satisfeito.

Falar da Nanubia é outro dos assuntos que anima algumas discussões, a questão do abastecimento de Ondjiva, como se faz esta articulação com a Nanubia?

Temos estado a trabalhar em conjunto. Neste momento temos, na direcção, um grupo a trabalhar para

encontrar soluções exactas, acredito que não vai demorar muito tempo...

Sra. Ministra, tem noção do quanto teríamos de ter de produção eléctrica para a demanda do país?

Dar um número exacto neste momento pode ser complicado, nós temos um parque industrial que está a crescer e, como se viu na conferência sobre a habitação, temos cidades, temos muita coisa a crescer, e tudo isso leva a que façamos estudos que nos dão dados mas aos quais temos de acrescentar uma margem. É o que temos estado a preparar. Por isso, também a integração dos sistemas para facilitar. Temos cidades a crescer e a nascer, todas elas irão precisar de energia. Só o parque industrial, em si, já é algo que vai para além dos 1000 MW, isso actualmente. Imagine-se então com os novos empreendimentos que vão surgindo todos os dias. O que precisamos é pensar e colocarmo-nos a frente, produzindo e depois distribuir para a demanda que vier.

A integração regional, os países estão quase todos pacificados, agora é mais fácil trabalhar?

Sim, é mais fácil e estamos a trabalhar nesta direcção. Há bem pouco tempo tivemos uma reunião da região que deveria ter acontecido em Angola, 1]1as que por razões de última hora acabou por ser feita em Moçambique. Existem estudos que estão a ser feitos, é uma integração regional e as coisas não dependem só de Angola.

Mas na região Angola não quer consumir apenas, quer também vender energia, estou certo?

Nós temos de pensar, em termos futuros, como qualquer país desenvolvido pensa. Temos de pensar em todas as hipóteses que nos poderão surgir pela frente, sempre a beneficiar o nosso país. Sempre.

Quando se fala com alguém que assumiu um cargo há menos de um ano pensamos que encontrou coisas boas e problemas difíceis... diga-nos um que tenha encontrado e que seja verdadeiramente grande

Eu prefiro falar em desafios. Eu encontrei muita coisa feita mas falta muito mais. Como angolanos que somos e tendo vivido aqui sempre, acompanhamos muito bem qual é a nossa trajectória desde a independência até este momento. Portanto, não lhes chamaria problemas, mas sim desafios. E dentro do que está traçado temos de seguir em frente e procurar ultrapassar todas as situações que por acaso pareçam ser obstáculos, para podermos deixar, a cada dia que passa, Angola melhor. Esse é o nosso desafio maior e tratando-se de energia é claro que o desafio vai muito mais longe. Se antigamente a minha bisavó e os meus avós não tinham, lá onde estavam, luz, agora nós temos de deixar as coisas para que o nosso futuro não sinta este

problema, para que todo o mundo tenha a possibilidade de ter uma lâmpada acesa em casa e melhorar as condições de vida da população. É o grande desafio que enfrentamos liderados pelo Presidente.

## 9 AMBIENTE

### 9.1 Mudança climática afecta economia

*Jornal de Angola 8 de Maio de 2009*

Com objectivo de fazer um levantamento das principais fontes de emissão de gases com efeito estufa e a realização de um inventário, com intuito de apresentar quais as consequências e as quantidades de gases emitidos pelos automóveis, anualmente, decorreu, ontem, em Luanda, a "Primeira Comunicação Nacional sobre as Alterações Climáticas, Fontes de Emissão de Efeito Estufa".

O seminário foi organizado pelo Ministério do Ambiente e teve também como propósito dar formação técnica aos participantes, no que diz respeito à realização do inventário sobre gases de efeito de estufa, quais são as metodologias a utilizar, e como é que se pode desenvolver um plano de acção para executar os

trabalhos.

De acordo com o director nacional do ambiente, Vladmiro Russo, que fez a abertura do seminário, este é um trabalho que vai ser executado durante os próximos 12 meses: "queremos dar as ferramentas aos participantes, os passos que devem seguir e fazer a apresentação dos exemplos de outros países e o que estes já fizeram em relação à realização do inventário", Vladmiro Russo disse que é importante que Angola siga os exemplos de outros países para aproveitar as boas lições que ajudem a desenvolver o país, realçando que os efeitos das alterações climáticas só são visíveis a longo prazo, mas que neste momento há países afectados pelas alterações, que causam quebras económicas, "Quando iniciámos este processo com apoio do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, solicitámos informações dos países que já realizaram as suas Comunicações Nacionais. A Guiné-Bissau é um dos países que tem trabalhado bastante e que nos transmitiu algum conhecimento técnico", disse Director.

Entre os países que também estão na luta contra os efeitos dos gases de estufa, o Brasil é aquele com quem Angola mantém contactos com técnicos dotados em conhecimentos sobre modelação de alterações climáticas, avaliação e vulnerabilidade.

O coordenador do projecto da Primeira Comunicação Nacional, Abias Muango, disse que o Ministério do Ambiente pretende recolher informação de alguns sectores, sobre as fontes de emissão entre os quais o sector da indústria, energia, agricultura, transportes e sobretudo sector das tecnologia ambientais.

O seminário teve a participação de técnicos do Ministério do Ambiente e abordou questões ligadas ao processo de transferência de tecnologias ambientais, observação sistemática e a integração de questões relacionadas com as alterações climáticas nos programas de desenvolvimento do país.

Participaram no seminário, especialistas do Ministério do Ambiente, dos Petróleos, Indústria, Finanças, Urbanismo e Habitação, Edel, Epal, entre outros.

Especialista avalia situação

Gorge Mansul, especialista em alterações climáticas do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, que esteve presente na abertura da "Primeira Comunicação Nacional sobre as Alterações Climáticas, Fontes de Emissão de Efeito Estufa" avaliou África, particularizando Angola como um país afecto a mudanças climáticas, enfatizando que Angola tem uma

economia independente e suficiente para resolver muitos problemas e a questão das mudanças climáticas deve ter prioridade. "

George Mansul disse que as mudanças climáticas estão a afectar África na sua totalidade, e que chegou o momento de todos os países do continente virarem as atenções para este problema. "A situação climática pode afectar a economia e o desenvolvimento de um país, porque são questões interligadas", disse.

Segundo o especialista, os trabalhos que são realizados dentro de dois anos pelas autoridades ligadas ao Ambiente, são relevantes: "temos que pedir ao Estado soluções e obtermos respostas positivas", acrescentando que a situação da mudança climática, de certa forma, está a afectar a vida dos angolanos e a economia nas áreas da energia, saúde, agricultura e outros sectores do país. George Mansul disse que existem muitos objectivos e todos para ajudarem ao desenvolvimento do país e entre eles, "devemos saber como integrar a questão ligada às mudanças climáticas nos próximos dois ou três anos.

George Mansul disse ainda que Angola está a começar muito tarde na realização e apresentação da Primeira Comunicação sobre Alterações Climáticas, em relação a outros países de África.

## **9.2 Abate indiscriminado de árvores está a prejudicar o meio ambiente**

*Jornal de Angola 16 de Maio de 2009*

A Unidade Técnica Nacional de Saneamento Ambiental (UTNSA) está preocupada com o abate indiscriminado de árvores um pouco por todo o país. A preocupação foi manifestada pelo coordenador, António de Meneses, no município da Matala, província da Huíla, quando procedia ao encerramento de um seminário.

"Os mais velhos estão a perguntar porque este ano as chuvas não caíram com regularidade e o milho secou. Mas agora que estamos a entrar para o cacimbo, as chuvas estão a chegar", sublinhou.

Esta situação, segundo António de Meneses, não é normal, tem a ver com as alterações climáticas que o meio ambiente está a sofrer, devido ao abate indiscriminado de árvores que ocorre um pouco por todo o país...

António de Meneses falava para membros da Administração Municipal da Matala, autoridades tradicionais, líderes comunitários, técnicos do sector de

Energia e Água, do Urbanismo e Ambiente e da UNICEF.

"Se fizerem uma viagem de avião vão ver que grandes recursos florestais estão a ser dizimados pela produção de lenha e carvão, uma prática que constitui crime contra a natureza", explicou.

António de Meneses disse que, diariamente, chegam à capital do país enormes camiões de carvão para vender, negócio que incentiva a prática do abate indiscriminado de árvores.

António de Meneses informou que anteriormente a lenha e o carvão serviam simplesmente para a auto-suficiência alimentar das populações, mas agora está a servir para o enriquecimento dos comerciantes.

"E preciso defender o meio ambiente em que vivemos senão as futuras gerações hão-de pedir contas", sublinhou.

António de Meneses exortou as autoridades provinciais, municipais, comunais e tradicionais para tomarem medidas para pôr cobra a esta situação e incentivarem a plantação de árvores e criarem zonas verdes.